

Marcelo de Sousa Neto
Antonia Valtéria Melo Alvarenga
Pedro Pio Fontineles Filho
(Orgs.)

A História sob Múltiplos Ângulos:

Trajetórias de pesquisa e escrita

Vol. I



EdUESPI

**A HISTÓRIA SOB
MÚLTIPLOS ÂNGULOS:**
Trajetórias de pesquisa e escrita

Vol. I

Marcelo de Sousa Neto
Antonia Valtéria Melo Alvarenga
Pedro Pio Fontineles Filho
Organização

**A HISTÓRIA SOB
MÚLTIPLOS ÂNGULOS:
Trajetórias de pesquisa e escrita**

Vol. I



EdUESPI
2020



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI



José Wellington Barroso de Araújo Dias **Governador do Estado**
Maria Regina Sousa **Vice-governadora do Estado**
Nouga Cardoso Batista **Reitor**
Evandro Alberto de Sousa **Vice-Reitor**

Conselho Editorial EdUESPI

Algemira de Macedo Mendes **Universidade Estadual do Piauí**
Antonia Valtéria Melo Alvarenga **Academia de Ciências do Piauí**
Antonio Luiz Martins Maia Filho **Universidade Estadual do Piauí**
Fábio José Vieira **Universidade Estadual do Piauí**
Hermógenes Almeida de Santana Junior **Universidade Estadual do Piauí**
Josélia de Carvalho Leão **Universidade Estadual do Piauí**
Laécio Santos Cavalcante **Universidade Estadual do Piauí**
Orlando Maurício de Carvalho Berti **Universidade Estadual do Piauí**
Paula Guerra Tavares **Universidade do Porto - Portugal**
Pedro Vilarinho Castelo Branco **Universidade Federal do Piauí**
Raimunda Maria da Cunha Ribeiro **Universidade Estadual do Piauí**
Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz **Academia Piauiense de Letras**
Os autores **Revisão**
Wellington Silva **Diagramação**
Wellington Silva **Capa**
Editora e Gráfica Aliança **Impressão**

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Biblioteca Central da UESPI

H673 A história sob múltiplos ângulos: trajetórias de pesquisa e escrita
- Volume 1 / Marcelo de Sousa Neto, Antonia Valtéria Melo
Alvarenga, Pedro Pio Fontineles Filho (organizadores). - Teresina:
EdUESPI, 2020.

E-book

ISBN: 978-65-81376-05-5
DOI 10.36970/eduespi/2020055

1. História. 2. História do Piauí. I. Sousa Neto, Marcelo de
(Org.). II. Alvarenga, Antonia Valtéria Melo (Org.). III. Fontineles
Filho, Pedro Pio (Org.). IV. Título.

CDD: 981.22

Editora da Universidade Estadual do Piauí - EdUESPI
UESPI (*Campus Poeta Torquato Neto*)
Rua João Cabral • Bairro Matinha • Teresina-PI • Brasil
Todos os Direitos Reservados

SOUSA NETO, Marcelo de; ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo; FONTINELES FILHO, Pedro Pio (Org.). **A história sob múltiplos ângulos:** trajetórias de pesquisa e escrita. Vol. 1. Teresina, PI: EDUESPI, 2020. <http://dx.doi.org/10.36970/eduespi/2020055>

- ENTRE EIXOS, ÂNGULOS E PONTES:
PESQUISAS E ESCRITAS EM HISTÓRIA** 7
Marcelo de Sousa Neto
Antonia Valtéria Melo Alvarenga
Pedro Pio Fontineles Filho
- A BALAIADA, DE CLODOALDO FREITAS:
CONSIDERAÇÕES EM TORNO DE UM
MANUSCRITO OITOCENTISTA** 17
Teresinha Queiroz
- AS REDEFINIÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E A
CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO NO
FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX** 39
Pedro Vilarinho Castelo Branco
- NOS DOMÍNIOS DE *SEXETE*: HISTÓRIA, SOCIEDADE
E CULTURA NOS FOLHETINS EM TERESINA-PI, NA
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX** 63
Pedro Pio Fontineles Filho
Wellington dos Santos Pereira
- CABEÇA DE CUIA: UMA LENDA DE FUNDAÇÃO?** 85
Maria do Socorro Rios Magalhães
- A MEMÓRIA DO HOMEM DA PARNAÍBA: HEROÍSMO
E VIRILIDADE DE SIMPLÍCIO DIAS NAS BIOGRAFIAS
DE JOSÉ NELSON DE CARVALHO PIRES** 101
Fernando Bagiotto Botton
Francineila Lima Miranda
- A CIDADE E OUTROS TEMAS NAS CRÔNICAS DE
ARIMATÉA TITO FILHO (1991-1992)** 119
Francisco Alcides do Nascimento

**O “FAZER-SE” ACADÊMICO DO MITO DA
VANGUARDA CULTURAL JUVENIL EM TERESINA-PI 147**
João Batista Vale Junior

**TEATRO COMO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO
HISTÓRICA: TRAJETÓRIA DE PESQUISA
E ESCRITA NOS PALCOS BRASILEIROS 165**
Francisco de Assis de Sousa Nascimento

**A PRÁTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL DE TERESINA ATRAVÉS DO
TOMBAMENTO: DÉCADAS DE 1980 E 1990 183**
Viviane Pedrazani

SOBRE OS AUTORES 201

ENTRE EIXOS, ÂNGULOS E PONTES: PESQUISAS E ESCRITAS EM HISTÓRIA

*Marcelo de Sousa Neto
Antonia Valtéria Melo Alvarenga
Pedro Pio Fontineles Filho*

Não deixa de ser menos verdade que, face à imensa e confusa realidade, o historiador é necessariamente levado a nela recortar o ponto de aplicação particular de suas ferramentas; em consequência, a nela fazer uma escolha que, muito claramente, não é a mesma que a do biólogo, por exemplo; que será propriamente uma escolha de historiador.

Marc Bloch¹

Alcançados e atingidos, direta ou indiretamente, pelas reflexões feitas por Marc Bloch, os pesquisadores que se dispuseram a compartilhar suas pesquisas no presente livro, compreendem a difícil e fascinante tarefa do ofício do historiador. Em meio à “imensa e confusa realidade”, cada historiador fez suas escolhas, a partir de repertórios teóricos e metodológicos particulares. Não particulares no sentido da expressão de uma individualidade desconexa e sem rastros e lastros. Particulares no que se refere à maneira como esses historiadores imprimiram suas leituras e interpretações na construção de seus objetos de pesquisa. As sínteses trazidas à baila nesta coletânea é um indicativo do mote da prática escriturística de

1 BLOCH, Marc. *Apologia a História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 52.

seus autores, tomando de empréstimo o que preconiza Michel de Certeau², a operação historiográfica realizada está circunscrita, de certa forma, pelo caráter poliédrico dos resultados, sem desconsiderar que tal operação é constituída por um campo repleto de especialidades e abordagens que se cruzam, se tocam e promovem novos debates sobre a realidade no tempo, pelo tempo e contra o tempo.

É proposital a escolha do termo “ângulo” no plural, para constituir o título do presente livro. As análises e narrativas desenvolvidas pelos pesquisadores partem, assim como as semirretas, de uma mesma origem, mas que seguem rumos diferentes, formando ângulos distintos. O eixo que liga tais construções de pesquisa não é unicamente as espacialidades do Piauí ou do Maranhão. Não se trata de demarcar o recorte espacial em si mesmo, visto que as discussões levantadas sinalizam para o entendimento de acontecimentos que envolvem, direta ou indiretamente, outras localidades do país e mesmo fora dele. A “História sob múltiplos ângulos” amplia as noções de sentidos da própria história, pois os objetos e interpretações contidos nos artigos transitam por temporalidades várias.

Também é intencional a imagem que integra a capa do livro. A silhueta da Ponte João Luís Ferreira, corriqueiramente chamada de “Ponte Metálica”, trata-se da primeira ponte erguida sobre o Rio Parnaíba, no ano de 1939, ligando Teresina, capital piauiense, à cidade de Timon, no Maranhão. Tal ponte se constituiu como símbolo do progresso das décadas de 1930 e 1940, despertando, na mente das populações das cidades beneficiadas por essa obra, o sonho de que os ares modernos trouxessem o bem-estar. A Ponte assume, também, o papel de cartão postal de Teresina, sob as lentes dos mais entusiastas fotógrafos. Tornou-se musa para inúmeros poetas, músicos e pintores. A ponte também simboliza a ligação que os autores imprimem nos usos entre teoria, empiria e metodologia, o que constitui o tripé fundamental da pesquisa histórica e historiográfica.

De maneira consciente, a capa escolhida para simbolizar imagetivamente o livro também sinaliza para outras espacialidades, pois, dentre os textos que compõem essa coletânea, além da pluralidade típica de uma obra em conjunto, há também o esforço em demonstrar

2 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Edição de Luce Giard. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

aspectos sobre parte da história do Maranhão. Ao fazer isso, apontam-se, indiretamente, para reflexões acerca das relações entre os dois estados, cujas histórias se confundem e se mesclam, sobretudo em seus começos, com momentos que remontam ao século XVIII. Desde suas trajetórias como capitânias, as vinculações administrativas, políticas, econômicas e religiosas marcaram as aproximações entre as duas regiões.

As trajetórias de pesquisa, aqui agrupadas, são o resultado do trabalho metodológico e intelectual de seus autores no trato apurado das fontes. Os pesquisadores são sabedores de que “a fonte histórica é aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com seu problema”³. É por meio das fontes que o pesquisador percebe e constrói seus ângulos de análises. Todos os autores nesta coletânea estão cientes de que o “documento histórico é qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita”⁴. Não se trata da análise restrita à fonte em si mesma, mas a problematização através da qual consegue compreender a realidade de cada tempo e espaço com suas temporalidades e espacialidades várias. Em decorrência disso, é possível notar que as abordagens das pesquisas tragam traços, com maior ou menor destaque, para a História Oral, História Serial ou Quantitativa, História Regional, Micro-História e História do Tempo Presente.

Os modos de fazer História de cada pesquisador são frutos de suas trajetórias acadêmico-científicas, de suas leituras, produções e atuações em diferentes universidades e em distintos grupos e núcleos de pesquisas. Tais modos são, em grande medida, o espelho de suas maneiras de ler e interpretar os conceitos e teorias da história, utilizando-os e friccionando-os com as fontes, em diálogo com caudaloso referencial teórico e historiográfico.

Todos os textos desta coletânea partem da consciência da construção de seus objetos, pois seus autores entendem que “não há possibilidade de uma boa pesquisa sem uma definição clara, em

3 BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 134.

4 KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Gali. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 24.

todas as suas dimensões [...] dos problemas pesquisados”⁵. Em meio à “imensa e confusa realidade”⁶, os pesquisadores tiveram, e têm, a sapiência de que vislumbrar os “limites do que se quer pesquisar é um passo inevitável e indiscutível de todo processo metodológico”⁷. E tal passo foi dado com firmeza e com leveza ao mesmo tempo, pois o rigor do método não impediu que os pesquisadores construíssem narrativas sedutoras, apaixonadas e apaixonantes. Assim o são, notadamente, por estarem alicerçadas na noção de que “a teoria da história é, antes, a teoria das condições de possibilidade da história”⁸. Significa dizer que o caráter duplo da história foi levado como elemento direcionador das pesquisas, visto que as teorias utilizadas apontam “tanto para os nexos entre os acontecimentos como para a maneira de representá-los”⁹. Por isso, o leitor encontrará, nesta coletânea, textos que se debruçaram, teórica e metodologicamente, sobre algumas possibilidades da história, com problematizações que ampliam os horizontes da pesquisa histórica. Além disso, os textos aqui selecionados reforçam a ideia de que “os historiadores se veem confrontados com a tarefa de reconhecer a total alteridade do passado, a fim de confrontá-la com os processos de mudança do nosso próprio tempo”¹⁰.

São capítulos que se preocupam com o homem no tempo e no espaço, inferindo sobre a atuação desse homem em suas relações de força e de poder. Nesse sentido, os autores lançam mão da potencialidade de estudo de tais relações e constroem suas narrativas e análises em que a política, a economia, o trabalho, a cultura, a cidade, a escrita literária, o cotidiano e as mentalidades são expressões das imbricadas redes e relações de poder. As pesquisas, ora apresentadas como artigos, foram impulsionadas, em boa medida, pela certeza de que “a apreensão do histórico, os fatores que devem ser considerados em sua análise e, portanto, a construção da teoria historiográfica tem de se dirigir para a definição, o reconhecimento, a revelação da

5 ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Tradução Andréa Dore. Bauru, SP: EDUSC, 2006, p. 475.

6 BLOCH, Marc. *Apologia a História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 52.

7 ARÓSTEGUI, Julio. Op. cit., p. 476.

8 KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, p. 92.

9 KOSELLECK, Reinhart. Idem.

10 KOSELLECK, Reinhart. Idem, p. 276.

eficácia dos sujeitos da história”¹¹. Por esse diapasão, estão imersos em discussões que transitam entre o social e o cultural, o que faz com que o eixo, de onde partem os artigos, abra-se à possibilidade de incontáveis ângulos, criando pontes de interlocução, concretizando, então, uma “História sob múltiplos ângulos”, é o que se poderá observar ao tomar o conjunto de textos para análises.

Conjunto aqui não está associado às homogeneidades teóricas, metodológicas ou temáticas. Mas, por tratarem quase unanimemente de um mesmo recorte espacial, o Piauí, os autores às vezes se aproximam, produzindo diálogos, como por exemplo, ao discutirem aspectos da participação do Piauí no projeto de modernidade difundido pelo governo Vargas, como fez Antonio Maurení Vaz Verçosa de Melo, ao analisar o processo de reorganização do Piauí com os aparelhos políticos e administrativos colocados em funcionamento pelo referido governo; ou Joseanne Zinglera Soares Marinho chamando a atenção para o surgimento de novos sujeitos de direito nesse mesmo contexto, quando crianças e mulheres passaram a integrar as agendas públicas, fazendo parte do rol das prioridades definidas para as políticas de Estado.

Trabalhando associados ao mesmo projeto varguista, ainda que em recorte temporal diferente, Antonia Valtéria Melo Alvarenga e Emerson Luís de Sousa Lemos, discutiram a integração do Piauí, na década de 1950, ao Serviço Especial de Saúde Pública-SESP, implantado no País em 1942. O referido Serviço foi parte de um acordo firmado entre o Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA) e o Ministério Capanema, e integrou um Programa que tinha por finalidade coordenar e administrar problemas de saúde pública na América Latina. Esse diálogo pode ser percebido, ainda, no texto de Felipe Augusto dos Santos Ribeiro, que, sem se prender ao contexto do governo Vargas, discute como a Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense, empresa que mantinha a única fábrica do ramo têxtil do Piauí, localizada em sua capital Teresina, integrou-se à modernização do Estado, tomando como ponto de partida o ano de 1942, e voltando sempre ao cenário piauiense do período.

11 ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Tradução Andréa Dore. Bauru, SP: EDUSC, 2006, p. 330.

Ainda nesse contexto tem-se a análise realizada por Idelmar Gomes Cavalcante Júnior, sobre a Revolta dos Cabos e a interrupção da “Revolução de 1930” no Piauí, ocorrida na madrugada do dia três de junho de 1931, no 25º Batalhão de Caçadores, em Teresina. O movimento liderado por Amador Vieira de Carvalho, que inicialmente apresentou-se contra o comando do batalhão, em seguida, dirigiu-se ao Palácio de Karnak, sede do governo estadual, à sede do Quartel da Polícia Militar, ao Banco do Brasil e a outros aparelhos públicos. A discussão gira em torno das nuances que caracterizaram a instalação do governo revolucionário no Piauí.

Completando esse grupo tem-se o trabalho das historiadoras Cláudia Cristina da Silva Fontineles e Jayra Barros Medeiros, que expandem a abordagem historiográfica presente na obra, para outras localidades do Piauí, ao produzirem uma importante análise sobre a navegação a vapor na cidade de União, durante a Primeira República. Conforme destacaram as autoras, ao “descrever a importância do porto de União para associabilidades do período, a pesquisa analisou os encaminhamentos promovidos pela navegação a vapor, no Piauí”.

Outros Ângulos também servem como ponto de encontro entre autores dessa obra, é o que se observa, por exemplo, nos textos de João Batista Vale Júnior; e de Marcelo de Sousa Neto e Yasmin Escórcio Meneses da Silva, ao dirigirem seus olhares para Teresina dos anos de 1970. As análises permitem perceber em um mesmo espaço geográfico e temporal, múltiplas histórias em processo de construção. São sujeitos que se cruzam, às vezes integrando os mesmos ambientes, mas que a historiografia, no rigor das técnicas que lhes são necessárias, os separa como se habitassem mundos e tempos diferentes.

Em 1970, em meio ao efervescente desenvolvimento cultural e econômico da cidade, proporcionado pelo “milagre econômico”, que dizia levar o Estado ao progresso, estavam as lavadeiras, sentadas à beira dos rios Parnaíba e Poty, exercendo um antigo ofício, lavando as vestes de um segmento da juventude que buscava construir uma identidade estética libertária no contexto político e cultural daquela Teresina. Fechando essa discussão sobre a Teresina atual, têm-se a análise de Viviane Pedrazani sobre a prática de preservação do patrimônio cultural de Teresina nas décadas de 1980 e 1990, momento em que se delineia um ideário de preservação do patrimônio cultural dessa cidade,

colaborando nesse esforço os governos estadual municipal e estadual, ao produzir instrumentais teóricos, legais e técnicos responsáveis pelos tombamentos dos seus atuais bens culturais.

Encontros que ainda acontecem quando se olha com atenção os textos de Wellington dos Santos Pereira e Pedro Pio Fontineles Filho, Teresinha Queiroz, Socorro Magalhães Rios, Pedro Vilarinho Castelo Branco, Francisco de Assis de Sousa Nascimento e de Francisco Alcides do Nascimento ao utilizarem a literatura, a arte e outras linguagens como subsídios para a compreensão da história, para o encontro com sujeitos que ficaram esquecidos das formas tradicionais de registros do passado. Esses textos se inscrevem nas categorias de abordagens que dialogam com a perspectiva Benjaminiana¹², presentes nas Teses sobre História, quando o autor, inspirado pelo escritos de Horkheimer e Bergson, discutiu a relação passado/presente.

Percebe-se nessas análises uma função redentora do presente para com o passado, que se corporifica na concepção de uma historiografia tribunal de justiça, em que a humanidade atual oferece aos protestos quem vêm do passado, daqueles que tiveram suas vozes silenciadas ao longo dos tempos. Portanto, de ausentes dos registros oficiais, que podem ser encontrados nas expressões de afetividades, de desejos, de catarses emocionais que a literatura e o teatro são capazes de proporcionar.

Aproximando-se dessa discussão, a obra conta, ainda, com o trabalho de Manoel Ricardo Arraes Filho que tem como título *The sand dune weekly: invenção e ficção no discurso oficial da UNEF*, em que o autor realiza uma análise do chamado “discurso oficial” da Primeira Força de Paz da ONU, tendo como base várias matérias jornalísticas difundidas nas páginas mimeografadas do jornal oficial da Missão, intitulado “*The Sand Dune – the UNEF Weekly*”.

Outro aspecto importante, tratado nessa coletânea, diz respeito a uma dimensão da História que vem obtendo avanços consideráveis nas últimas décadas, especialmente junto aos programas de Pós-Graduação na área de história e afins. Trata-se do estudo das

12 BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986c. (Obras Escolhidas. v. 1).

temáticas vinculadas às relações de gênero. Carla Bassanezi Pinsky, na apresentação do livro “História das relações de gênero”, de Peter N. Stearns, afirmou que falar “em gênero é uma forma de enfatizar o caráter social e, portanto, histórico, das concepções baseadas nas percepções das diferenças sexuais»¹³.

Nesse sentido, a obra trouxe o trabalho de Ângela Maria Macedo e Fábio Leonardo Castelo Branco e, ainda, o texto de Fernando Bagiotto Botton e Francineila Lima Miranda, que discutem as formas de relações entre o feminino e o masculino e os papéis que são socialmente designados para homens e mulheres ao longo da história desse país. Ainda que trabalhando o contexto e com sexos diferentes, são análises que convidam o leitor a observações sobre os lugares, as culturas e as temporalidades onde essas relações de gênero são forjadas e à maneira como valores e papéis sexuais são definidos.

Por fim, tem-se o texto produzido em coautoria pelo irreverente Edwar de Alencar Castelo Branco e por Jarbas Gomes Machado Avelino, que traz um debate interessante tanto pelo objeto, quanto pela relação interdisciplinar entre História e Direito. Na análise chamam a atenção para o sujeito de direito contemporâneo, lançando mão de leituras realizadas no campo da Filosofia, da Psicanálise, da História e do Direito, para produzirem reflexões sobre a problemática dos sujeitos de direito na condição histórica “pós-moderna”. Para os autores, em contextos em que a concepção cartesiana de sujeito se encontra ameaçada, fragmentada, toma lugar uma perspectiva que “exige um rápido trânsito entre “sujeito” para a de “posições de sujeito” nas relações contratuais produzidas no mundo civil.

Afirmam que os rearranjos nas concepções de sujeito, processados no campo da teoria social, impactam, inevitavelmente, na dimensão do Direito, por ser esse produto cultural das sociedades. Assim, utilizando-se da concepção de sujeito como “constituição” procuram compreender como essa categoria sócio-jurídica vem sendo apresentada na legislação civil atual, buscando apreender o alcance das mudanças processadas no existir do sujeito pós-moderno, especialmente no campo normativo que regula as relações entre particulares.

13 STEARNS, Peter. N. *História das relações de gênero*. Trad. De Mirna Pinsky. Sao Paulo: Contexto, 2007, p.11.

Enfim, seja para discutir a permanente modernização de Teresina, dentro de uma abordagem que considera que esse é um processo que não finda, ampliando-se com o crescimento do seu perímetro urbano, com avolumamento de sua população e com o adensamento de sua demografia; ou para tratar de questões mais gerais, relacionadas à constituição da esfera pública, das formas de manifestação e organização do trabalho, das relações entre sujeitos, das manifestações culturais e dos tipos de resistências manifestadas aos padrões e ordens estabelecidas na sociedade piauiense; seja, ainda, para abrir um debate onde o novo não se vincula com a modernidade, mas está para além dela, os textos que constituem essa obra abordam objetos e problemas, independente do seu assento temporal, que reverberam com muita intensidade no presente. Convidamos, então, os leitores, para um passeio pelos aspectos aqui propostos para a História.

A BALAIADA, DE CLODOALDO FREITAS: CONSIDERAÇÕES EM TORNO DE UM MANUSCRITO OITOCENTISTA

Teresinha Queiroz¹

Introdução

Em 1894, Clodoaldo Freitas elabora uma crônica sobre a Balaiada, com forte teor crítico à República recém-instituída e vergastando enfaticamente a continuidade da dominação, no Piauí, da família Sousa Martins. Objetiva, em seu texto, discutir as políticas provincial e republicana a partir da elaboração de uma outra memória da Balaiada. O conteúdo e a forma do texto desvelam os ressentimentos com a jovem República, bem como apresentam ácida crítica aos militares que atuaram naquele movimento e aos que estavam no poder, definindo-os como incapazes e inadequados não só para a consecução dos procedimentos ligados à guerra como aos concernentes ao exercício do poder público. Afirma a continuidade da dominação do Partido Conservador no Piauí e realça as dores do Partido Liberal.

Clodoaldo Freitas produz sua interpretação da Balaiada, tomando como base documental primeira a audição de participantes e de testemunhas primárias e secundárias do movimento no Piauí e no Maranhão.² Com esse material adicionado à pesquisa na

1 Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

2 Clodoaldo Freitas registra a tradição oral da Balaiada no Piauí e no Maranhão ao longo de dez anos. Ouve sobretudo os oficiais que participaram do movimento, testemunhas

documentação oficial e o recurso a pequena bibliografia disponível em 1894, seleciona os episódios e os sujeitos principais de sua narrativa. Assim, realiza uma leitura/interpretação a partir de baixo, mas não como uma defesa da Balaiada, que considera indefensável – e sim como aproximação e compartilhamento das dores das populações arrastadas, a despeito de si, na voragem dos acontecimentos.

O propósito de Clodoaldo Freitas foi o de elaborar uma crônica que veiculasse a memória não oficial da Balaiada com o sentido de desmitificar os heróis consagrados do movimento.³ Dessa forma, Manuel Clementino de Sousa Martins, José Martins de Sousa e o Barão da Parnaíba são associados, de modo direto e indireto, aos detalhes mais sórdidos e sombrios do conflito, daí a ênfase nos crimes, nos castigos físicos, nas vinganças pessoais, nos saques, nos roubos e nas depredações.

Nesse sentido, apresenta ao leitor uma história/memória dos ressentimentos e das sensibilidades, enfatizando as dores e os sofrimentos do povo.⁴

Historiografia e política

A Balaiada se institui como tema historiográfico ainda no século XIX, sendo Domingos José Gonçalves de Magalhães⁵ um dos primeiros

diretas dos fatos. Além disso, recolhe as histórias conforme foram sendo ditas e transmitidas pelas famílias acerca de pessoas e eventos da época. Entre essas fontes, alguns dos seus familiares que participaram das forças legais e estiveram presentes nos acontecimentos em Oeiras e nos campos de batalha.

- 3 Ao usar como recurso narrativo a descrição dos fatos em detalhes e construir o enredo dos capítulos de modo a realçar as personagens que serão objeto da desconstrução da memória oficial, Clodoaldo Freitas procura alcançar os sentimentos do leitor da forma mais direta e imediata. Texto e contexto funcionam com o sentido de acionar os afetos do leitor na direção da indignação com as personagens principais da narrativa e ao mesmo tempo suscitar a identificação com as dores das populações que ele considerava como as vítimas da Balaiada.
- 4 Clodoaldo Freitas considera a tradição oral como deturpada, incompleta, fragmentária, porém traduzindo e veiculando os sentimentos do povo, daí afirmar que sua aproximação com a Balaiada é balizada pela forma como ela vem sendo contada pelos que a viveram e a sofreram.
- 5 Poeta, escritor, dramaturgo, diplomata e político. Nascido no Rio de Janeiro em 1811 e falecido em Roma em 1882, Domingos José Gonçalves de Magalhães tornou-se conhecido no Brasil com o livro *Suspiros poéticos e saudades*, editado em Paris em 1836 e considerado inaugurador do movimento romântico brasileiro. Ocupou o cargo de

narradores do evento. Como secretário particular de Luís Alves de Lima e Silva⁶, foi testemunha presencial dos fatos e, com base na documentação oficial e na memória pessoal e dos contemporâneos, redigiu e publicou, em 1848, *Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840*⁷, tendo como um dos objetivos perpetuar, realçar e louvar a atuação repressiva bem-sucedida do futuro Duque de Caxias. Não muito tempo após, em 1854, José Martins Pereira de Alencastre produz as suas *Notas diárias*⁸, que foram publicadas em 1872 na revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil (IHGB). Alencastre não fora contemporâneo ou partícipe do movimento, porém, na condição de secretário de José Antônio Saraiva⁹, consultou a vasta documentação oficial piauiense, fonte primordial de seu escrito. Nessas primeiras histórias da Balaiada, a centralidade da narrativa é o Estado Imperial em formação e o vigor das lutas políticas no âmbito das diferentes regiões. Essas narrativas realçam fatos, sujeitos, lugares, datas, conflitos, derrotas e vitórias que serão os marcadores da perpetuação da Balaiada na história e na memória desde o século XIX até hoje.

secretário de Luís Alves de Lima e Silva, quando esse militar foi nomeado presidente da província do Maranhão, com o objetivo de debelar a Balaiada. Foi habilitado com os títulos de Barão e Visconde de Araguaia.

- 6 Presidente da província do Maranhão de 7 de fevereiro 1840 a 13 de maio de 1841, o coronel Luís Alves de Lima e Silva, depois Barão, Marquês e Duque de Caxias, teve sua carreira militar alimentada pelo sucesso na contenção da Balaiada. Ao sair do Maranhão, foi destacado para sufocar movimentos revolucionários em curso no Rio Grande do Sul, em São Paulo e em Minas Gerais.
- 7 Em 1894, quando Clodoaldo Freitas redigiu *A Balaiada*, a *Memória* de Domingos José Gonçalves de Magalhães já tivera pelo menos três edições. A primeira saiu na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1848 (p. 263-326); a segunda em São Luís, edição da Tipografia Progresso, de Belarmino de Mattos, em 1858; a terceira no Rio de Janeiro, em 1865, sob o selo da B. L. Garnier. DUARTE, Sebastião Moreira. Nota preliminar. In: MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840*. 6. ed. São Paulo: Siciliano, 2001. p. 9-10.
- 8 ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Notas diárias sobre a revolta civil que teve lugar nas províncias do Maranhão, Piauí e Ceará pelos anos de 1838, 1839, 1840, 1841, escritas em 1854 à vista de documentos oficiais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo XXXV, n. 2, p. 423-483, 1872.
- 9 José Antônio Saraiva governou a província do Piauí de 7 de setembro de 1850 a 12 de março de 1853. Alencastre, porém, permaneceu em Teresina, onde fundou o jornal *A Ordem* e ocupou cargos públicos, como o de professor de História no Liceu Piauiense. Nesse período, elaborou o *Memória cronológica...* e as *Notas diárias*. Sobre a permanência de Alencastre no Piauí, consultar: BRANDÃO, Wilson de Andrade. *Historiografia piauiense*. In: ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1981. p. 9-31.

Apesar de personagens e episódios se mostrarem comuns em diferentes narrativas, as perspectivas acerca desse conflito são muito distintas, tanto nos aspectos macroscópicos e interpretativos, quanto nos detalhes dos acontecimentos e na avaliação dos distintos sujeitos.

Nesse sentido, *A Balaiada*, de Clodoaldo Freitas, redigida entre 12 e 25 de março de 1894 e preservada apenas em manuscrito até 2019, constitui a primeira narrativa do conflito à luz da perspectiva republicana, esboçando uma reflexão que relê não só os esforços e as dores da institucionalização do Estado brasileiro sob os moldes monarquistas como avalia a inflexão da história do Brasil propiciada pela proclamação da República em 1889. Mas não se trata aqui de uma louvação republicana nem de uma crítica ao Império decaído, e sim de registros da memória e de sugestão para a história de outras verdades acerca do movimento, cuja gestão é vista como equivocada, por parte das elites dirigentes do Piauí nos anos 1830/1840, então sob a tutela de Manuel de Sousa Martins, o Barão da Parnaíba.¹⁰ Nesse aspecto, Clodoaldo Freitas busca instituir e instaurar outro regime de verdade acerca do exercício do poder nos anos da Balaiada, e, após a sua contenção, a continuidade deletéria, do seu ponto de vista, da permanência, no Piauí, das mesmas famílias e estruturas de dominação vindas dos inícios do século XIX e firmadas desde o movimento da Independência, no bojo do processo de formação do Estado brasileiro.

As grandes linhas dessas lutas políticas imperiais, sobretudo nos anos 1830 e 1840, estão ligadas não só ao disciplinamento das elites no que diz respeito à manutenção da unidade territorial e da centralização política, como, e principalmente, à forma que deveria assumir essa gestão pública. Assim, as tensões regionais e locais que se expressam nos confrontos de interesses entre as elites correspondem a parcialidades que podem ser definidas como liberais, democráticas e federativas (nas suas várias combinações), ou como liberais,

¹⁰ Manuel de Sousa Martins, Barão e depois Visconde da Parnaíba, era o presidente da província do Piauí ao tempo da Balaiada. Fazendeiro abastado e político de muito prestígio na primeira metade do século XIX, nasceu em 1767 e faleceu em 1856. Personagem de relevo na história e na memória, desde o século XIX desperta intensos ódios e inegável adoração que se expressam em escritos os mais variados. Governou o Piauí de 24 de janeiro de 1823 a 30 de dezembro de 1843, tendo ficado fora do poder em pequenos intervalos nas décadas de 1820 e 1830.

autocráticas, unitárias e centralizadoras, também com suas variações e arranjos. O termo comum do século XIX é o liberalismo, porém seu conteúdo é indefinido e plural.

Na perspectiva local, o Barão da Parnaíba e os grupos políticos sob sua tutela representam os propósitos do Império e sua política unitária e centralizadora, profundamente ameaçados desde a Regência pelos interesses regionais que não se sentem contemplados pela política de unificação coordenada a partir do Rio de Janeiro. Corrobora essa ideia o forte envolvimento dos prefeitos e subprefeitos na repressão ao movimento.¹¹

No caso piauiense, a avaliação do pertencimento político dos oficiais e dos comandantes, e mesmo das lideranças da Balaiada originárias dos extratos de elite, realça e reforça crenças e práticas em consonância com aquelas perspectivas/modelos de Estado prescritos e desejados por essas frações das classes dominantes. Na mesma direção, apontam a participação dos presidentes das províncias vizinhas e os esforços dos prefeitos das áreas limítrofes fortemente ameaçadas pela expansão do movimento.¹²

Do ponto de vista de Clodoaldo Freitas, o Barão da Parnaíba é o responsável moral pelos equívocos políticos e pelas desgraças da guerra. Entretanto, não se trata de uma desordem local ou de uma escolha particular no campo da política e sim dos rearranjos mais largos das formas de poder e dos ajustes do Estado brasileiro como um todo na busca do equilíbrio para a sobrevivência como unidade territorial e política. Portanto, de formas de convivência política entre noções contrárias assumidas de forma particular nos espaços regionais do Império em formação.

No manuscrito *A Balaiada*, Clodoaldo Freitas opera uma inversão da memória acerca dos heróis consagrados da repressão. Elabora

11 A repressão à Balaiada se fez com forte participação e empenho dos prefeitos e subprefeitos das províncias do Piauí, do Maranhão, do Ceará e mesmo da Bahia. No Piauí, destacaram-se as atuações dos prefeitos José Francisco de Miranda Osório (Parnaíba), Francisco Irineu Gomes Correia (Marvão, atual Castelo do Piauí), José Martins de Sousa (Parnaguá) e Benício José de Sampaio (Campo Maior), dentre outros.

12 Para exemplificar, deve ser lembrada a participação de diversas autoridades de vilas e cidades cearenses como Granja, Vila Viçosa e Sobral, cujos interesses na repressão da Balaiada se irmanavam aos do Piauí e do Maranhão no extremo norte das três províncias, bem como a frequente colaboração das autoridades baianas em resposta às solicitações continuadas de auxílio feitas pelo Barão da Parnaíba.

uma crônica em que a centralidade está posta na desconstrução da memória dos heróis do Estado imperial brasileiro de acordo com as novas necessidades que se impunham a certos grupos políticos no início da República. Evidentemente, ele procura vergastar uma certa memória vencedora e se propõe recuperar as lembranças vivas da tradição oral, conforme igualmente a uma fração de classe, e tomando como fontes os relatos de oficiais que atuaram no conflito e a memória familiar. Deve ser lembrado que, no século XIX, o pertencimento político da família do autor é ao Partido Liberal e que a família Sousa Martins representa a continuidade da dominação conservadora na província.

As escritas de Clodoaldo Freitas e este *A Balaiada* não fogem a essa condição de escrita republicana, portanto têm significados políticos muito evidentes. Esses significados são compostos no cruzamento de fontes documentais, de memórias escritas, da tradição oral, das vivências do autor e de sua família, e muito fortemente, dos sentimentos e ressentimentos, tanto conjunturais quanto existenciais de Clodoaldo Freitas.

Os ressentimentos para com a continuidade conservadora podem ser observados, no caso do manuscrito em apreço, a partir das escolhas das personagens principais da narrativa e que estruturam o texto: Manuel de Sousa Martins (Barão da Parnaíba), Manuel Clementino de Sousa Martins,¹³ José Martins de Sousa,¹⁴

13 Sobrinho, afilhado e genro do Barão da Parnaíba, ofereceu-se como voluntário e formou, com expressiva parte dos filhos-família da região, o contingente que atuou nos primeiros momentos da repressão à Balaiada, em seu início mais ativa no território maranhense. Era militar já experimentado nas lutas pela Independência (PI e MA), na revolta de Pinto Madeira (CE) e na repressão aos restauradores pernambucanos. Tinha fama de bravo e temerário. Nasceu em 1799 e faleceu no combate no Baixão, em território maranhense no dia 14 de setembro de 1839. Foi deputado provincial nas legislaturas de 1835 e de 1837. Sua memória, assim como a do Barão da Parnaíba, tem sido objeto de permanente interesse dos historiadores, escritores e memorialistas piauienses. NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. v. 3. p. 48; CARVALHO, Abimael Clementino Ferreira de. *Família Coelho Rodrigues: passado e presente*. [Fortaleza]: Imprensa Oficial do Ceará, [1987]. p. 26.

14 Comandante da Coluna do Oeste e prefeito de Parnaguá, já participara das lutas pela Independência (Piauí e Maranhão). Faleceu em 1850, ocupando a patente de tenente-coronel da Guarda Nacional. Foi habilitado como membro da Ordem da Rosa, da Ordem de Cristo e da Ordem do Cruzeiro. Um de seus filhos, Eliseu de Sousa Martins, foi senador à Constituinte republicana pelo Estado do Piauí. Essa informação alimenta a tese da escolha intencional dos sujeitos que Clodoaldo Freitas busca atingir em sua narrativa. CARVALHO, [1987].

Antônio de Sousa Mendes,¹⁵ e secundariamente, Lívio Lopes Castelo Branco e Silva,¹⁶ José Feliciano de Moraes Cid¹⁷ e as lideranças balaias maranhenses. Trabalho com a hipótese de que essa condensação crítica atende às necessidades de vergastar, simultaneamente, a continuidade da dominação conservadora no Piauí republicano e a forte repulsa à República militar instituída no Brasil. Clodoaldo Freitas considera a política conservadora piauiense espoliadora dos direitos civis tanto no presente quanto no passado. Dessa forma, a desconstrução da heroicidade dos comandantes militares nos episódios da Balaiada configura e realça a convicção, bastante defendida à época, de que lugar de militar é na caserna.

Assim, é possível perceber uma crítica à República militarizada nos escritos historiográficos e memorialísticos que acompanham todo

15 Militar de carreira do Exército, serviu nas guerras da Independência, sendo um dos sitiados de Caxias quando da rendição de Fidié. Na Balaiada, substituiu o major Manuel Clementino de Sousa Martins, seu primo, filho de seu tio materno Joaquim de Sousa Martins. Comandante das Armas e da Polícia do Piauí, foi deputado geral na legislatura 1853-1856. Oficial da Ordem do Cruzeiro e Comendador de São Bento de Avis e da Ordem de Cristo. Nasceu em Oeiras em 1793 e faleceu em Teresina em 13 de abril de 1871.

16 Filho do coronel Antônio Lopes Castelo Branco e Silva e de D. Ana Rosa de São José, nasceu em 11 de setembro de 1813 na vila de Santo Antônio de Campo Maior. Neto paterno do capitão Francisco Gil Castelo Branco e de D. Maria Eugênia Lopes da Cruz Castelo Branco. Neto materno de Manuel Tomás Ferreira e de D. Vitorina Maria de Jesus. Agricultor, negociante e político, também dedicou-se aos negócios públicos, tendo sido vereador e eleitor de paróquia, juiz de paz e promotor público da comarca de Campo Maior, além de comandante do destacamento da vila. Em 1829, foi nomeado alferes da 4ª Companhia do Batalhão n. 83 de Caçadores da segunda turma do Exército. Casou em 1834 com D. Bárbara Maria de Jesus Castelo Branco, filha do Dr. Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco e de D. Maria de Jesus Castelo Branco. Os avós paternos de Lívio eram donos de opulentas fazendas e enormes boiadas em Campo Maior. O pai de Lívio também era homem de grande fortuna, proprietário da Fazenda Tapera, em Campo Maior e participante das lutas pela Independência no Piauí. À época da Balaiada, algumas das fazendas da família foram ocupadas pelas forças legalistas entre elas a Fazenda Livramento, do avô Francisco Gil Castelo Branco, e a Fazenda São Pedro do sogro Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco. Após a Balaiada, Lívio Lopes Castelo Branco fez carreira na Guarda Nacional, na imprensa, na burocracia pública e na política provincial. Faleceu em Parnaíba a 22 de dezembro de 1869.

17 Odilon Nunes afirma não ter o dia preciso de sua chegada a Oeiras. Porém, no início de dezembro de 1839, já estava organizando os recursos e a tropa para a luta. Foi nomeado comandante-em-chefe das forças piauienses em 15 de dezembro de 1839 e logo parte para o cenário da guerra, comandando 200 praças, 160 dos quais desarmados. Dirigiu-se a Campo Maior, instalou-se em Livramento, de onde organizou as investidas aos redutos balaios de Curimatá e Egito. Suas estratégias guerreiras contemplaram a ocupação e a transformação em presídios legais das principais fazendas do norte da província nos arredores da região mais fortemente conflagrada. Muitas das fazendas pertenciam à família Castelo Branco e aprisionavam também os seus proprietários. Sobre o passo a passo de Moraes Cid e as derrotas balaias, cf. NUNES, 1975, p. 92 e seguintes.

o conjunto das manifestações políticas dos anos 1890 e que tão bem se expressa nos discursos dos políticos profissionais, dos ideólogos e da imprensa brasileira. Nesse sentido, a produção de outra memória, a memória republicana, tem a pretensão de contar a história verdadeira, submersa sob os escombros da experiência de dor dos povos vencidos, contar uma história que ainda não está escrita e que corre o risco de perder-se no rio do esquecimento. No caso de Clodoaldo Freitas, é recorrente seu desejo de fazer justiça aos sujeitos do passado, dar uma nova vida a essas vítimas da história e da memória, propiciar-lhes uma outra chance de reconsideração de suas ações, desde que postula a história como o tribunal da posteridade e dessa história espera a justiça que foi negada no passado aos sujeitos que sucumbiram sob os grilhões da dominação.

À luz desse projeto maior de redenção do passado e para tirá-lo a limpo, narra a Balaiada considerando alguns episódios como marcadores principais do texto.

No manuscrito, as virtudes incontestáveis da masculinidade guerreira de Manuel Clementino são postas sob suspeição e desse outro olhar emerge um covarde sanguinário, um estrategista fracassado e inábil, um guerreiro que procrastina os combates, um saqueador e incendiário. Mesmo a sua morte no combate do Morro Agudo é descrita como a má morte por não decorrer do ato da guerra e sim resultar de uma vingança justificável e santificadora, originária de ações covardes contra Dona Rosa da Costa Alvarenga e seu patrimônio¹⁸. O assassinato

18 Dona Rosa da Costa Alvarenga foi casada em segundas núpcias com Raimundo Teixeira Mendes, chefe bentivi assassinado em Caxias, em 1837, a mando dos cabanos. Clodoaldo Freitas, na desconstrução da imagem heroica de Manuel Clementino, afirma que o comandante piauiense desrespeitou aquela senhora, depredou e roubou parte de seus bens, com isso gerando a revolta de um de seus afilhados, que teria sido o verdadeiro executor do comandante piauiense. Dessa forma, Manuel Clementino teria sido assassinado por vingança e não caído heroicamente no confronto com os balaios. O episódio é narrado em diferentes fontes e ganhou distintas versões que obedecem ao sabor dos interesses políticos do período e após. Recorrente nas memórias escritas e na tradição oral, o tema já repercutia no Rio de Janeiro durante os anos 1840, levado por Francisco José Fialho, jornalista inimigo do Barão da Parnaíba. Outras versões circularam em folhetos durante e após a Balaiada. Aparece, dentre outras fontes, em: MONTEIRO, [João da] Cruz. Conto histórico: o major Irineu Gomes Correia. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 224, p. 1-4, 12 out. 1912; BRITO, Benedito de Sousa. A verdade histórica e o bravo Major Manuel Clementino de Sousa Martins, um dos heróis da Balaiada. Teresina: Tipografia Paz, 1913; CARVALHO, Carlota. *O Sertão*: subsídios

teria sido perpetrado, de acordo com a tradição oral, por afilhado da referida senhora, que só teria se alistado nas hostes legalistas com este fim. Clodoaldo retoma esse fio da tradição oral e ataca vigorosamente a memória oficial do major Manuel Clementino de Sousa Martins, cuja glória vinha marcando, sem rupturas e descontinuidades, a imaginação histórica piauiense no século XIX. Posteriormente essa indicação é contraditada por Benedito de Sousa Brito.¹⁹

O manuscrito também recupera o que parte da tradição oral conservava sobre Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, e por essa via Clodoaldo Freitas restabelece interlocução com Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, filho de Lívio, defensor de seus atos e justificador dos mesmos perante a história.²⁰ Para Clodoaldo Freitas, Lívio é o anti-herói indesculpável sob qualquer perspectiva. Julga-o culpado por aderir, conduzir e saquear Caxias na Balaiada; por abandonar a luta e todos os seus subordinados; covarde por fugir. É ainda culpado por apoiar a transferência da capital de Oeiras para Teresina que, em 1894, Clodoaldo Freitas considerava ter sido um desserviço aos interesses da província, outra “desgraça” que Lívio promovera.

No que diz respeito a Francisco Lopes Castelo Branco, cognominado Ruivo,²¹ manifesta uma espécie de sedução pela

para a história e geografia do Brasil. 2. ed. Imperatriz: Ética, 2000; ALMEIDA, Tito Franco de. *O conselheiro Francisco José Furtado: biografia e estudo de história política contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1944. p. 16.

19 Benedito de Sousa Brito assim narra o episódio: “Quando Manuel Clementino se aproximava do sítio de lavoura de propriedade da respeitável viúva D. Rosa Alvarenga foi bruscamente atacado por forças reunidas nesse sítio e aí aquarteladas, forças que, segundo constatou, eram alimentadas pela senhora que aderira à rebelião e acoitava um troço de rebeldes. Indignado com a notícia, o major avançou sobre o sítio, pondo em retirada os atacantes, e, chegando à casa de D. Rosa verberou-a frente a frente pelo seu procedimento, homiziando os rebeldes; mas não praticou nenhuma violência material contra ela ou suas propriedades”. BRITO, 1913, p. 8-9. O folheto acima, que circulou na forma anônima em 1913, foi republicado em 1980, indicando a autoria. Conferir: BRITO, Benedito de Sousa. A verdade histórica e o bravo Major Manuel Clementino de Sousa Martins, um dos heróis da Balaiada. *Revista do Instituto Histórico de Oeiras*, Oeiras, n. 2, p. 153-161, 1980.

20 A defesa de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva por seu filho Miguel Borges pode ser vista em CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos importantes na província do Piauí*. 3. ed. Teresina/Brasília: Academia Piauiense de Letras/Senado Federal, 2014. p. 117-129. A primeira edição do livro é de 1879.

21 Ruivo foi um dos principais comandantes dos balaios nas matas de Curimatá e Egito.

coragem do chefe balaio, realçando sua extraordinária coragem e seu autocontrole no momento em que é severamente castigado com 230 chibatadas que lhe deixam o corpo em chagas.

Acerca de Antônio de Sousa Mendes, destaca a prática dos saques e a luxúria e, por essa via, apresenta episódios de violação e desonra dos corpos femininos, especialmente estupros e raptos, bem como o sequestro de mulheres pelas tropas, visando ao usufruto sexual coletivo.

José Martins de Sousa merece páginas de desdouro, em que a inépcia, a covardia, as ações de roubos e saques, aliados aos extremos de crueldade remarcam a imagem de um “bandido” das forças legais. Deve ser realçado que Clodoaldo Freitas equipara forças legais e balaio no mesmo cortejo de covardias, misérias e atentados à propriedade e ao pudor, porém toma o partido das populações não envolvidas nesses conflitos de poder e que foram vítimas desses jogos de interesses.

Ao propor essa rememoração dos fatos da Balaiada, afirma que o seu texto é crônica e não história ainda e que se dirige aos futuros historiadores como colaborador para que certos fatos não sejam esquecidos. Afirma a crua realidade dos fatos acontecidos e destaca que se beneficiou da liberdade de narrar, ao escolher o gênero crônica.

Honra, poder e guerra

As narrativas das guerras são escritas sobre as honras e as desonras. Esses modos de realçar as virtudes e as vilanias constituem formas ancestrais de convivialidade, de construção e de preservação das hierarquias sociais. O manuscrito de Clodoaldo Freitas sobre a Balaiada constitui um repositório fecundo desses formatos de evidenciar as posições e os contrastes sociais a partir do paradigma

Com as derrotas sucessivas, deslocou o grosso de suas tropas para o Maranhão em maio de 1840, mas retornou ao Piauí com o propósito de reanimar seus prosélitos. Entretanto, Morais Cid já dominava toda a região entre Livramento e Barras. Nesse retorno, o comandante do posto de Salobro tenente Antônio da Costa Araújo, com oito praças, o surpreende e o captura. A instrução dada é a de não matá-lo. Ruivo foi conduzido a Livramento, onde Morais Cid lhe aplicou terrível surra, cujas consequências adiam sua ida para Caxias. MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Tempo de balaio*. Florianópolis: UFSC, 2008. p. 221-223; NUNES, 1975, p. 101-106.

da honra. Para além do denodo, da coragem, da abnegação e das virtudes da proteção cavaleiresca que informam também os signos da guerra e conferem a adesão pela obediência e pelo respeito aos bravos generais, sobreleva a honra escriturística que é conferida aos heróis guerreiros. E especialmente, aquilo que vai definir a perda da honra e a mais suprema humilhação.

A honra nos Oitocentos se expressa e se constrói passo a passo, desde as formas do nascer aos rituais do morrer. Os conteúdos de uma vida honrada representam e significam os valores socialmente aceitos ou desejados. A honra é especialmente familiar e relacional. Desse modo, a honra do homem, da mulher e da família se estabelecem e se mostram no modo nobre de viver, ou seja, na gestão do trabalho e não em sua execução; nas formas e usos do vestuário e dos acessórios pessoais, caseiros e de circulação; na submissão, no acatamento e na defesa dos valores sugeridos e impostos pela condição sociofamiliar; pela obediência e respeito manifestados pelos subordinados aos seus superiores; pelo não exercício das profissões mecânicas; pelo fato de ter a quem mandar. Está, portanto, associada a práticas que extrapolam meramente a condição individual, a propriedade de bens e valores, bem como seu usufruto. A honra é valor social e reside também nos campos do simbólico e do ritual.

Nas condições da guerra, e aqui tomo a narrativa de Clodoaldo Freitas sobre a Balaiada como repertório possível, a honra e a desonra são associadas às personagens principais e podem ser exemplificadas: no confronto entre Francisco Irineu Gomes Correia e Manuel Clementino de Sousa Martins, quando o primeiro protege e devolve os bens de Dona Rosa da Costa Alvarenga tomados em saque pelo segundo, desafiando as ordens do comandante em benefício da proteção de uma senhora indefesa; na atribuição da morte de Manuel Clementino a um criado de Dona Rosa Alvarenga, a título de vingança, pelas ofensas feitas à “madrinha” e não à coragem intemerata do comandante no cenário da guerra; na descrição simplória do funeral de Manuel Clementino, sem as exéquias convencionais cristãs e com o corpo quase em decomposição. A desonra se concretiza não na morte em si, mas pela ausência dos familiares e das bênçãos da Igreja. Esta era a morte mais temida.

As formas de desonrar pela memória insistem na elocução da má morte. Essa má morte toma as formas da violência, do inesperado, da solidão e da ausência dos rituais católicos, entre eles a extrema-unção. Em *A Balaiada*, a descrição da morte e das exéquias de Manuel Clementino de Sousa Martins incorpora todos esses elementos desclassificadores e acrescenta a condição da morte por vingança resultante de ações ignominiosas. Clodoaldo Freitas afasta qualquer possibilidade de incorporar dimensões heroicas à ação do comandante chefe das forças piauienses. É possível traçar um paralelo entre essa descrição e a narrativa de Humberto de Campos acerca da morte de Pacífico da Silva Castelo Branco, também ocorrida nas imediações do rio Parnaíba quando o velho fazendeiro inspecionava suas inúmeras propriedades.²² A condução do corpo apodrecendo pelas águas do Velho Monge e o sepultamento em caixão de escravos aparecem como vingança dos oprimidos sobre o opressor, como indicativo de distinções e de ódio de classe e raça e talvez dos ressentimentos sociais do próprio Humberto de Campos.²³

Além desses aspectos, muitos outros aparecem na narrativa. São desonrosas certas formas de combater o inimigo e de tratar e espoliar os vencidos, como: fazer a política de terra arrasada, que incluía os incêndios sumários das casas e das propriedades; roubar os animais

22 Fazendeiro e criador de gado, foi chefe do Partido Liberal na província, vereador, presidente e vice-presidente da Câmara de Parnaíba. Lutou na Guerra do Paraguai, comandando um batalhão de voluntários. Após a guerra, foi nomeado oficial da Ordem da Rosa e elevado ao posto de coronel da Guarda Nacional. Casou-se três vezes, as duas primeiras esposas eram tia e sobrinha entre si e ambas suas primas. Deixou para os filhos grande fortuna em terras e gado. Quando da morte de sua segunda mulher, Torquata Gonçalves Castelo Branco, em 1879, o patrimônio do casal foi avaliado em Rs 89:310:632, incluídos 24 escravos. COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. *Arraial e coronel: dois estudos de história social*. São Paulo: Cultrix, 1978. p. 123 et. seq.

23 Humberto de Campos, na crônica intitulada *O caixão de Teresa*, descreve o transporte do corpo de Pacífico da Silva Castelo Branco pelas águas do rio Parnaíba após sua morte súbita quando da inspeção de suas numerosas fazendas, bem como o enterro em caixão utilizado pelos escravos, realçando com isso a morte e o enterro desonrosos. CAMPOS, Humberto de. *Memórias e memórias inacabadas*. São Luís: Instituto Geia, 2009. p. 333-355. Em 1935, seu filho Domingos Pacífico Castelo Branco publicou *Em defesa da memória do coronel Pacífico da Silva Castelo Branco*. São Luís, Tip. Simão, 1935. Apesar de não ter tido acesso a essa memória, suponho que a defesa guarda relação com a publicação da crônica de Humberto de Campos. Por enquanto, trata-se de uma hipótese.

de montaria, o gado de corte e as miunças; saquear fazendas e sítios, conduzindo os mantimentos e os objetos de valor das propriedades (joias, utensílios e alfaías domésticos, peças de tecido, redes, solas e estribos, baús e caixas).

A política de saques contra propriedades dos inimigos é mostrada como indicador da vilania dos comandantes e de seus oficiais e exemplifica a ausência de propósitos nobres e mais elevados nessa guerra que Clodoaldo Freitas considera injustificável sob todos os aspectos.

Sobre a desonra das famílias e dos corpos, especialmente os femininos, o autor destaca os crimes sexuais; a violência dos castigos e a adoção de formas de punir segundo os modelos aplicados às classes subalternas, especialmente contra os escravos; a mutilação dos corpos e exibição de partes amputadas; as formas vis de matar – à traição ou com requintes de crueldade; os assassinatos sumários dos feridos e dos vencidos; a ausência dos rituais católicos; o não sepultamento dos cadáveres e muitas outras profanações dos corpos masculinos e femininos que caracterizam esse cenário de guerra. Acentua também as formas covardes de morrer e as fugas.

Além disso, é possível também observar um denso capítulo de misérias: a fome que assola entre balaios e legalistas; as improvisações alimentares com os frutos da terra; o esgotamento das lavouras e da pecuária; o desfile dos corpos esqueléticos de homens, mulheres e crianças; o vigor das doenças da fome; as mortes por epidemias que atacavam milhares de pessoas em acampamentos legalistas e balaios. Esse cenário é o da guerra e persiste após o fim do conflito, quando a gerência dessas misérias cabe aos juizes de órfãos das comarcas e aos presidentes das províncias.²⁴

A sociedade constituída sob certos traços de uma violência instituída e generalizada aparece sob o enredo de *A Balaiada*. Os processos de ataque e defesa, tanto dos balaios quanto das forças legais, não se diferenciam das formas usuais empregadas na contenção e na intimidação de pessoas e de grupos. O Piauí era uma sociedade de base pecuária e de feição escravista. Os tratos com os seres humanos

24 O papel exercido pelos juizes de órfãos no final da Balaiada e as dificuldades para exercer a proteção à infância podem ser vistos em NUNES, 1975, p. 109-111.

em situações de conflito remetiam às práticas de domar os animais, fustigar os escravos, e colocá-los a serviço dos dominadores. As formas de impor a disciplina através dos mecanismos de tortura eram apenas exponenciados e mais generalizados no contexto da guerra civil. As formas de matar se aproximam ao mesmo tempo do padrão de castigo aplicado aos escravos (a antes aos indígenas) e das formas de sacrificar os animais.

A eliminação total de feridos, de vencidos e de doentes é o *plus* que não diferencia as práticas das forças legais das práticas dos balaio. As políticas de não deixar testemunhas dos fatos e de desfavorecer uma possível recuperação do inimigo correspondem, no tratamento com as pessoas, ao processo recorrente de saques seguidos de incêndios, nas vilas e nas fazendas.

As formas de violência não deixam de ter um profundo sentido de hierarquização social e manutenção do status de poder, desde que a referência principal desta distinção é dada pela manutenção, distribuição e concessão da honra, que reside não no sujeito, mas nas relações sociais. Honra e desonra habitam o mesmo espaço móvel de uma distinção/hierarquização sempre sob ameaça de ruína. Nessas disputas, a honra pessoal e a posição familiar são passíveis de defesa a ferro e fogo.

As hierarquias sociais perpassam mesmo as categorias que definem os remanescentes das batalhas: vencidos, apresentados, escravos, mulheres e crianças recebem tratamentos distintos, segundo a importância e o lugar social que lhes são conferidos na dinâmica da guerra. O máximo das penalidades é aplicado aos homens adultos. Aos demais as penas são progressivamente mais baixas, chegando inclusive à proteção – caso dos menores e dos órfãos.

Clodoaldo Freitas não nomeia os balaio como um coletivo, como uma massa coesa e informe. Ao contrário, diferencia as personalidades e as ações, informa sobre situações particulares e sobre atuações próprias de cada chefe balaio, conferindo subjetividade a cada um deles. Quando trata das masculinidades indesejáveis e das práticas sexuais pervertidas, nomeia os acusados, como a fazer o processo e o julgamento correspondente a cada sujeito. Afinal, sua escrita deve funcionar como o tribunal da história e seus jurados são os pósteros.

As mulheres no manuscrito *A Balaiada*

A despeito de ser a guerra uma prática ligada sobretudo ao masculino, as mulheres nela estão presentes não apenas como vítimas, mas igualmente como participantes ativas e no cenário dos conflitos. Na Balaiada não foi diferente. Se as hostes legais são sobremodo formadas por homens e seguem em parte as convenções e os modelos instituídos das guerras tradicionais, entre os balaios a composição demográfica das forças é complexa e heterogênea, os acampamentos guerreiros não se diferenciam dos arranjos familiares dos participantes e as formas de ataque seguem padrões de guerrilhas.

Os grupos balaios, nas cidades, nos campos ou nas travessias, são formados por homens adultos, por mulheres, crianças e escravos. Ou seja, reproduzem as estruturas sociais e familiares, já que esses rebeldes se deslocam carregando o seu mundo e os seus bens – especialmente a família. Pais, mães, filhos de todas as idades, agregados, parentes, escravos dos proprietários rurais envolvidos no conflito, livres e escravizados, ou seja, a sociedade se desloca na sua composição, nos seus valores, tentando preservar os seus modos de viver.

Os resumos quantitativos constantes dos relatórios dos comandantes das forças legais são ricos quanto a essas composições. Mulheres e crianças quase sempre são a maioria nesses contingentes que incluem presos, apreendidos, apresentados, escravos encontrados ou apenas identificados como tal, mulheres de todas as idades (mães, filhas, esposas, parentas) e sobretudo o elevado número de crianças, que assim são considerados os menores de 12 anos. Nas contagens efetivadas no momento das derrotas balaias, é sempre menor o número de homens adultos, os que são considerados rebeldes, portanto passíveis de responder por seus atos nos rigores da lei.²⁵

25 Odilon Nunes informa sobre os quantitativos parciais de vencidos no final da luta em Curimatá e Egito: 162 presos; 484 apreendidos; 63 mortos; 1312 mulheres e crianças apreendidas; 120 escravos encontrados; perfazendo o total de 2.151 pessoas. Apresenta também dados parciais correspondentes ao final da luta nos vales do Uruçuí e do Gurgueia, palco das operações da Coluna do Oeste, dirigida por José Martins de Sousa: 47 presos; 291 apreendidos; 126 homens mortos; apreendidas 50 mulheres; apreendidas 67 crianças e encontrados 14 escravos. Odilon Nunes desconfia do número de mortos, que seria muito mais elevado. NUNES, 1975, p. 113 e 167.

Isso acontecia pelo fato de os participantes do movimento necessitarem proteger a si e aos seus, bem como pelo desejo de preservação de um mínimo de conforto aos chefes balaios oriundos de famílias de elite e, evidentemente, pelas condições sociais que implicavam posições familiares, patrimoniais e de gênero bastante remarcadas, sobretudo por haver necessidade premente do trabalho nos campos de guerra. Assim, as famílias dos chefes às vezes os acompanhavam e vê-se na documentação oficial, com grande frequência, a captura de mães, de filhas e de esposas dos balaios de todas as hierarquias sociais, sob ameaças de sedução e violência e muitas vezes isso de fato acontecendo. Quando bonitas, muitas vezes se tornavam objeto de sedução e gozo, sendo raptadas, seviciadas e estupradas, incorporadas aos séquitos femininos de usufruto sexual das tropas.

Clodoaldo Freitas descreve a presença das mulheres na Balaiada em muitas situações: filhas brancas e esposas das classes elevadas que não abandonam seus pais e esposos e os acompanham na prisão, na doença, nos castigos e na morte (cuidando, alimentando, enterrando, escondendo, administrando as propriedades, gerenciando os coutos de refugiados, protegendo os bens familiares, negociando ora com as forças legais, ora com os balaios, alimentando as tropas, protegendo reservas de animais e de alimentos); nos seus sofrimentos próprios do gênero (grávidas, parindo, abortando, protegendo e salvando os filhos, abandonando-os à caridade pública ou aos azares da sorte, esmolando, humilhando-se frente às forças legais, sacrificando-se pelos pais e maridos); permanecendo nas propriedades e fazendas, tocando a vida possível nas circunstâncias da guerra continuada, acompanhadas das filhas, criadas e alguns escravos e submetidas às violências dos saques legais e dos saques balaios, perdendo seus gados, cavalos, miunças, cereais, ouros e objetos domésticos; incomodando os homens por suas manifestações histéricas e descontroladas, exercendo os seus papéis emotivos e sentimentais expressivos da condição feminina do período.

As mulheres aparecem com seus gritos, soluços, choros incontroláveis, em desespero, rezando, cuidando dos doentes e dos mortos, sempre com as emoções exacerbadas e incontidas; sofrendo e agindo ao sabor das circunstâncias fortuitas do tempo doloroso da guerra, vendo seus pais e maridos mortos, suas filhas e irmãs raptadas

e seviciadas, seus filhos famintos e abandonados por diferentes razões, arrancados os seus poucos bens, incendiadas as suas casas e propriedades, saudosas de seus entes queridos dispersos pelas matas, inseguras acerca da vida e da morte dos seus.

Além disso, as mulheres também são flagradas em seus deslocamentos para encontrar, no silêncio e no segredo, seus maridos. Foi o caso da esposa de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva – Dona Bárbara Maria de Jesus Castelo Branco²⁶ – que, com seus filhos e outros parentes, se desloca para Sobral (CE) para ter com o marido que ainda fugia das forças legais piauienses.

As mulheres, com suas dores e sofrimentos, também tecem os fios mais candentes e bárbaros da guerra. São vítimas e são testemunhas desses horrores: castigadas, silenciadas, estupradas, mortas, torturadas, órfãs e viúvas, perdendo os filhos por vários motivos, expostas em sua nudez, tendo as partes íntimas arrancadas e expostas como troféus.

A presença de mulheres e crianças na Balaiada está muito bem configurada na correspondência dos juízes de órfãos. Essas autoridades expressam o desconforto e até o desespero face às condições de sobrevivência de centenas de desprotegidos no final e no pós-Balaiada, quando não aparecem os recursos para alimentar, cuidar, sarar e agasalhar os órfãos. A generosidade das famílias acolhedoras e as adoções não são suficientes para resolver esses problemas.

26 Bárbara Maria de Jesus Castelo Branco era filha de Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco e de Maria de Jesus Castelo Branco, primos entre si. Nasceu na fazenda São Pedro, município de Campo Maior que, à época da Balaiada, tornou-se um dos redutos dos contingentes legais para os ataques às forças balaiaias de Curimatá/Egito. Casou-se com Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, seu primo, em 15 de junho de 1834 e tiveram oito filhos e filhas, dos quais quatro faleceram solteiros. O sogro de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva foi o primeiro piauiense a formar-se em Direito na Universidade de Coimbra, em 1803. Foi deputado eleito às Cortes Constituintes de Lisboa e à Assembleia Constituinte do Brasil, em 1823. Juiz de paz das comarcas de Campo Maior e Parnaíba, no Piauí e de Caxias, no Maranhão. Herdou a fazenda São Pedro e adquiriu outras na mesma região que corresponderia posteriormente aos municípios de Campo Maior, União, Barras e José de Freitas. Entre essas fazendas figuravam: Boa Vista, Desterro, Veremos, Tapuio e Estanhado, todas situadas na região conflagrada. PIREZ FERREIRA, Edgardo. *A mística do parentesco: uma genealogia inacabada: os Castello Branco e seus entrelaçamentos familiares*. Teresina/São Paulo: IHGGPA/Linear B Gráfica e Editora, 2013. v. 5. p. 148-149 e 297.

Considerações finais

Para Clodoaldo Freitas, as guerras civis são injustificáveis. Só reconhece como verdadeiras e justas as revoluções de 1817, 1824 e a de Piratini, todas de feição republicana. Apesar de considerar Lívio Lopes Castelo Branco e Silva imperdoável sob qualquer aspecto, reconhece que a Balaiada acionou os sentimentos fervorosos de patriotismo que inflamaram os povos por ocasião da Independência. Portanto, observa uma linha de continuidade do ponto de vista dos sentimentos políticos e das crenças populares quanto aos seus direitos e deveres. Confere alguma cidadania aos participantes do movimento, mesmo de forma indireta e secundária.

Afirma, ao longo de todo o texto, serem as forças legais vencedoras os verdadeiros bandidos e corrobora essa sua ideia ao realçar as violências e os abusos do poder perpetrados pelas elites dirigentes de Oeiras e em especial pela família Sousa Martins sob a tutela do Barão da Parnaíba. Daí a desmitificação dos heróis da Balaiada.

Quanto aos balaios, considera legítima, até certo ponto, a reação à onipotência dos prefeitos e os pedidos de retorno aos direitos costumeiros requeridos pelos habitantes das comarcas. No caso do Piauí, há demandas subscritas pelos irmãos Aguiar acerca da reposição desses antigos privilégios da vila de Parnaguá. Deve ser lembrado que os direitos das câmaras municipais então requeridos correspondiam às mercês conferidas por D. José I quando da instauração das primeiras vilas por João Pereira Caldas, em 1761.²⁷

Descreve o recrutamento como uma política arbitrária e partidarizada, portanto mediada pelos usos políticos. Em uma época marcada pela eclosão e vigor de revoltas em todo o Império, as necessidades dessas guerras generalizadas esgotavam as populações, especialmente as pobres, de suas reservas de homens na idade ativa, implicando grandes perdas demográficas e prejuízos consideráveis para as economias locais. O Piauí, de uma demografia rarefeita e baseada

²⁷ Ao instalar as primeiras vilas da capitania do Piauí, em 1761, João Pereira Caldas o faz mediante a concessão de inúmeros privilégios aos seus moradores, seguindo as determinações de D. José I e do Marquês de Pombal. Sobre esses privilégios, consultar: NUNES, 1975, p. 107.

na agricultura incipiente de subsistência e na pecuária extensiva, se ressentia do envio compulsório de centenas de combatentes livres e escravos, para os campos conflagrados das províncias do Sul. Essas migrações compulsórias eram temidas pelas populações locais também por serem caminhos sem volta.

A ênfase da escrita de Clodoaldo Freitas é posta nos aspectos das arbitrariedades do poder, do uso injustificado e ilegítimo da violência, nos saques, nos roubos, nos incêndios, nos estupros, nas formas de castigo e nas dores das vítimas, estas quase sempre os não envolvidos de forma direta no conflito, mas que para ele eram arrastados pelas circunstâncias fortuitas de pertencerem ao cenário onde os combates se desenrolaram. As vítimas, em geral, não são definidas por ele como tendo interesses políticos ou partidários, mas são movidas e sacrificadas pelas pressões exercidas tanto pelos balaios quanto pelas forças legais.

Clodoaldo não desqualifica apenas as ações das forças legais, embora seja este um dos seus principais objetivos. Também não encontra significado na luta dos balaios, pois, para ele, só as lutas em prol da República, só o santo direito de os povos se autogovernarem teria uma justificativa plausível para movimentos guerreiros e civis, ou seja, entre nacionais. Iguala forças legais e forças rebeldes na inépcia, no despreparo, na improvisação, na crueldade para com os inimigos e na vileza dos saques e das depredações. É tão duro com Lívio Lopes, como fora duro com Manuel Clementino e José Martins. Ao primeiro, ainda cola o atributo de extrema covardia – por abandonar os seus subordinados à dura sorte da guerra – e largar os combates de forma sorrateira. Considera justificável, mas equivocada, as pretensões de Miguel Borges de defender a honra do pai – para ele indefensável.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Helvídio Clementino de. *Exposição sobre a família Vieira de Carvalho – Coelho Rodrigues*. 2. ed. Goiânia: KELPS, 2014.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Notas diárias sobre a revolta civil que teve lugar nas províncias do Maranhão, Piauí e Ceará

pelos anos de 1838, 1839, 1840, 1841, escritas em 1854 à vista de documentos oficiais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo XXXV, parte segunda, p. 423-483, 1872.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1981.

ALMEIDA, Tito Franco de. *O conselheiro Francisco José Furtado: biografia e estudo de história política contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1944.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. Historiografia piauiense. In: ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1981. p. 9-31.

BRITO, Benedito de Sousa. A verdade histórica e o bravo Major Manuel Clementino de Sousa Martins, um dos heróis da Balaiada. *Revista do Instituto Histórico de Oeiras*, Oeiras, n. 2, p. 153-161, 1980.

CAMPOS, Humberto de. *Memórias e memórias inacabadas*. São Luís: Instituto Geia, 2009.

CARVALHO, Abimael Clementino Ferreira de. *Família Coelho Rodrigues: passado e presente*. [Fortaleza]: Imprensa Oficial do Ceará, [1987].

CARVALHO, Carlota. *O Sertão: subsídios para a História e Geografia do Brasil*. 3. ed. rev. e ampl. Teresina: EDUFPI, 2011.

CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos importantes na província do Piauí*. 3. ed. Teresina/Brasília: Academia Piauiense de Letras/Senado Federal, 2014.

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. *Arraial e Coronel: dois estudos de História Social*. São Paulo: Cultrix, 1978.

FERREIRA, Edgardo Pires. *A mística do parentesco: uma genealogia inacabada: os Castello Branco e seus entrelaçamentos familiares no Piauí e no Maranhão*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: ABC Editorial, 2013. v. 5.

FREITAS, Clodoaldo. *A Balaiada*. Teresina, 1894. Manuscrito inédito.

FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses: apontamentos biográficos*. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2012.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840*. 6. ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Tempo de Balaio*. Florianópolis: UFSC, 2008.

MONTEIRO, [João da] Cruz. Conto histórico: o major Irineu Gomes Correia. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 224, 12 out. 1912, p. 1-4.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. v. 3.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Cronologia histórica do Estado do Piauí desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. v. 1.

Um velho amigo da verdade [pseudônimo de Benedito de Sousa Brito]. *A verdade histórica e o bravo major Manuel Clementino de Sousa Martins, um dos heróis da Balaiada*. Teresina: Tip. Paz, 1913.

AS REDEFINIÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO NO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Pedro Vilarinho Castelo Branco¹

O presente artigo investiga, a partir da escrita de literatos piauienses, a questão do trabalho e a sua valorização no final do século XIX e início do século XX, buscando avaliar qual o impacto desses discursos na redefinição das identidades masculinas e femininas (SCOOT, 1995, p. 71-99).

A construção do argumento inicia pela análise das práticas tradicionalmente vivenciadas pelos homens da elite social piauiense para cumprir a função de provedores da família. Em um segundo momento, averiguamos os discursos dos literatos na sua intenção de legitimar o valor positivo do trabalho nas sociedades modernas enquanto traço identitário masculino. Em sequência, o foco da análise converge para as propostas de inserção das mulheres no mundo do trabalho remunerado visando identificar as percepções dos literatos sobre as novas propostas dirigidas a esse segmento, particularmente dos grupos sociais médios.²

1 É graduado em História pela Universidade Federal do Piauí (1992), Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2005). É Professor Associado IV do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPI. E-mail: pedrovilarinho@uol.com.br.

2 No presente trabalho, definimos como grupos médios as pessoas vinculadas a pequenos fazendeiros, comerciantes, funcionários públicos, professores, guarda-livros. Esse grupo mantinha laços de consanguinidade com as elites, mas se posicionava em um escalão intermediário na sociedade, principalmente durante a transição da vida rural para a urbana.

Direcionaremos o foco da análise para os grupos sociais que, nesse momento histórico, iniciavam um lento, mas contínuo processo de migração das áreas rurais em direção à cidade, um caminho quase obrigatório àqueles que almejavam a escolarização dos filhos. O desenvolvimento de atividades tipicamente urbanas fazia com que a vida na cidade possibilitasse a essa população novas oportunidades de empregos, seja no setor público, seja no comércio e nas atividades de ensino. Contudo, para exercer tais funções, era preciso uma aprimorada habilidade no uso da escrita, o que tornava o acesso à escola inevitável, para aqueles que desejassem viver nas urbes, mantendo certo padrão de respeitabilidade social. (QUEIROZ, 1994)

No Piauí, o mundo rural permanecia hegemônico, a renda proveniente da terra continuava a ser a base da riqueza local e, por conseguinte, determinante das qualificações e das hierarquias sociais, assim como das formas de inserção no setor produtivo e da aquisição de recursos necessários para o sustento das famílias.

A posse da terra era fundamental, era nela que se criava o gado e se faziam plantações, e ainda, naquele início do século XX, se fazia exploração de bens extrativistas, como a borracha de maniçoba, a cera de carnaúba e a amêndoa do babaçu, produtos que ditavam o tom e o ritmo da economia local. Mesmo as pessoas que moravam nas cidades mantinham vínculos com o campo, tanto por um sentimento de pertencimento como por uma necessidade econômica, já que o sustento material dependia de rendas provenientes de atividades agrícolas e pastoris. Era, pois, da terra que emanavam os recursos, para a circulação da riqueza que fluía nas cidades, que alentava o comércio e o consumo de luxo dos privilegiados. Enfim, era o uso da terra que dava oportunidades de emprego e renda, para ricos, remediados e pobres.

A renda oriunda de atividades econômicas primárias era a principal fonte de financiamento da formação daqueles que se aventuravam no sonho de alcançar melhores níveis de escolarização e ingressar no mundo produtivo, exercendo atividades tipicamente

urbanas, em profissões de prestígio social, como aquelas ligadas à carreira jurídica, à medicina ou, ainda, ao setor educacional, que começava a ganhar corpo nas principais cidades, devido a investimentos públicos e privados.

Em narrativas de memória e crônicas e outros gêneros literários, podemos encontrar relatos que mostram um mundo em transição, uma mudança na tradição do ordenamento social vinculado ao trabalho compulsório, ao mundo da oralidade, da vida rural e da valorização de hierarquias sociais lastreadas, fundamentalmente, em questões étnicas, na propriedade da terra e no que ela poderia proporcionar. Essa organização socioeconômica começava, lentamente, a perder força diante de novas propostas.

No Piauí, as mudanças não foram traumáticas, uma vez que a riqueza não migrava para outros grupos sociais ascendentes, embora os grupos familiares tradicionais progressivamente alterassem o perfil profissional e se aproximassem mais da vida urbana, mesmo que isso não implicasse a perda de vínculos produtivos e afetivos com o mundo rural, que continuariam ainda presentes.

OS HOMENS E O MUNDO DO TRABALHO

Os modelos de masculinidade no mundo tradicional apontavam, entre outros aspectos, para a capacidade do homem de prover o sustento da casa, da família – como um traço de virilidade. Nas famílias de elite, mergulhadas no mundo rural, esse sustento era originado da exploração da terra e do trabalho de homens subordinados por diferentes formas de labor compulsório. (BRANDÃO, 2012, p. 307-359)

A posse da terra era fator indispensável para auferir a renda e manutenção da família. Mesmo nos grupos proprietários, que se caracterizavam como gregários, havia os mais bem- aquinhoados e os que, assumindo posição de relativa subordinação aos primeiros,

preservavam certo grau de respeitabilidade e honorabilidade social, em decorrência dos vínculos de sangue.

Moura Rêgo, em seus relatos de memória descreve dois personagens masculinos que nos auxiliam na compreensão das possíveis relações entre os homens de elite e o setor produtivo, e também ajudam a entender melhor o mundo do trabalho e as formas como os pais de família poderiam adquirir o sustento da sua prole. Os personagens são o Coronel Senhõ e o Capitão Orlando Ribeiro, respectivamente, tio e pai do referido literato. (REGO, 1985, p. 12-14)

A família estabeleceu-se em determinada região do Maranhão, nas proximidades do rio Parnaíba, relativamente próximo a Teresina. O grupo familiar era capitaneado por Senhõ, filho mais velho, altivo, com firme voz de comando e que, desde a morte do pai, assumira o comando de fazendas, sítios e a administração do setor produtivo, que se compunha de engenho para a produção de rapadura e cachaça, de currais, onde se criava o gado bovino e animais de pequeno porte, como carneiros, bodes e galinhas. Em outros sítios e fazendas havia plantações de gêneros alimentícios e pomares, onde os agregados produziam na forma de parceria parte do que seria consumido por todos e de onde o proprietário retirava porção significativa da renda.

Ao patrimônio familiar era acrescentado a renda auferida com a venda de gado e com a comercialização da rapadura e da cachaça produzida no engenho e ainda alguns ganhos provenientes de eventuais cargos públicos ocupados por membros familiares nas estruturas do poder público, o que, muitas vezes, acrescentava mais prestígio social e notoriedade do que efetivamente ganhos financeiros.

O segundo personagem retratado, o Capitão Orlando Ribeiro, não contou com o suporte familiar do Coronel Senhõ, assumindo, então, posições relevantes, quando comparadas à da massa de homens simples e desqualificados, porém menos prestigiosa que a do cunhado. Homem branco, mas originário de famílias de posses relativas, órfão muito criança, foi criado pelo

padrinho, com quem aprendeu o ofício de alfaiate. Ainda jovem, ficou novamente no desamparo, com a morte do padrinho/protetor, condição que o levou a migrar para Teresina, cidade onde estabeleceu oficina de alfaiataria com um amigo, no alvorecer do século XX. Em seguida, abriu um pequeno comércio de artigos gerais, através do qual veio a conhecer e a fazer amizade com o futuro cunhado, Coronel Senhõ. (REGO, 1985, p. 13)

Da amizade com o rico fazendeiro, surgiram visitas às propriedades no interior, aproximações e o despertar do amor pela irmã do Coronel Senhõ. Quando os familiares se aperceberam do interesse de Orlando Ribeiro pela moça, questionaram a pertinência do futuro vínculo, em virtude dos poucos recursos de que o rapaz dispunha. Contudo, o casamento foi realizado e Orlando Ribeiro transferiu o seu pequeno negócio para um povoado próximo às propriedades da família da esposa.

Os relatos seguintes são ilustrativos das possibilidades existenciais masculinas no âmbito das solidariedades familiares. De acordo com Moura Rêgo, Orlando Ribeiro sempre se mostrou digno da confiança que a família da esposa depositou nele, passando mesmo a residir na fazenda com ela, o cunhado e a sogra.

A narrativa final de Moura Rêgo sobre as atividades produtivas do pai denota as possibilidades de obter recursos financeiros nesse entremeio de atividades rurais e urbanas:

Meu tio Senhõ vivia do seu gado e do seu engenho de cachaça e rapadura, meu pai, da sua loja de tecidos e artigos gerais com que supria as necessidades do povo local e da redondeza, além do comércio de produtos naturais da região, especialmente o coco babaçu, que revendia para Teresina, onde também fazia o suprimento de sua casa comercial. Nas roças que manda fazer anualmente pelos homens do eito, sob regime de empreitada – cultivava arroz, milho, feijão, algodão, macaxeira e mandioca para a farinha. (REGO, 1985, p. 14)

O exposto acima evidencia os arranjos existenciais masculinos: trata-se de homens desvinculados de formação

escolar sofisticada, apenas iniciados no mundo das letras, mas que procuravam nas condições presentes no meio rural, na posse da terra, no domínio e na exploração do trabalho de outros homens, extrair os recursos necessários para tocar a vida. Assim, os arranjos produtivos formam-se em rede, que vão do cultivo da terra, com fins comerciais ou apenas de subsistência, ao criatório de gado, à comercialização de produtos extrativistas, e mesmo à comercialização de produtos que, vindos de longe, faziam parte da cadeia de consumo das populações rurais. (CASTELO BRANCO, 2012)

Ainda que pertencendo ao mesmo grupo familiar, ficam patentes na escrita de Moura Rêgo certas diferenças no prestígio social e na assimetria entre o patrimônio do Coronel Senhõ e do Capitão Orlando. No entanto, com relativas diferenças, os dois conseguiam cumprir seus papéis masculinos de provedores de suas respectivas famílias.

Os modelos de masculinidades apresentados anteriormente singularizam-se por buscarem os recursos para a subsistência na terra, no comércio, em pequenas atividades urbanas, em ofícios e em habilidades práticas aprendidas, o que, para aqueles que não tinham a sorte de receber grandes propriedades por herança ou por dotes de casamento, serviria como mais um meio de garantir os recursos necessários para a sobrevivência. (BRANDÃO, 2012)

Outro exemplo ilustrativo dessas masculinidades tradicionais é Manuel Tomaz Ferreira, residente na região de Livramento, no interior do Piauí, entre os atuais municípios de José de Freitas e União, e proveniente de velhos troncos da família Castelo Branco. É utilizando as possibilidades materiais existenciais do Piauí no fim do século XIX que o referido senhor, procurava recursos para manter a vasta família que construiu.

Proprietário de uma pequena fazenda na citada região, vivia do criatório de gado, da plantação de lavouras de subsistência e, sobretudo, da atividade de vaqueiro/administrador das fazendas de gado de um rico primo absentéista. Ao lado dessas atividades rurais, seus conhecimentos formais possibilitavam

que desenvolvesse habilidades cartoriais em favor de amigos e parentes, fazendo o serviço de procurador; em outros momentos, anunciava em jornais que estava recolhendo os impostos sobre a venda de gado bovino, que arrematou junto à receita pública provincial. Em síntese, empregava vários meios para angariar recursos, com vistas à manutenção de sua a família. (CASTELO BRANCO, 1981).

O que podemos perceber é que esses homens eram profundamente marcados por um espírito prático, empreendedor. Trata-se de modelos masculinos adaptados ao mundo rural tradicional e às suas condições materiais existenciais, espaço no qual mostrar-se ativo, saber aproveitar as inúmeras possibilidades que o ambiente natural e a cultura tradicional poderiam disponibilizar faria diferença significativa, na geração da renda familiar.

Esses aprendizados práticos começavam cedo. O desenvolvimento de atividades produtivas concomitantemente às tarefas escolares não era visto como prática condenável. Moura Rêgo, por exemplo, assevera que, em sua juventude, frequentava a escola no turno da manhã e durante a tarde trabalhava em uma loja comercial de exportação e importação, emprego arranjado por seu pai o qual não exigia para o menino remuneração – apenas queria que o filho tomasse gosto pelo trabalho, ganhasse experiência e fosse produtivo. (REGO, 1985, p. 119)

Ao lado desses padrões de masculinidades formatados em grande parte fora dos quadrantes escolares e distantes da formação superior, começavam a se legitimar, desde as décadas finais do século XIX, e progressivamente foram se fortalecendo, no decorrer do século XX, outros modelos de masculinidade, nos quais a formação escolar e mesmo o diploma de curso superior seriam a tônica da vida masculina. Ao lado do padrão de masculinidade tradicional, se estabeleciam novas possibilidades masculinas, vinculadas à cultura escrita, à racionalidade científica e ao viver urbano, modelos que almejavam legitimidade e viabilidade. (CASTELO BRANCO, 2008)

No mundo moderno que aos poucos se insinuava nas relações econômicas e sociais do Piauí, os homens deveriam continuar no desempenho de atividades produtivas necessárias para prover o sustento material da casa. O trabalho nas sociedades modernas ganhava, pois, fortes vínculos identitários com a masculinidade, pois os homens, desde a infância, percebiam a inserção no mundo do trabalho como fator central na construção da identidade masculina. (NOLASCO, 1993)

Por cúmulo, a ideia era que, por intermédio do trabalho, eles se tornassem independentes da tutela paterna, conseguissem os recursos financeiros necessários para conquistar sua autonomia, formar um patrimônio ou, ainda, se engajassem de forma consistente como consumidores de bens e serviços ofertados no mercado.

Algumas das ideias definidas anteriormente, aparecem nas escritas de Higino Cunha³ e Clodoaldo Freitas.⁴ Aquele, ao construir sua narrativa autobiográfica, expressa a importância da relação entre a masculinidade moderna e o mundo do trabalho. Na construção de sua trajetória como homem, descreve o vínculo com o trabalho produtivo e a boa conduta como funcionário, ainda na juventude, como elementos fundamentais em sua trajetória bem-sucedida.

No modelo de masculinidade que Higino procurava impor a si próprio, ser homem significava ser capaz de engajar-se no mercado de trabalho, suprir as necessidades materiais daqueles que estivessem sob a sua tutela e responsabilidade, após o casamento, e constituir um patrimônio que trouxesse tranquilidade e estabilidade financeira à família que pretendia formar.

3 Higino Cícero da Cunha nasceu em 1858, em São José das Cajazeiras, hoje Timon (MA), e faleceu em Teresina, em 1943. Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, em 1885. Trabalhou em vários cargos públicos. Foi um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras.

4 Clodoaldo Cícero Conrado Freitas nasceu em 1855, na cidade de Oeiras, e faleceu em 1924, em Teresina. Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, em 1880. Ocupou vários cargos públicos no Piauí, Maranhão e Pará. Sua obra literária conta com obras de ficção e crônicas sobre assuntos variados. Foi um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras.

Ao narrar suas memórias, já no fim da vida, Higino Cunha revela em sua argumentação que não foi bem-sucedido, porquanto não conseguiu, em sua trajetória de vida, conquistar os melhores postos e os ganhos financeiros que lhe dessem a tranquilidade ambicionada inicialmente. As razões apresentadas por ele para esse relativo fracasso foram as escolhas erradas em determinados momentos e as interferências da família de sua esposa em sua vida conjugal, obrigando-o a abdicar de uma promissora carreira de Juiz de Direito.

Se por um lado, Higino Cunha mostra-se decepcionado com a não realização de seus melhores projetos no aspecto financeiro, por outro, sublinha que conseguiu, com seu trabalho em outros empregos públicos e com o exercício da advocacia, extrair os ganhos necessários para exercer com dignidade suas funções masculinas de provedor familiar e, ainda, assegurar a formação necessária aos seus filhos.

Diante de certo insucesso financeiro, Cunha respalda sua autoestima masculina em outros aspectos, os quais estão igualmente vinculados ao mundo do trabalho: trata-se do seu desempenho como jornalista, como literato. É no sucesso alcançado nessa atividade que Higino vê seus melhores frutos: o envolvimento com a política, a disputa pelo poder, o uso da palavra escrita, a capacidade de articular os vocábulos de forma ácida ou conciliadora, dependendo da ocasião.

Os ganhos simbólicos granjeados com esse trabalho, os postos de prestígio intelectual obtidos, a exemplo do de membro fundador e Presidente da Academia Piauiense de Letras são, para ele, troféus que ajudam a lustrar sua masculinidade e estão diretamente vinculados ao mundo do trabalho, ao exercício de ofícios intelectuais que, se não dão dinheiro, outorgam prestígio, respeito, reconhecimento, constituindo-se num capital simbólico muito valorizado socialmente.

Clodoaldo Freitas, por sua vez, utiliza, em seus escritos, alguns personagens ficcionais para também definir a relação entre homens e trabalho enquanto fator de afirmação da masculinidade.

No romance *Memórias de um velho* (2008), o trabalho é apresentado como instrumento de regeneração de um homem moralmente decaído, à beira da marginalidade.

Por intermédio do personagem Milo, Clodoaldo enaltece o vínculo com o trabalho como algo dignificante e constitutivo da masculinidade. Milo, após sofrer vários infortúnios, como a perda de toda a família, a doença e o abandono pela noiva – que viaja para a Europa –, entrega-se ao mundo dos vícios, incorpora-se a um grupo de ciganos e passa a ter vida errante, até que, dizendo-se chamado pelos valores de família e respeito ao trabalho, devidamente aprendidos com a mãe, resolve mudar de vida.

Compreendi que devia arcar nobremente contra os revezes da sorte, e que só podia triunfar pela virtude e pela tenacidade na resistência e no trabalho porfiado. Entendi salvar-me com as minhas mãos e amassar a minha tortura com o suor de meu rosto. [...] Sentia que dentro de mim, um altar iluminado, velava a imagem santa de minha mãe, a lembrar-me de meus deveres de homem e a responsabilidade do nome honrado que usava. Compreendi que devia lutar energicamente, para não ser tragado novamente pela onda do infortúnio. Tomada a resolução, precisava acertar na escolha da profissão honesta que me subministrasse o pão. (FREITAS, 2008, p. 26)

O trabalho seria o meio disponível ao personagem de Clodoaldo para restaurar a autoestima, incluir-se na sociedade, reafirmar sua masculinidade. Essa capacidade de cair socialmente, entregar-se a uma vida marginal – desvinculada dos valores familiares, do mundo produtivo, dos quadrantes da ordem estabelecida – e conseguir soerguer-se a partir do trabalho surge nos escritos dos literatos como característica exclusivamente masculina. Por outro lado, as mulheres são sempre tratadas como seres moralmente frágeis, incapazes de tal movimentação sem a tutela de um homem. Ademais, a queda moral feminina seria o prenúncio de queda social.

A verdade do discurso dos literatos sobre os homens ganha corpo, quando analisamos as margens, quando se vislumbram os

comportamentos masculinos condenáveis. A principal censura que os literatos faziam aos homens remetia à frequência nos vícios do álcool e do jogo. (MATOS, 2001). Isso porque quando se entregavam ao vício do jogo, tomavam caminhos contrários aos que eram definidos pela sociedade como padrões aceitáveis.

Envolvidos com o jogo, os homens acabam por ver no merecimento, no esforço, na economia, na preservação, coisas fictícias, estranhas, hostis, acabam por confundir o sudário divino dos mártires do trabalho com a pobreza exprobatória em que a ociosidade amortalha os desclassificados de todas as profissões. (BARBOSA, 1908, p. 2)

O vício do jogo levaria os homens a inverterem valores caros à sociedade, a buscarem a riqueza fácil, adquirida em uma noite de sorte, em um lance fortuito, e não no trabalho produtivo, sério, na economia dos ganhos, na perseverança e na crença no trabalho honesto. Para uma sociedade que acabara de romper vínculos históricos com um sistema de trabalho servil, seria importante criar imagem positiva do trabalho, único meio de chegar ao enriquecimento lícito, à conquista da dignidade humana. (OLIVEIRA, 2004, p. 47-54)

O vício do jogo vinha subverter esses valores e, outrossim, colocar em risco as economias domésticas, pois era o dinheiro destinado ao sustento da casa ou, ainda, o patrimônio familiar que constituía o capital para as apostas em mesas de bilhar.

A dependência ao álcool, companheira frequente do jogo, também era escriturada como fator de risco à desagregação da família, já que os homens viciados em bebidas descuidavam do trabalho produtivo, gastavam os recursos financeiros que seriam utilizados no sustento da casa, além de trazerem mau exemplo aos filhos.

Os literatos construíram a ideia de que muitos males advindos dos maus comportamentos masculinos e que influenciariam negativamente a família poderiam ser minimizados pela ação eficaz e decidida da mulher. No caso

dos vícios, especificamente tratados aqui, os literatos pareciam estar mais preocupados com a manutenção da ordem social, da positividade do trabalho produtivo, da disponibilização das energias masculinas para a movimentação das máquinas, das ferramentas e das forças produtivas da nação.

Era isso que se afigurava como a principal razão do discurso de combate aos vícios. Todavia, é evidente que esses discursos não minimizavam o papel do homem como provedor de recursos materiais à família – essa seria a sua função e para isso, estava livre para transitar nos espaços públicos e no mundo do trabalho.

Contudo, muitos homens teriam dificuldade de adequar-se ao trabalho urbano. Mentalmente ligados ao mundo patriarcal e às suas práticas, relutavam em adaptar-se às sociabilidades urbanas modernas, aos novos valores que deveriam estar presentes nos comportamentos masculinos. Muitos teriam dificuldade em se encaixar no meio social de trabalho no qual possivelmente assumissem posições subalternas, sendo obrigados a obedecer. A herança patriarcal havia ensinado esses homens a dar ordens, a serem obedecidos e não a obedecer. (ALBUQUERQUE, 2003, p. 56)

O exemplo de Raimundo de Souza Brito é ilustrativo dos homens do início do século: eles tinham resistência aos empregos, às funções em que deveriam receber ordens. Logo, o perfil patriarcal era, muitas vezes, incompatível com o caráter ordeiro, disciplinado, que muitas atividades urbanas exigiam deles. “Os empregos tinham chefes e, portanto, qualquer funcionário estaria sujeito à obediência regulamentar [...] quer-se ser obedecido, mas não se quer ser obediente”. (BRITO, 1997)

No caso relacionado, de Raimundo de Souza Brito, o que se sobreleva é a dificuldade de alguns homens conseguirem adaptar-se ao meio urbano. Obedecer a um superior seria, para eles, uma prática servil e, desse modo, incompatível com a sua formação e o seu caráter. No que lhe concerne, Raimundo de Souza Brito foi despedido dos empregos públicos arrançados por meio da influência política de parentes, e mesmo do serviço de farmacêutico

na Farmácia Collect, em Teresina, porque não concordava com as exigências estabelecidas pelo sócio do patrão. Outros homens não se subordinavam à rigidez de horários, às cobranças dos patrões, preferindo trabalhar como autônomos na atividade de guarda-livros, ou abrir pequenos negócios de venda de alimentos e bebidas, sendo proprietários de seu próprio empreendimento.

Essa foi a escolha do Sr. Antônio Nogueira Castelo Branco, originário de áreas rurais do Piauí, que migrou para Teresina por volta de 1910. Ainda menino, aprendeu com familiares a prática comercial, assumindo, em seguida, a função de guarda-livros. Depois, tornou-se proprietário de seu próprio negócio – um pequeno comércio de gêneros alimentícios e bebidas. Sobre o referido comerciante, os registros da memória familiar o apresentam como um homem que conseguira ter seu próprio negócio, que se vangloriava de ser pobre, mas não ter patrão, não receber ordens de ninguém, não ter horários a cumprir.⁵

Ao finalizar a nossa análise, podemos dizer que os literatos, homens escolarizados, vinculados a uma cultura escrita e marcados por valores burgueses, procuravam criar em suas escritas as balizas, os marcos definidores de comportamentos masculinos aceitáveis, para uma sociedade que tinha de vencer o desafio de romper com um passado escravista e rural e, ao mesmo tempo, difundir princípios e valores compatíveis com a vida urbana e moderna.

Na rápida exposição que engendramos, buscamos mostrar como essas preocupações aparecem na escrita dos literatos piauienses e como o trabalho foi construído para ser um valor central na formação identitária das masculinidades modernas, processo que não ocorreu sem a vivência de conflitos por parte dos homens, conforme se pôde perceber ao longo da análise.

5 O Sr. Antônio Nogueira Castelo Branco residiu em Teresina, na primeira metade do século XX, e entre seus descendentes, encontra-se o Senhor José Ferreira Castelo Branco, que nos transmitiu oralmente essas informações.

AS MULHERES E O MUNDO DO TRABALHO

Neste ponto, examinaremos as práticas das mulheres e os discursos que problematizam a inserção feminina, particularmente dos grupos médios, nas atividades de geração de renda e nos espaços públicos de trabalho, em atividades produtivas.

Nesse percurso, buscaremos responder a algumas questões que nos incomodam como pesquisador, quais sejam: como os literatos constroem a relação entre a inserção feminina em atividades remuneradas nos espaços públicos e a feminilidade? Quais os espaços ocupados por essas mulheres no mundo do trabalho? O que leva a sociedade a aceitar a inserção feminina em atividades remuneradas?

É oportuno que fique claro que as mulheres sempre trabalharam, sejam as provenientes de camadas populares ou as dos grupos sociais que contavam com maiores recursos. Porém, o trabalho delas na sociedade brasileira teve, até o final do século XIX, um caráter essencialmente doméstico: era no espaço da casa que elas produziam grande parte do que seria consumido na subsistência das famílias. Administrar a casa, cuidar das crianças, dos doentes, produzir os alimentos necessários à subsistência da família sempre foram tarefas femininas. Por outro lado, a inserção das mulheres em atividades remuneradas fora dos espaços domésticos provocava conflitos, pois assumia caráter transgressor aos padrões familiares, que as vinculavam ao serviço da casa, assim como apontava para a construção de processos de individualização feminina, o que, para muitos, se tornava perigoso e desagregador das relações familiares. (PERROT, 1998)

Na segunda década do século XX, as mulheres dos grupos sociais médios, no Brasil, começam, progressivamente a ocupar espaços no mercado de trabalho. Em consonância com Susan Besse (1999, p. 143), esse processo resulta de uma associação de fatores: em primeiro lugar, as indústrias e os novos serviços oferecidos, como hospitais e escolas, acabaram por tirar das famílias uma série de atividades que eram tradicionalmente

executadas pelas mulheres no espaço da casa; some-se a isso a desvalorização monetária do período, provocada pela crise inflacionária; a crescente pressão para que as famílias urbanas se envolvessem com os produtos e serviços da economia de mercado que se expandia pelo país; e, ainda, a procura por recursos humanos qualificados para o setor de serviços e a própria adoção pelas mulheres do valor burguês do trabalho, somado ao desejo de autossuficiência econômica e realização profissional.

As razões apontadas por Besse (1999, p. 144) serviam para validar a nova percepção do não trabalho feminino, que progressivamente perdia legitimidade e começava a ser concebido como parasitismo. Destarte, a inserção de membros femininos em atividades remuneradas fora dos espaços domésticos poderia fazer, no âmbito da economia familiar, a diferença entre uma vida financeira precária e o usufruto de algum conforto.

Outro ponto que consideramos relevante é o fato de ocorrer um relativo empobrecimento das pessoas ao migrarem de áreas marcadamente rurais para cidades, onde o modo de vida urbano moderno já se fazia presente de forma mais consistente – esse seria outro fator a acanhar ainda mais os ganhos familiares nesses grupos sociais médios, pressionando homens e mulheres a aceitarem a inserção feminina em atividades remuneradas.

Diferentes são as histórias de mulheres que resolveram, por vontade própria ou por demanda familiar, enfrentar o trabalho em hospitais, escolas e repartições públicas. Bugyja Brito,⁶ no livro *Narrativas autobiográficas*, relata a trajetória de Maria Stela Brito, sua tia, que ao migrar para Teresina, em 1915, teve providenciado seu ingresso na Escola Normal, assumindo, quando formada, a cadeira de primeiras letras na cidade de Porto, no norte do Piauí.

A providência, segundo expressa o autor, seria fundamental, devido às dificuldades financeiras da família e à necessidade de a moça conseguir meios de prover o seu sustento depois da morte

⁶ Antonio Bugyja de Souza Brito nasceu em 1907, em Oeiras, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1992. Bacharel em Direito pela Universidade do Brasil, em 1933. Foi membro da Academia Piauiense de Letras.

de seu pai. Na contingência de Maria Stela não conseguir marido, o que efetivamente se concretizou em sua trajetória de vida, ela não se tornaria um fardo para os irmãos.

Outra história que expressa essa relação entre o não casamento e o ingresso no mundo do trabalho é o de Maria Nogueira Castelo Branco, que se tornou, nos anos 1920, funcionária da Empresa de Correios e Telégrafos. Essa atividade remunerada, complementada pelas rendas auferidas com a confecção de bolos, linguiças caseiras, compotas de doces e licores, foram fundamentais para que Maria Nogueira e suas outras duas irmãs, todas solteiras, residentes na Rua da Glória, em Teresina, provessem o sustento da casa depois da morte de seus genitores.⁷

Na ausência de figuras masculinas que arcassem com o ônus da manutenção familiar, as mulheres viam-se diante da demanda de encontrar meios dignos e lícitos de conseguir suprir as necessidades da subsistência cotidiana. Nesses casos, a produção e comercialização de receitas culinárias de família, as aulas de música, bordados e crochê, o exercício do ofício de costureira, ou o engajamento em algum órgão público, como funcionária, seriam caminhos dignos para mulheres dos grupos médios que passassem por dificuldades financeiras diante da situação de não casamento ou viuvez.

A movimentação das mulheres no sentido de ocupar espaços no mercado de trabalho provocava reação entre muitos homens, que percebiam nessas mudanças comportamentais um perigo para o equilíbrio familiar e para o ordenamento social. Tais preocupações se manifestam em artigos de literatos, como Clodoaldo Freitas que, no início do século XX, usava da pena para argumentar contra as práticas femininas que não se enquadrassem no restrito exercício de atividades domésticas e familiares, como expressa no seguinte trecho:

7 Os relatos que informam a trajetória de vida de Maria Nogueira Castelo Branco e de suas duas irmãs povoam as memórias familiares de José Ferreira Castelo Branco e foram narradas ao autor.

Eu só admiro a mulher na santidade do seu lar, tratando da família. Quanto maior o número de filhos que uma senhora cria com desvelo e solicitude, mais a considero sábia e santa. Adoro a esposa, a mãe, a irmã, a filha; mais olho sempre com prevenção invencível para essa espécie de macho, que não quer se conformar com os deveres do seu sexo. (FREITAS, 1911, p. 73)

Para Clodoaldo Freitas, as mulheres deveriam reservar-se às funções familiares, principalmente porque a sua conformação orgânica era diferente da masculina. Não tendo o mesmo vigor físico do homem, não poderiam competir com ele nos espaços públicos, no mundo do trabalho. A argumentação de Freitas pautava-se na ciência, mostrando as diferenças orgânicas entre os sexos, salientando, a partir de peculiaridades físicas, como elas poderiam se adaptar mais facilmente aos espaços domésticos, onde contariam com a proteção masculina.

Os homens, por seu turno, teriam maior capacidade física, a qual seria utilizada para vencer as dificuldades do mundo e ganhar, com o trabalho, a subsistência da família. Além disso, eram mais racionais e inteligentes, o que os tornava mais aptos a participarem de disputas verbais, da luta renhida no esforço cotidiano de conseguir o sustento familiar.

A mulher não tem o vigor muscular do homem. A natureza conformou-a, diversamente de nós, para a maternidade. Fisiologicamente, histologicamente de conformação diferente da nossa, a mulher tem gostos, aptidões diferentes das nossas. Ainda não apareceu uma sábia, uma maestra, uma pintora comparável aos sábios, maestros e pintores. Joana D'arc, a maior guerreira, si faz uma exceção no gênero pela sua evidente loucura, não entra no quadro dos grandes guerreiros e foi heroína com o mesmo título que Antônio Conselheiro foi herói. (FREITAS, 1911, p. 74)

Outra característica da visão do sobredito autor diz respeito ao papel da mulher de educar os filhos para a grandeza da pátria. A ela cabia a função de ensinar a eles o amor pelo solo pátrio. Prepará-las para essa missão patriótica deveria ser o principal objetivo da escola, de onde as moças deveriam sair preparadas

física, moral e intelectualmente para exercer as funções de mãe educadora. (TRINDADE, 1996)

O discurso de Clodoaldo Freitas vincula a própria percepção de feminilidade ao exercício da maternidade e ao devotamento às atividades domésticas. Sair de casa e exercer atividades remuneradas seria, para ele, assumir o risco de masculinizar-se, perder a doçura e a delicadeza – que seriam traços caracterizadores do feminino. Freitas aponta, inclusive, para a total inabilidade do feminino em exercer as mesmas funções masculinas, por questões biológicas: seria a própria fisiologia feminina, os músculos, os tecidos, o organismo feminino que limitariam e impossibilitariam as mulheres de exercerem funções em concorrência com os homens.

Mesmo com discursos contrários à inserção da mulher em atividades produtivas remuneradas, alguns campos de trabalho, como o magistério, foram, desde o fim do século XIX, ganhando notoriedade como espaço de ação feminina.

O magistério passava, nesse período, por acelerado processo de feminização. Na medida em que a industrialização e a urbanização criavam melhores possibilidades de trabalho remunerado para os homens, eles abandonavam as salas de aula, abrindo espaços para as mulheres. Some-se ao argumento anterior, a acelerada demanda por professores e toda a construção discursiva de teóricos e pensadores da educação sobre a aptidão feminina para o magistério primário, e estão postas as justificativas necessárias para explicar a crescente presença de mulheres no ofício de ensinar.

A ideia da educação primária como área de atuação da mulher conquistou adeptos em todo o mundo. Os pressupostos geralmente baseavam-se na vocação feminina para ensinar crianças, diante de sua ternura maternal, sensibilidade e proverbial paciência como armas infalíveis para cativar os alunos para o aprendizado. (BESSE, 1999, p. 155)

Matias Olímpio, político e intelectual piauiense que se mostrava preocupado com as questões educacionais, escreveu o

livro *A instrução pública no Piauí*, no qual faz algumas colocações defendendo a superior aptidão feminina para o magistério primário. Para ilustrar e dar maior confiabilidade à sua argumentação, o autor recorreu a vários intelectuais e pedagogos que compartilhavam da mesma opinião sobre o assunto discutido.

A propósito da superioridade da mulher como educadora assim se exprimiu Greard, em sua obra *L'Enseignement primaire à Paris et dans le Depart de la Seine*: [...] A mulher entesoura em si o instinto da educação. Sua firmeza impregnada de ternura, cativa o menino [...] assenhora-se sem esforço, ou por um esforço amorável, de todos os impulsos do seu espírito e do seu coração. Opulenta em recursos, engenhosa, inventiva, sabe variar os seus meios de atividade.

O eminente pedagogo italiano, André Angiulli apoiado em Renan diz que a educação sem o concurso da mulher é impossível. [...]. Enfim, é verdade incontestável, hoje, essa da importante função da mulher como educadora [...]. (OLÍMPIO, 1922, p. 62-63)

Em 1910, quando foi criada a Escola Normal Oficial, objetivando formar um quadro de professores qualificados para potencializar a educação na sociedade piauiense, a clientela escolhida para formar o seu corpo discente foi a feminina. A escola tornou-se grande formadora de professoras, que saíam com o dever de educar grande número de crianças analfabetas e melhorar o nível educacional do Piauí e do Brasil. Essa era uma missão patriótica da qual as mulheres não podiam se esquivar.

Na mensagem apresentada pelo Governador do Estado, em 1910, ele próprio explicava as razões para a escolha preferencial por mulheres na composição do corpo discente da Escola Normal:

Duas razões principais atuaram no meu espírito para semelhante preferência. A primeira e a mais poderosa foi a natural aptidão para desempenhar melhor esta função, que a mulher possui, mais afetiva que o homem, ela está, por isso, muito mais apta, a ensinar crianças e acompanhar-lhes os primeiros albos da inteligência.

A segunda razão foi a exiguidade dos vencimentos que o Estado oferece aos professores. Com a carestia atual de vida, é absurdo pensar em obter preceptores dedicados ao magistério, pagando

os minguados ordenados do orçamento. A mulher, porém, mais fácil de contentar e mais resignada, e quase sempre assistida pelo marido, pelo pai ou irmão, poderá aceitar o professorado e desempenhá-lo com assiduidade e dedicação, não obstante a parcimônia da retribuição dos serviços. (FREIRE, 1910)

Para Maria Cândida Reis (1989), a questão dos baixos salários pagos às professoras estava ligada aos papéis tradicionalmente desempenhados pelas mulheres na sociedade. A elas estavam reservadas as funções reprodutivas no espaço doméstico. Por essa razão, exercer funções remuneradas distante do lar denotava uma transgressão, ou seja, a mulher como trabalhadora assalariada estaria fora de seu lugar, e isso justificaria os reduzidos salários.

Ensinar deveria ser muito mais que uma profissão: era uma missão que a sociedade conferia à mulher, que deveria fazer da escola a continuação do lar e com afeto, cativar as crianças e induzi-las ao bom aproveitamento nos estudos. Educar os futuros cidadãos era a prova de patriotismo que a mulher daria ao país; seria a sua cota de esforços e sacrifícios no soerguimento do Brasil e no fortalecimento da República.

Cristino Castelo Branco, intelectual piauiense e professor da Escola Normal de Teresina, em seu discurso como paraninfo das normalistas de 1928, patenteia que o trabalho de professora primária era, antes de tudo, um sacerdócio a ser assumido pelas mulheres, uma escolha de vida, tão digna quanto a do casamento. Ser professora constituía, para ele, assumir a maternidade do ponto de vista espiritual, e dedicar-se igualmente à gloriosa tarefa de formar os futuros cidadãos da pátria: “A escola e o lar são dois centros formadores da nossa nacionalidade”. (CASTELO BRANCO, 1928, p. 128)

O discurso de Castelo Branco⁸ fazia coro às propostas de Matias Olímpio, que no início da década de 1920, começou acalorada discussão sobre a incompatibilidade entre a inserção

8 Cristino Couto Castelo Branco nasceu em 1892, em Teresina, e faleceu em 1983, no Rio de Janeiro. Bacharel em Direito no Recife, em 1911. Membro da Academia Piauiense de Letras.

das mulheres no magistério e a vida conjugal. Matias Olímpio era um dos principais defensores da proibição do casamento para as professoras e defendia mesmo a demissão daquelas que contraíssem matrimônio. A argumentação de Matias Olímpio, que objetivava demonstrar essa incompatibilidade, é a seguinte:

Dividida entre o lar e a classe, a casada tem de sacrificar um dos dois sacerdócios: ou cuida dos filhos ou da escola. Se prefere os primeiros será uma má funcionária. Optando pela última não causa menores prejuízos à pátria, porque descarta da prole justamente quando mais necessária à mesma é a sua assistência. A lei piauiense teve em vista a eugenia da espécie. Quer gerações fortes e sadias e daí julgar inconveniente ao desenvolvimento do embrião, num clima esgotante como o nosso, a ausência do lar durante cinco horas diárias no labor de desasnar os nossos pró-homens. O feto desenvolvido por entre as aperturas de um colete viria ao mundo raquítico e deformado [...]. (OLÍMPIO, 1922, p. 127)

No entender dos intelectuais que defendiam o celibato para as professoras primárias, havia clara incompatibilidade entre os dois sacerdócios colocados às mulheres: o da maternidade e o do magistério. Ambos exigiam dedicação total, de corpo e alma. A discussão transparece os limites da autorização para o exercício de atividades remuneradas pelas mulheres dos grupos médios.

O magistério, que não aparecia como uma atividade profissional, mas como um sacerdócio, não seria exercido em iguais condições de trabalho e de remuneração por homens e mulheres: a elas, menores salários, maiores restrições. Aos homens estaria reservado o exercício do magistério nas séries secundárias e superiores, nas quais os salários seriam mais vantajosos, o que permitia que continuassem por muito tempo hegemônicos.

As fontes deixam claro que a participação das mulheres no magistério seria muito mais percebida e dita pelo discurso masculino como uma contribuição feminina ao engrandecimento da pátria, mão de obra qualificada e barata, entretanto extremamente útil e necessária na construção da nação moderna. A sua função continuava a ser a maternidade, agora espiritual.

Para Besse (1999, p. 155-167), à potência da tradição, que impelia as mulheres aos espaços domésticos e avaliava como problemática essas movimentações femininas no campo das atividades profissionais em espaços públicos, devemos acrescentar a força dos regramentos jurídicos vigentes na sociedade brasileira do início do século XX, pois o Código Civil de 1916 e as leis protetoras que regulamentavam o trabalho feminino não permitiam que as mulheres casadas aceitassem empregos remunerados, sem o consentimento do marido. Nos anos 1930, as restrições ganharam outros instrumentos jurídicos. Aparentemente, o Estado brasileiro parecia legislar em defesa da mulher, da preservação do bom estado físico dela para a maternidade, mas, na prática, criava ferramentas jurídicas que limitavam as escolhas e o acesso feminino ao mercado de trabalho.

Diante das razões expostas anteriormente, podemos depreender que as mulheres, mesmo nas famílias remediadas financeiramente, foram conquistando, de forma gradual e lenta, o direito de ingressar no mercado de trabalho. No entanto, elas não poderiam esquecer, que trabalhar em uma profissão respeitável, digna de uma mulher de família, não significava o direito de transitar livremente pela cidade, sem restrições de qualquer natureza, sendo indispensável, à mulher trabalhadora, uma certa autovigilância dentro e fora do seu ambiente de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *A invenção do falso*. Maceió: Catavento, 2003.

BARBOSA, Ruy. *O apóstolo*, Teresina, n. 42, p. 2, 8 mar. 1908.

BESSE, Susan k. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil -1914 -1940*. São Paulo: EDUSP, 1999.

BRANDÃO. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

BRITO, Bugyja. *Narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1977.

CASTELO BRANCO, Cristino. Discurso proferido pelo Dr. Cristino Castelo Branco, paraninfo da Colação de grau das professoras, na Escola Normal. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano XI, n. 12, jan. 1928.

CASTELO BRANCO, Moisés Filho. *Manuel Thomaz Ferreira: um patriarca Castelo Branco*. Rio de Janeiro, 1981.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *História e masculinidades*. Teresina: EDUFPI, 2008.

_____. Entre a história e a memória. Práticas masculinas no Piauí oitocentista. *Revista Projeto História: PUC*, São Paulo, p.187-217, dez. 2012.

FREIRE, Antonino. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Piauí*. 1 jun. 1910.

FREITAS, Clodoaldo. *Memórias de um Velho*. Imperatriz: Ética, 2008.

_____. *Em roda dos fatos*. Teresina: Tipografia Paz, 1911.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

OLÍMPIO Matias. *A instrução pública no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora UFMG; Editora IUPERJ, 2004.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.

QUEIROZ, Teresinha. *A importância da borracha de maníçoba na economia do Piauí: 1900-1920*. Teresina: EDUFPI; APL, 1994.

REGO, Moura. *As mamoranas estão florindo*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

REIS, Maria Cândida Delgado. Crescer, multiplicar, civilizar - destino de mulher nas orientações educacionais disciplinares (São Paulo anos 20 e 30). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 81-113, set. 1989; fev. 1990.

SCOOT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-99, jul./dez. 1995.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias. Mulheres de Curitiba na Primeira República*. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

NOS DOMÍNIOS DE *SEXETE*: HISTÓRIA, SOCIEDADE E CULTURA NOS FOLHETINS EM TERESINA-PI, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Pedro Pio Fontineles Filho¹
Wellington dos Santos Pereira²

Introdução

Na mitologia egípcia, *Sexete*, ou *Sexate*, é conhecida, dentre outros atributos, como a deusa da escrita, considerada, também como a “Senhora dos Livros”. A figura da deusa egípcia é aqui retomada para pensar as relações entre diferentes tipos de narrativas, como a histórica, a literária e da imprensa. Narrativas que, em diferentes níveis, apresentam ressonâncias e dissonâncias quanto às suas maneiras de falar sobre a realidade.

As intersecções entre História, Literatura e Imprensa, sobretudo no que tange aos jornais e folhetins, são horizontes que têm ganhado espaço nas discussões acadêmico-científicas

1 Doutor em História Social – UFC. Mestre e Especialista em História do Brasil – UFPI. Professor do Mestrado Profissional – PROFHISTÓRIA/UESPI. Professor do Programa de Pós-Graduação em História – PPGHB/UFPI. Professor do Curso de História – UESPI/CCM. Membro do Núcleo de Pesquisa em História e Educação – NEPEHED. E-mail: ppio26@hotmail.com

2 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – PPGH/UFPI. Graduado em Licenciatura plena em história e pós-graduado em Estado, movimentos sociais e cultura – UESPI, História do Brasil - UFPI. Professor de História da Rede Pública Estadual do Piauí. E-mail: uellingtonpereira@outlook.com.

nos últimos vinte ou trinta anos. Os debates ainda transitam por meio das dificuldades de definições, tanto conceituais quanto metodológicas, visto que as categorias que engendram os entendimentos são plurais. Nesse sentido, torna-se necessário fazer o recorte tanto espacial quanto temporal, o que levou este estudo a centrar suas análises sobre os folhetins produzidos e consumidos em Teresina, em fins da segunda metade do século XIX.

Nesse sentido, a escolha em eleger como recorte temporal a segunda metade do século XIX justifica-se pelo intenso uso da imprensa como lugar de visibilidade. Para além da venda de livros anunciados nos reclames dos jornais existiam também as dificuldades de se editar livros na capital da província piauiense, dada qualidade inferior do acabamento do produto e as dificuldades em publicar fora da província. (QUEIROZ, 1998). Tudo isso torna a imprensa um espaço importante na constituição da literatura da época. O estudo buscou compreender as nuances históricas, sociais, políticas e culturais que potencializaram a produção, a circulação e consumo dos folhetins na capital piauiense.

Para a realização deste estudo, metodologicamente, se fez uso das fontes hemerográficas, e em especial, os folhetins *Vintes horas de Liteira, Cousas e Lousas, O castelo de Malletroit, Notas à parte, O Semanário, Clara, Mimoso, Límpidos. Versos à Julieta, Adeus e Por causa de uma joaninha* presentes nos periódicos O Piauí, A imprensa, O Semanário, A Reforma, O Telefone.

Como arcabouço teórico-conceitual, as análises estiveram embasadas nas discussões e debates feitos por Chartier (1989), no que tange ao conceito de representação, uma vez que o texto objetiva analisar as imagens e usos dos folhetins. No que se diz respeito as produções sobre os folhetins, utilizou-se os conceitos de Meyer (1996) e Nadaf (2002), que problematizam o suporte à luz de seus múltiplos significados.

Diante do exposto, é importante dizer que o presente texto está dividido em três tópicos, que problematizam e mapeiam os

significados e os alcances dos folhetins, de modo especial as suas vinculações com dimensões sociais, políticas, culturais.

Entre escritas e polifonias: percursos do folhetim em Teresina

No seio daquele momento, precisamente do século XIX, o periódico *A Pátria*, do dia 11 de fevereiro de 1871 traz a seguinte notícia:

FOLHETIM - Em outra parte desta folha principiamos hoje a publicar para o recreio das nossas amáveis leitoras uma linda coleção de conto de Camilo Castelo Branco - intitulado *Vinte horas de liteira*. Reconhecido o direito que têm elas a algumas colunas desta folha, apressamos em hoje à satisfazê-la, pedindo humildemente desculpa de não tê-lo feito a mais tempo. (Anúncio, *A Pátria*, 1871, n.04).

A citação acima configura-se como um vestígio rico e complexo para se pensar os folhetins em Teresina dos fins do século XIX. É um indício da existência de uma teia literária da qual o referente suporte era parte integrante. Demonstra o amplo uso dos folhetins na capital piauiense do período pesquisado, de 1870 a 1890, e acima de tudo reflete um período da vida literária em que o escrever tornava-se campo de combate. Além de tais observações seus usos eram apropriados dentro dos singulares interesses dando ao objeto contornos poliédricos, misselânicos marcada por uma polifonia de ritmos literários, pois tudo ali passaria a se ficcionalizar, a constituir o real. Nesse sentido, pensar os folhetins em Teresina daquele período, tomando-o pelas suas múltiplas faces, torna-se o fio condutor para o descortinamento de uma cidade literária da qual o presente suporte constrói e é construído.

O estudo sobre os folhetins na capital piauiense aponta para dois percursos distintos que, quando traçados, tornam-se, guardadas a seguintes proporções, reveladores para pensar o objeto. O primeiro caminho diz respeito ao fato de se analisar as

produções folhetinescas locais. Há uma vasta produção literária presente nos jornais teresinenses cujo grande parte foi publicada em forma de folhetim. O segundo caminho pode ser considerado analiticamente mais abrangente levando em consideração as produções nacionais e estrangeiras que aportavam e circulavam nos periódicos teresinenses dos fins do século XIX. Levar em consideração apenas as produções folhetinescas locais relegaria ao segundo caminho certo ostracismo por desconsiderar as conexões produzidas e promovidas entre as literaturas piauiense, nacional e estrangeira. Sabe-se, conforme afirmado por alguns pesquisadores, e já analisado na presente produção, que a constituição da cidade literária piauiense passaria também pela intencionalidade de inserir a literatura local a nacional. Vários literatos piauienses, assim como grande parte dos intelectuais brasileiros, produziam tendo em vista alcançar a cúpula da literatura nacional, representada pela capital do Império por se este o lócus que abrigara a *intelligentsia* nacional, Rio de Janeiro. Nesse sentido as práticas literárias eram constituídas por um leque de intenções e discursos sendo a literatura construída por esse jogo de intencionalidades. Não poderíamos analisar as produções folhetinescas em Teresina silenciando tais intencionalidades. Conectar tais tentativas de sempre estar preocupado em está atualizado com os modismos literários ligando a capital piauiense a literatura nacional figura como constituição da literatura local, que passa pela produção folhetinesca e nos revela uma série de práticas literárias conjugadas unicamente num suporte. Contudo, atentemos para as peculiaridades de seus usos, imagens e intencionalidades percebendo como o suporte é lido e significado por seus contemporâneos, como a partir do objeto é possível compreender suas miscelâneas.

O folhetim *Vinte anos de liteira* (CASTELO BRANCO, O Piauí, 1871) permaneceu por cerca de nove meses no periódico *A Pátria* atestando que a capital piauiense afinava-se com o que era produzido fora e nos ajuda pensar os folhetins na capital com o devido cuidado. O referido folhetim possibilita explorar o objeto

de diferentes vieses e problemas. O primeiro perpassa pela própria significação construída em torno do suporte, exercício amplo e complexo.

Os usos e significação do espaço de divulgação estão diretamente ligados aos múltiplos interesses definidas pelos seus produtores. Os interesses em torno das publicações folhetinescas conjugam de modo arbitrário sendo, portanto, esse elemento um dos responsáveis por construir o folhetim em Teresina. Inserir a cidade a literatura nacional e estrangeira apresenta de modo bastante pertinente durante a pesquisa possibilitando aos nossos olhos perceber que era intenção local promover tal inserção com a circulação dessas produções nos periódicos da capital piauiense. Folhetins como, *Por causa de uma joaninha* (LIMA, 1870) que narra as desventuras amorosas do personagem Chiquinho O castelo do Sr Mallerstroit (FEVAL, 1869) narrando os feitos heróicos do Huguenote M. de Rohan, para apenas ficarmos nestes, são exemplo significativo, ainda nas década de 1860 e 1870 dos oitocentos, das primeiras manifestações folhetinescas em Teresina. Todas os referidos folhetins são obras transcritas de periódicos de outros estados possibilitada pelo estabelecimentos de uma teia de comunicação entre os principais jornais do país. A publicação do folhetim *Por causa de uma joaninha* deixa claro tal aspecto, uma vez que sua publicação no periódico *O Piauí* ficou registrado a fonte de transcrição da qual o folhetim foi extraído, no caso *O Correio Pernambucano*. Vejamos de forma mais explícita essa comunicação entre os periódicos de outros estados pelo anúncio da chegada desses periódicos: “Jornais – Recebemos os seguintes jornais: *República, Correio Paulistano, Correio da Bahia, País, Apreciável Telegrafo, Liberal, Tribuna Católica, Pedro II e Jornal de Caxias.*” (Jornais. A Pátria, 1872).

Percebe-se, portanto, que os periódicos teresinenses dialogam com periódicos de outros estados permitindo a circulação não somente de notícias como também como as produções literárias. O instrumento utilizado para fazer visível tais produções literária em Teresina se dava através das transcrições

feita nesses periódicos o que possibilitava disseminação de uma literatura nacional e estrangeira na capital piauiense.

Outra face dos folhetins em Teresina refere-se à própria produção local. Muitos dos folhetins pesquisados, sobretudo os que pertencem às décadas de 1880 e 1890 dos oitocentos, se não foram produzidos no estado fora direcionados para o público local. Além do mais, os folhetins em Teresina eram marcados pelas variedades. Nos seu espaço conjugava a crônica, a política, discussões filosóficas, peças teatrais poesia como também dos famosos romances que retratavam as aventuras amorosas de sua juventude. São tais contornos que constituem as miscelâneas folhetinescas em Teresina, espaço onde o ambivalente e a indefinição predominavam. Publicada no periódico *A Reforma* de 1887. O folhetim Clara figura como exemplo dessa ambivalência. Mesclando uma narrativa Romântica com aspectos da crônica, como a utilização do sarcasmo, o folhetim propõe-se a tecer críticas sobre os costumes sociais, sobretudo os femininos. Clara é descrita como musa inspiradora de um homem, personagem principal do enredo, mas que permanece no anônimo, que tenta levar as últimas consequências seu amor com o suicídio, fato não concretizado. Repentinamente, o autor dialoga diretamente com o leitor, utilizando-se sempre de um tom irônico e brincalhão. Tal recurso foi bastante utilizado pelos folhetinistas que acabavam por estabelecer uma relação direta entre autor e leitor pendendo às vezes à decisão da história e dos personagens ao público. O que dirá o personagem Rocambole que por inúmeras vezes ressurgia como fênix para o agrado de seus leitores (MEYER,1996). Diferentemente do eterno personagem Rocambole, o enredo do folhetim Clara não se interrompe por uma intervenção dos leitores e sim do próprio autor que utilizando do riso e do gracejo, mas de modo bem ofensiva, torna-se o terceiro personagem da trama produzindo críticas de costumes. Suas críticas direcionam-se ao comportamento feminino, sobretudo no âmbito dos bons modos. Vejamos como o autor estabelece o diálogo com leitor na trama:

Não se atreves a morrer n'aquele água que Ela passou.
As raivas e as angústias volta-lhe mais violentas. Esta flor atente como as ocas! E, com um gesto que diz adeus a todos as misérias, a todos os desesperos, inclina-se para o ribeiro.
- Ah! Aminha flor e a minha fita! Diz uma pequenina voz semelhantes a um grito de ave dada à mágica atração de minha - Ella.
Que espertalhão que eu fui não abrindo logo a torneira das explicações ou, o que vem a ser proverbial torrente de asneiras.
Fiz bem, está vivo. Agora é que vi isso.
Do contrário vocês já teriam atirado *A Reforma* para um lado, dizendo sem me Dara cavaco algum: 'Que folhetim insípido. E uma verdadeira sem sabor'
Não seria este o procedimento de vocês?
Com certeza. Eu lhes conheço pela pinta do olho [...]
Ah!...Estão rindo. Gostaram da polirria.
São inteligentes e viram logo que era gracejo...
Ah, meninas Ai !.. meus cuidado!... Ai!.. minha vida!...
E, com toda esse chiquismo andam por aí além, levando-nos consigo a alma e o coração.
Dizem que a choradeira é produzida por umas almofadinhas do capim de gigo que elas trazem bem arrumadinha.
[...]
Então querem por que querem, não?
Pois vá lá... mas isto aqui é segredo de estado para nós e povo da rua.
A minha - Ella - é.. Minha estreia nos folhetins.
Eu gosto de vocês apaixonadamente, e para provar-lhes a minha grande amizade e dedicação prometo-lhe dentro de pouco tempo a leitura de um segundo folhetim, escrito em outro estilo.
(SAMVENIL. Folhetim Clara, A Reforma, 1887).

O direcionamento há um público específico de leitor, no caso o feminino, tanto no trecho do folhetim Claro, como também no anúncio da publicação do folhetim Vinte horas de liteira de Camilo Castelo Branco abre possibilidade para a construção de questionamentos acerca dos usos e imagens construídas em torno do suporte. O primeiro problema construído que surge a partir do presente questionamento perpassa pela própria noção de público. Era regra geral limitar o espaço folhetinesco apenas à esfera feminina?

Para além do “pé da página”: reflexões de gênero na escrita dos folhetins

Sabe-se que o fim do século XIX é marcado pela redefinição de papéis sociais, sobretudo no âmbito de gênero. O processo de modernização nacional juntamente com a implantação de um discurso médico apresentou-se como fatores preponderantes para o processo de redefinição. A passagem de uma sociedade rural, agrícola para uma sociedade burguesa e urbana promoveu a emergência de múltiplos comportamentos e práticas, sobretudo no âmbito feminino. Competia à mulher um espaço doméstico exercendo o papel de mãe e esposa dentro dessa nova redefinição, como também era dada a mulher, de forma limitada, uma inserção aos espaços públicos, desde que a acontecesse com a tutela de pai, marido ou responsável. Tal aspecto referia-se as damas das elites, moças alfabetizadas e criadas aos modos de vida francês. O folhetim *Senhora* do famoso literato José de Alencar (1999), publicado pela primeira vez em 1875 no Rio de Janeiro, reflete o processo de reconfiguração social. Em linhas gerais, a protagonista do romance Aurélia passa de moça pobre e sonhadora a mulher poderosa e dominadora. Com o intuito de vingar-se de seu amado, personagem Seixas, que quando a protagonista era uma moça pobre o negara seu amor, Aurélia compra o dote deste iniciando uma série de humilhações. Grande parte do romance é ambientado nos salões das cortes onde a protagonista torna-se figura marcante. Portanto, Aurélia representa a mulher burguesa, não pelos atos de vingança perante a Seixas, mas sim por trazer em cena o refinamento peculiar dessa nova (re)configuração de um Rio de Janeiro que dá seus primeiros passos no processo de modernização.

Em *Mulheres plurais*: a condição feminina na primeira república, Pedro Vilarinho Castelo Branco destaca o conjunto de transformações sociais ocorridas no início do século XX em Teresina. (CASTELO BRANCO, 2005). Segundo o autor, a modernização, ou seu início, promove as redefinições sociais no

âmbito do gênero na capital piauiense, movimento ocorrido nas principais capitais brasileiras. Apreendendo a reconfiguração do papel no espaço feminino, Castelo Branco procura captar tal processo mediante as inúmeras nuances que ajuda a compreender tais aspectos. Dentre de tal perspectiva o estudo sobre o referido objeto perpassa pelo próprio processo de alfabetização das mulheres, sobretudo a das elites, e sua inserção no processo escolar. Tal prática pode ser um indício para compreender o porquê do espaço folhetinesco teresinense, em grande parte ser significado como feminino. Não se pode esquecer que tais mudanças eram acompanhadas de uma disciplina. A relativa liberdade alcançada pelas mulheres pode ser considerada uma liberdade vigiada. Os espaços conquistados entre a figura feminina não poderia proporcionar ou representar a sua emancipação. A personagem Aurélia, por exemplo, apesar de todo o refinamento e a aparente autonomia, possuía próxima de si um tutor responsável pela sua herança pela sua conduta, o Sr Lemos. Nos salões de festas as mulheres ingressavam acompanhadas de seus maridos, pais ou tutores. Pedro Vilarinho ainda afirma que cabia as mulheres apenas alguns espaços públicos sendo o privado, o doméstico o lugar demarcado ao feminino. Mas é no artigo sobre a formação da masculinidade que emerge no referido período que se mostra revelador para percebemos como tais práticas são reconfiguradas entre os gêneros. Vejamos como tal aspecto é significado a partir das reconfigurações dos papéis masculinos do mesmo período:

A definição de novos modelos masculinos fundamentava-se nas idéias e na moralidade familiar burguesa, na divisão do espaço de ação social em esferas separadas; a casa se caracterizava como espaço de privacidade, da intimidade entre os familiares, lugar de afetos, onde a mulher reinaria soberana e cumpriria sua função social de administrar o mundo doméstico, de educar os filhos, de ser a boa esposa, fiel, compreensiva e sempre pronta a seguir as orientações do esposo.

Os homens, por sua vez, teriam nos espaços públicos seu campo principal de ação, atuando no mundo dos negócios, nas disputas políticas, no mundo da cultura escrita, onde projetariam interesses para o sustento familiar. Esse é seu espaço vital, no

qual marcam a identidade masculina, definem seu gênero, diferenciando-se do universo feminino. (CASTELO BRANCO, 2005, p. 86).

Se o espaço público era destinado ao homem não caberia à mulher estabelecer qualquer vínculo com o referido espaço. A produção literária, por exemplo, era visto como espaço essencialmente masculino, por mais que algumas mulheres se lançassem ao campo Literário como o fez Amélia Bevilacqua ou na produção de jornais femininos direcionados e produzidos por aquele público, como o periódico feminino *A Borboleta*, a presença feminina em tais espaços era visto de forma negativa pelos literatos piauiense.

As práticas escriturísticas dos literatos definem o mundo do trabalho como espaço masculino, também, ao negar, aos procurar deslegitimar a presença feminina nos espaços públicos e nas atividades produtivas ali desenvolvidas. [...] No trabalho, o homem tornar-se-ia produtivo, útil, ganharia condições de tornar se provedor material da família, enquanto a presença feminina seria para eles fator de masculinização, de envolvimento com atividades que não eram compatíveis com o ser feminino, no fato que provocaria confusão entre as identidades de gênero, na forma como era pensada pelos literatos do início do século. (CASTELO BRANCO, 2005, p. 91).

À primeira vista, a utilização das pesquisas sobre as redefinições no gênero nas primeiras décadas do século XX apresentaria de modo anacrônico. Mas se considerarmos que toda mudança é processual, portanto, lenta, gradual e dependente das várias correntes que atravessam um dado momento, é possível considerar que o referido processo de reconfiguração social se inicia na segunda metade do século XIX, sobretudo, em suas décadas finais. Segundo Emília Viotti, a segunda metade do século XIX no Brasil é responsável pela aproximação do país com o capitalismo. Tal estreitamento, segunda a autora, promoverá

uma série de redefinições sociais sendo as relações de gênero a mais influenciada.³ Vejamos como Viotti analisa tal questão:

Pelos estudos realizados até hoje não há dúvidas de que as mudanças que ocorreram na vida das mulheres no século XIX estão relacionadas com o desenvolvimento do capitalismo. Este processo, que não apenas envolveu transformações materiais, mas alterou as relações entre as pessoas e maneiras de pensar, afetou a vida das mulheres brasileiras [...]. (COSTA, 1999, p. 68).

Atestamos essas definições de gênero nos próprios folhetins publicados na capital piauiense que serviam como instrumento de definição social, ou ao menos era reivindicado como tal. O folhetim Luciano Irerê de Higino Cunha reflete de forma categórica essa funcionalidade. Ao tecer algumas considerações e críticas no que tange à precariedade da instrução feminina na cidade de Parnaíba, Higino Cunha acaba por legitimar o espaço feminino de acordo com que foi analisado acima, a de uma mulher que deveria ser instruída, preparada para assumir seu papéis de mãe, esposa e soberana do lar. A instrução serviria, portanto, para esta função, servindo no máximo ao ingresso do magistério. A significação folhetinesca como um espaço essencialmente feminino reivindicado por seus produtores faz parte de um conjunto de intenções ao mesmo tempo em que reflete tais reconfigurações sociais. As leituras, portanto, deveriam seguir um ditame disciplinador sem possuir a intenção de possibilitar ao mundo feminino a passagem para uma esfera que não poderia ser destinada à sua, a esfera pública. Nesse sentido, as leituras se direcionavam ao lazer de modo que o ser mãe, o ser esposa, o ser mulher, longe de qualquer pretensão de alcançar a esfera pública fossem utilizados para disciplinar os corpos.

É partindo desse prisma que percebemos que o próprio jornal em si configurava-se como um espaço de significação dos

3 Tal justificativa aproxima-se com a visão de Vilarinho quando este se propõe em analisar a condição feminina no Piauí do início do século XX pelo viés da modernização a qual Teresina sofria.

espaços feminino e masculino. Se para os literatos a produção de uma literatura passaria a ser constituidora do ser masculino caberia à mulher o seu consumo. Os periódicos produziam, portanto, territorialidades no âmbito de gênero permitindo a existências de espaços no interior desses jornais destinadas a estas, sendo o folhetim um grande espaço definidor do ser feminino. Poderíamos afirmar que caberia ao homem ao consumo de notícias de caráter político e econômico. Já as mulheres aos enredos romanescos onde o amor, a lealdade dentre outras virtudes dão a tônica. Conforme percebido no anúncio acerca da publicação do romance do português Camilo Castelo Branco, *O reconhecimento que o direito que tem elas á algumas colunas* representam tal cuidado que se tinha que possuir na educação feminina.

Contudo, analisar essa relação pela ideia de territorialidade tornar-se insuficiente para explicar as produções folhetinescas quando encontramos outros usos e apropriações feitas em torno dos folhetins de Teresina do final do século XIX. Se por um lado o espaço folhetinesco é significado como algo essencialmente feminino como explicar a grande circulação de folhetins de caráter político? Para Meyer, ao longo da evolução folhetinesca no século XIX, a literatura e contos foram se afastando dos assuntos femininos. O surgimento de narrativas mais realistas que se propunham a estudar a condição humana, seus comportamentos destoa de uma literatura disciplinadora destinada ao público feminino. Nesse sentido, a autora responde parte da questão acerca do público leitor, ao menos em esfera nacional. Mas atentamos ao fato de não se conhecer esse público leitor em Teresina, uma das grandes incógnitas da presente pesquisa pelo fato de não possuir documentação que reflita tal aspecto.

E que seria esse leitor? Cabe observar, que na medida em que grande parte dos contos e até romances (*Quincas Borba*, por exemplo), saíram aos pedaços em jornais destinados às ‘senhoras’ e, obviamente às famílias, que leitor deveria ter em mente Machado, ao entregar a esses periódicos a primazia de uma literatura que, à medida que o tempo foi avançando, foi

ficando nada ‘feminina’, cada vez mais afastada de posturas como, por exemplo, o moralismo subjacente a *Miloca* (1874), como requintes de crueldade [...] (MEYER, 1996, p.126).

Informação que complementa as ideias de Meyer acerca do público leitor está presente no artigo que analisa a obra *O marido da adúltera* de Lúcio Mendonça. Nesse sentido, Socorro Vilar afirma que o público folhetinesco era diversificado havendo, portanto, romances-folhetins para homens, mulheres, crianças e jovens. A referida observação torna-se bastante revelador a presente pesquisa, por justificar a consolidação de folhetins que possuíam uma tônica política em Teresina.

Há ainda que se considerar o romance-folhetim a partir do tipo de conteúdo e do público que o lê. Assim temos que havia os romances para homens, o romance para mulheres e aqueles destinados a crianças e jovens; naqueles dedicados á mulheres, como é o caso de *O marido da adúltera*, prevalecem os de narrativa ‘lacrimejante ou sentimental’, as narrativas de ‘alcova’, cujo relato principal diz respeito à traição. (VILLAR, 2006, p. 47).

As relações de poder expressas pelos papéis atribuídos a homens e mulheres podem, em larga medida, ser observadas nos folhetins. O interessante, além de outros aspectos, é visualizar o quanto literatura, sociedade, cultura, costumes e política se intercambiam não só na feitura dos folhetins, mas na circulação e no consumo.

Sociedade Escrita e Inscrita: aspectos sociais e políticos nos e dos folhetins

Em 15 de setembro de 1883, o periódico *O Semanário* publica o folhetim *Vozes do Povo*. Utilizando-se de uma linguagem metafórica, explorando o uso de animais, e deuses gregos, o folhetim pode ser lido como um instrumento de denúncia para com os desmandos políticos da cidade de Oeiras. O presente

suporte é utilizado para denunciar a opressão e a tirania daquela cidade:

- Diz que vão ser demitidos todos os suplentes de juiz municipal, sem excetuar o famoso Chico Raimundo por já ser c(...) rombudo, há de ser nomeada brava gente que entre nós edifique novo reino nunca d'antes destemido; gente de guerra, gente de fogo, de lama e lodo também, que não tenha um só rosto, nem uma só fé, que tudo possa ser, mas que de fato gente não é; gente que seja para o que der e vier como muito bem disse um certo cabano; gente que tome e nunca dê.

<<De quem vergonha é o natural reparo.>>;

- Gente que seja para tudo e para nada sirva - para o que der e vier em fim; gentes uimo-acabanada que jamais possa dizer:

<<TOUT EST PERDU, FORS L'HOUNNER! >>

- Diz que o comandante da escolta já confessara por aí haver cumprido ordem de espancamento contra Tuna; mas que Pollux, garantia plenas, protestara jamais aceitar ser o Castor os favores de júpiter olímpico; engo ambos hão de passar por entre Seylla e Caribidis, a irem formar no ceú das unânimidades escandalosas uma nova constelação protetor de todos os devotos da tirania muambeira.

- Diz que a situação liberal é somente aonde houver liberais do que não é sem, e que se deixam engolir todos por qualquer bichou de guela larga e grande bojo; por isto aqui será tirânica, despótica a opressiva; por isto também os liberais daqui já vão tendo vergonha de ser liberais.

E a verdade é que Tuna foi espancado dentro do seu domicílio; a verdade é que por aí se fala de uma próxima razoborra na suplência de juiz municipal; a verdade é que os defensores dos oprimidos são ameaçados pela consequência deste ato de caridade, e que o nome da primeira autoridade da província é invocado como talismã da infalível virtude em favor de todos os criminosos.

Vozes do povo...

Mas é muito mais que isto se diz por aí;

Quem quiser vá, e quem não quiser não vá lá.

Z.

Oeiras 8 de outubro de 1883. (Z. Folhetim Vozes do Povo, O Semanário, 1883, p. 01).

O acirramento político é bastante pertinente no período estudado. Nesse sentido, os jornais do período constituíam o espaço onde as disputas políticas apresentavam-se de modo

explícito. Tal aspecto é transposto para os folhetins onde a ficção era utilizada como instrumento de subterfúgio para promover a leitura do real. O processo de ficcionalização possibilitava aos seus produtores a liberdade necessária para promover suas denúncias, utilizando a escrita folhetinesca como instrumento de intervenção. Aliás, a presente observação nos leva a pensar sobre como a própria literatura era pensada e significada pelos seus produtores. Nicolau Sevcenko, ao analisar os percursos de dois literatos dos fins do século XIX, Lima Barreto e Euclides da Cunha, cruzando suas trajetórias com suas produções literárias nos revela que a geração do qual os literatos fazem parte, geração de 1870, propunham desatar as amarras de um provincianismo colonialista trazendo para em seus ideários a implantação de uma sociedade moderna utilizando os padrões culturais europeus como parâmetros. Suas intenções passariam pelo próprio uso da literatura que passa ser significado como um espaço de intervenção social, de luta. É dessa mesma natureza o empenho de Lima Barreto em “fazer de seus instrumentos artísticos um instrumento de difusão das grandes ideias do tempo” (SEVCENKO, 1985, p. 80).

Tal aspecto é observável na produção Teresinense. Muitos folhetins reivindicavam para si esse caráter de intervenção social. Se no Folhetim *Luciana Irerê*, Higinio Cunha, entende que os meios para se adquirir conhecimento se dá com escolas, imprensa, tribuna, bibliotecas, colégios e academias a de se convir que a literatura também trouxesse tal aspecto em suas entrelinhas. Publicado em 1884 no periódico *O Semanário*, Notas à parte trazem no seu enredo algumas considerações filosóficas acerca da sociedade. Utilizando o personagem intitulado Álvaro, único personagem da trama, jovem estudante do ensino superior, narra suas considerações sobre a mocidade e o mundo que o cerca. Para o personagem cabe a mocidade a responsabilidade de conduzir o homem ao progresso. As informações encontradas nos folhetim levam a crer que o autor do folhetim, assinado por Centeanhide, provavelmente um pseudônimo, seja um estudante piauiense ingresso em uma das faculdades espalhadas pelo país, dada as

características apresentadas pelo personagem, jovem estudante acadêmico e emigrante. Tal fato pode ser reforçado pela data presente no fim do folhetim dando a impressão de que o mesmo foi enviado. Vejamos como a literatura é utilizada e significada:

Tratando desse importantíssimo assunto - a instituição da mocidade, não posso e nem quero esquecer-me de tibieza que domina o espírito brasileiro, assim como a falta de disposição e gosto pelas letras, artes e ciências, com raríssimas exceções, principalmente em certas províncias do nosso país: eis o gérmen microbiano, o bacillus que aniquila a força vital de nossa educação e sociedade. [...] Nós a mocidade trazemos sectariadas idéias progressistas do século das luzes e filha do trabalho, temos um cérebro ardente, compreendemos maravilhosos acontecimentos, só filhos da terra de Santa Cruz, berço de tantos heróis, aspiramos e abraçamos a santa causa da liberdade - o progresso e glória! Avante! Erguei e sustentai as artes, a ciência a literatura pátria, do Amazonas ao Prata, aos Andes, aos céus, que a posteridade vis espera; Ela ajoelhada sob vosso pé, um dia bem dirá o vosso nome. Oh mocidade! Álvaro já é tempo, desperta senhoria mocidade, enquanto possuis as forças da juventude que elevam os esforços intelectuais [...] (CETENHIDE, Folhetim *Notas à Parte*, O Semanário, 1884, p. 01).

O folhetim também era espaço da poesia, da crônica e de peças teatrais. É sobretudo na década de 1880 que é possível encontrar uma gama de poesias publicadas no rodapé dos jornais. Algumas se apresentavam em forma de poesia em prosa, como é o caso do folhetim *A vingança do ancião* publicada no periódico *O Semanário* de 1883. Encontramos também os poemas *Mimosos*, *Límpidos*, (SÀ, 1889), *Versos à Julieta*, (SOUZA, 1889) entre outros. O espaço também era utilizado como meio para homenagear os entes queridos que já partira. No folhetim *Adeus*, de Benjamin Rubim, datado em outubro de 1889 e publicada no mesmo mês, o espaço é significado por meio da utilização de uma ode a noiva que partira com a morte prematura.

Adeus!
Adeus, lírio de amor! – eu vou partir e ao ver o sol
Que o sol já vem rompendo alumbre alvorada.
Eu sinto que os soluços [...] confundem a nota agonizante de
Minha [...] magoada.
É grande a minha dor, e enorme o meu martírio
Neste momento tétrico [...] da existência!
Ai! Deus, E quanta agonia ao ver barmada em pranto
A meiga sensitiva – a rosa da inocência!
Que triste sorte a minha santa, e que desgraça
Ao deixara estes angélicos, suaves
Inundados de amor, e a soluçar sentidos
As cópias longorossas de gemenubdas aves!
Ao deixar os bem tristes, e em quanta natureza,
E tudo que me cerca tão calmo e tão sereno
Ri se da dor imensa que me lacera o peito
Mais tenta que a tristeza mãe do Nazareno!
(RUBIM, Folhetim *Adeus*, O Telephone, 1889, p. 01).

A suposição lançada acerca do possível autor do folhetim, cujo autor se apresenta por Centenhide, abre possibilidade para pensar outro elemento das produções folhetinescas, a autoria. Sabe-se que grande parte destas produções eram assinadas com pseudônimos, que figuram entre nomes estrangeiros, sendo o francês o mais utilizado, ou simplesmente por iniciais. Tal aspecto poderia ser justificado pelo viés que tenta significar o suporte contrapondo o há uma literatura de qualidade. Mas o problema parece ser mais complexo do que pensamos, sobretudo quando aproximamos as práticas folhetinescas de Teresina dos fins do século XIX. Conforme já afirmado, a ficção promove entre aqueles que se aventuram em seu mundo a possibilidade de conduzir suas opiniões, seus posicionamentos, de modo livre. Acompanhando as agitações políticas que emergiram no fim do Império no Brasil, Teresina vê o confronto entre liberais, conservadores, e por conta da consolidação do republicanismo, o partido republicano. Os ataques eram feitos das diversas maneiras, mas era na imprensa onde eles encontravam visibilidade. Os folhetins, sendo parte integrante dos periódicos, também eram espaço de disputa partidária, conforme já elucidada quando exploramos os folhetins

de caráter político. Percebe-se claramente que a tônica de tais folhetins eram a crítica direcionada as configurações políticas do período. De modo que as críticas fossem ferrenhas, os autores utilizavam-se de pseudônimos para atacar seus opositores. Infelizmente não conseguimos identificar os verdadeiros autores dessas tramas folhetinescas. Mas tal aspecto é, ao nosso ver, irrelevante por pretender obscurecer a mágica dessas produções fatiadas retirando aquele ar de mistério que a tanto interessara seus leitores curiosos. Portanto, o uso desse recurso auxilia no processo de significação do suporte descortinando mais uma face desse poliedro. Resta-nos apenas analisar como seus produtores significam tal instrumento pelos fragmentos que eles deixam escapar.

Publicada em 1985 no periódico *A Imprensa*, a série intitulada *Cousas e Lousas* apresenta-se como sátira utilizada para criticar o parlamento. Produzido por um suposto autor denominado Pacífico Cordeiro, provavelmente um pseudônimo, o referido autor brinca com a repercussão do folhetim como também com a descoberta do possível autor.

Não faltam maledicentes que se encarregam de andar pela rua dando a paternidade dessa série de folhetim escrita e por escrever ora a este ora aquele cavalheiro desta cidade. Para que isto?

Quem escreve essas linhas não precisa de fazer mistério e tanto não o faz que galhardamente assinam-se. É desconhecido? É por demais obscuro? Paciência!

Uma individualidade por ser tal não deixa de existir. Eu, portanto, existo, vivo, como e durmo. Quem quiser meu conhecer-me nada mais deva fazer do que procurar em meu domicílio, na rua das casas, número indeterminado.

Sou um tanto velho, mas forte; sou baixo e gordo, não tenho barba e usos [...]. Dentes foi coisa que nunca vi e de resto não sou tão imbecil que mande o bispo certa coisa do meu especial conhecimento sagrado.

(CORDEIRO. Folhetim, *Cousas e Lousas*, A Imprensa, 1885, p. 01).

Utilizando o gracejo, o riso é possível perceber que Centenhide, brinca com as possibilidades de repercussão acerca

da real autoria do folhetim *Cousas e Lousas*. Nesse sentido, o autor nos revela que a prática do uso de pseudônimos em Teresina ganha uma conotação peculiar servindo como instrumento de crítica política e social. O folhetim *Vozes do povo*, publicado no periódico *O Semanário*, atesta o uso de tais práticas afinal de contas não saberíamos dizer que seria o senhor Z, o único aspecto que podemos afirmar desses autores é o fato de estar utilizando a escrita folhetinesca como instrumento de denúncia de crítica social.

Considerações Finais

Vestígios e indícios de temporalidades e espacialidades, os folhetins sinalizam para os possíveis da história, visto que abrem margem para compreender outras maneiras que o homem (re) elaborou para (re) pensar e (re) criar sua existência, o seu mundo, a sua realidade. Os folhetins assumiram papéis variados, conforme os distintos usos e abusos que deles eram feitos, em nome de condutas sociais, de interesses políticos e econômicos, de expressões culturais. Os folhetins constituíram-se como discursos que ora se propunham conservadores, ora se apresentavam como subversivos. Desse modo, é possível verificar que os usos e imagens dos folhetins em Teresina do final do século XIX apresentam um caráter múltiplo e complexo impossibilitando, portanto, a construção de análises totais e , por conseguinte, superficiais.

Fontes e Referências:

1. Fontes

BRANCO, Camilo Castelo. Vintes horas de Liteira. *O Piauí*, 1871, nº 44 ao 75 , Teresina, 11 fev. 1871.

CORDEIRO, Pacífico. *Cousas e Lousas. A Imprensa*, Teresina, ano 20, 11 jul. 1885

FOLHETIM. Anuncio. A Pátria Teresina, n. 4, 11 fev. 1871. A Pátria.

FEVAL, Paulo O castelo de Malletroit. *O Piauí*, Teresina, ano 2, n. 78, 4 jun. 1870, 15 abr. 1869

Centenhide. Notas à parte. *O Semanário*, Teresina, ano 9, n. 339, 6 dez. 1884

FOLHETIM. Anuncio. A Pátria Teresina, n. 4, 11 fev. 1871. A Pátria.

SAMVENIL, OIPE. Clara. *A Reforma*, Teresina, 1887.

SÁ, Leônidas de. Mimoso. *O Telefone*, Teresina, ano 7, n. 293, 26 jan. 1889.

SÁ, Leônidas de. Límpidos. *O Telefone*, Teresina, ano 7, n. 298, 9 mar. 1889.

SOUZA, Cezário. Versos à Julieta. *O Telefone*, Teresina, ano 7, n. 315, 22 ago. 1889.

RUBIM, Bejamim. Adeus. *O Telefone*, Teresina, ano 7, n. 320, 9 out. 1889.

LIMA, Plínio. Por causa de uma joaninha. *O Piauí*, Teresina, ano 4, n. 152, 4 jun. 1870.

Z.Vozes do povo. *O Semanário*, Teresina, ano 8, n. 317, 15 set. 1883.

2. Referências Bibliográficas

ALENCAR, José de. *Senhora*. São Paulo: Ática, 1999.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais a condição feminina na primeira república*. Teresina: Bagaço, 2005.

_____. Masculinidades plurais: a construção das identidades de gênero em obras literárias. *Unisinos: Revista de História*, São Leopoldo, n.9, p. 85-95, maio/ago. 2005.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. SP: DIFEL, Editora Bertrand Brasil, 1990.

_____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NADAF, Yasmim Jamil. *Rodapé das Miscelâneas: folhetins nos jornais mato grossense: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2002.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 2. ed. Teresina/João Pessoa: EDUFPI, 2011.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momento decisivo*. São Paulo: UNESP, 1999.

VILLAR, Socorro de Fátima Pacífico. *O marido da adúltera*, de Lúcio Mendonça, ou as estratégias de publicação de um romance como folhetim. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Rio de Janeiro, n. 9, p., ago. 2006.

CABEÇA DE CUIA: UMA LENDA DE FUNDAÇÃO?

Maria do Socorro Rios Magalhães¹

*- Não precisas, poeta, saber quem sou eu,
Pois tu já narraste minha história completa.
E os outros ilustres escritores e poetas,
Também já falaram bastante de mim.
Mas vou acolher-te a pergunta discreta:
Eu era um bom filho e o melhor pescador
Deste caudal perene e sem fim;
No entanto, empunhando infernal corredor
Torturei minha mãe e tornei-me ruim
Por isso, num monstro eu fui transmudado
E posto nas águas escuras e frias
Do rio em que vivo, desde eras remotas
Tentando tragar, assim, sete Marias
Castas, esquivas, pulcras, devotas...
Nas lutas, imerso em rebojo e remanso,
Às vezes sou bravo, às vezes sou manso,
Mas quando o meu crânio nas águas bubuia,
Extravasa-se o rio, há destroço, clamor,
E as vidas aderem à morte e ao terror,
E eu vou entoando macabra aleluia...
Com isto, poeta, já sabes quem sou
O monstro famoso, Cabeça-de-Cuia.
(Hermes Vieira)*

1 Doutora em Letras pela PUCRS. Professora da Universidade Estadual do Piauí. Professora aposentada da Universidade Federal do Piauí. Membro da Academia Piauiense de Letras. E-mail: socorromrioz@gmail.com.

No poema que serve de epígrafe a este texto, o poeta consegue de forma magistral sintetizar em seus versos, a lenda do Cabeça de Cuia, uma das narrativas do folclore piauiense mais difundidas, através dos anos, por várias gerações que vivem ou viveram, tanto no interior como na capital do Estado.

Como acontece com as narrativas orais, muitas são as versões da lenda do Cabeça de Cuia, com algumas variantes quanto ao lugar em que se passa a história. Contudo, a versão predominante, ao longo do tempo, é aquela que associa essa lenda à cidade de Teresina, ao momento de sua fundação, remetendo ao lugar onde surgiu uma pequena povoação, denominada Vila do Poti, porque se situava junto à barra do rio Poti, ali onde aquele rio despeja suas águas no Parnaíba, formando um cenário de extraordinária beleza, hoje transformado em atração turística. Este local teria sido a primeira opção de Saraiva, o presidente da Província, para construção da nova capital que substituiria Oeiras, a antiga sede da Província do Piauí. No entanto, as frequentes cheias que assolavam a região o fizeram desistir da ideia, levando-o a decidir-se pelo lugar conhecido como Chapada do Corisco, para onde foram transferidos, embora a contragosto de alguns, os moradores da Vila do Poti.

Na sua alentada obra *Rua da Glória* (2015), Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, na parte intitulada “Rumo à cidade nascente” descreve as condições físicas, sociais e econômicas que decretaram a escolha do lugar onde foi erguida a nova capital. Eis, nas palavras do cronista, a movimentação de Saraiva, o jovem presidente da Província do Piauí, em busca do local adequado para a construção da cidade:

Partiu, logo que pôde, para o vale do Parnaíba, visitar a Província que lhe era desconhecida. Já em novembro daquele ano pôs-se a caminho. No dia 18 estava na vila do Poti, onde este rio se junta ao Parnaíba. Os habitantes da pequena vila enfrentavam os problemas da inundação, num sítio precariamente palustre.

Naquele mesmo ano de 1850 a cheia do rio tinha sido violenta e a vila havia sofrido muito naquela enchente que lhe destruíra muitas das casas e trouxera doenças. Era preciso mudar. Mudar para outro sítio mais abrigado das águas.

Na procura de um novo local para transferir a vila, o Presidente, conduzido pelos informantes locais, deslocou-se uma légua a montante no Parnaíba, a um local bem aprazível, onde a chapada declina até o rio sem formar alagados marginais, terra firme, coberta de mata. Tal lugar vinculava-se a uma data de terras chamada ‘Covas’ que dera lugar a uma já decadente fazenda a que chamavam Chapada do Corisco [...] Havia por ali apenas a velha sede, umas três casas não mais afastadas do rio. (MONTEIRO, 2015, p. 46)

Com a mudança, a Vila Nova do Poti, como passou a ser chamado o povoado erguido na Chapada do Corisco, veio dar origem a Teresina, a nova capital, inaugurada, em 1852, pelo Presidente José Antônio Saraiva. Mas a antiga povoação da barra do Poti resistiu, teimando com as enchentes do rio. Passou, então, a ser conhecida como Vila Velha do Poti, até que, mais tarde, se transformou no bairro Poti Velho, hoje, o mais antigo da cidade.

Embora, como já foi dito, existam versões da lenda que trazem outros locais ribeirinhos como espaço da ação narrada em O Cabeça de Cuia, a grande maioria aponta para a confluência dos rios Parnaíba e Poti como o *habitat* do infeliz pescador transformado em monstro. Apropriando-se da lenda do Cabeça de Cuia como patrimônio cultural da cidade, a Prefeitura de Teresina, resolveu instituir, no ano de 2003, o “Dia do Cabeça de Cuia”, que passou a ser comemorado na última sexta-feira do mês de abril. (TERESINA, 2007)

A lenda do Cabeça de Cuia, ao passar da oralidade para a escrita, ganhou inúmeras versões, não só de estudiosos do folclore, mas também de poetas e dramaturgos, tendo, inclusive, inspirado letras de muitas canções populares, algumas bastante conhecidas em nosso meio.

Deixando de lado versões mais extensas e mais ricas de detalhes, bem como aquelas que possuem uma maior elaboração estética, como o poema de Hermes Vieira (apud SILVA, 1982, p.

128-129), adotaremos, para este esforço de apreender o sentido da lenda a partir da sua estrutura narrativa, uma versão que se aproxime mais das formas orais, que ainda hoje são transmitidas de geração em geração.

A opção por uma versão não literária da lenda do Cabeça de Cuia se deve ao propósito deste trabalho, que é o de analisar a sua estrutura narrativa, considerando esse texto como uma *Forma Simples*, terminologia cunhada por André Jolles, na obra do mesmo nome. (JOLLES,1976) Neste livro, o autor aborda uma grande variedade de narrativas, como: Legenda, Saga, Mito, Adivinha, Ditado, Caso, Conto, Chiste, entre outras, distinguindo-as das Formas Artísticas e privilegiando, assim, o caráter coletivo, primitivo e elementar dessas formas narrativas. O autor distingue uma Forma Artística de uma Forma Simples, atribuindo à primeira um caráter de “elaboração”, enquanto a segunda se caracteriza por ser uma “criação espontânea”. (JOLLES, op. cit. p.192).

A lenda do Cabeça de Cuia já motivou um volume considerável de textos que podem ser classificados como formas complexas ou artísticas e que já se incorporaram ao acervo literário piauiense. Josias Clarence Carneiro da Silva, em *Encanto e terror das águas piauienses* (1982), que traz um dos estudos mais completos sobre O Cabeça de Cuia, elenca grande número de Formas Artísticas produzidas por piauienses inspiradas por esta lenda. Entre outros, Josias Clarence cita os poemas de João de Deus, João Ferry, Chico Bento, Pedro Silva e Clóvis Moura. (SILVA, 1982, p.108-129). Ainda no campo artístico, há a peça teatral de Gomes Campos, que, segundo o folclorista, se trata de uma “tragédia estilizada, *O pescador e o rio*, adaptada para o teatro da lenda do Cabeça de Cuia, que a inspirou”. (SILVA, op. cit. p.134). É ainda Silva, na mesma obra, que registra a representação do lendário Cabeça de Cuia nas artes plásticas, ao se referir à obra de Nonato Oliveira:

... Cabeça-de Cuia, um dos mais significativos quadros que Nonato Oliveira produziu, a outra faceta de sua sensibilidade

estética criativa e pura leva-nos à reflexão. Nessa tela famosa, os planos sobrepõem-se num desdobrar suave e móvel. O verde-lodo chocante, o vermelho agressivo, o exotismo vivaz do azulado, primários e dominantes em quase toda a obra do artista, abrandam-se na beleza das nuances. (SILVA, op. cit. p.102)

Além do quadro, é também de autoria de Nonato Oliveira o conjunto de esculturas que formam o monumento denominado *Cabeça de Cuia e as sete Virgens*, que se encontra na entrada do Parque Encontro dos Rios, no bairro Poti Velho em Teresina.

No campo literário, mais recentemente, Eduardo Prazeres vem publicando romances que devem compor uma trilogia denominada *A lenda de Crispim*, da qual fazem parte os volumes *Crispim e a sétima virgem* (2017) e *A fortaleza de Crispim* (2017).

É importante também registrar, ainda em 2017, a publicação do romance de Pádua Carvalho, *Crispim, rios de desesperança*, que, na visão do crítico Dílson Lages Monteiro, consiste numa atualização da lenda que assume o caráter de denúncia diante das precárias condições socioeconômicas a que são submetidos os moradores da periferia da cidade de Teresina, no período retratado, ou seja, a década de 40 do século passado. Diz textualmente o referido crítico:

...Recuperado a lenda do Cabeça de Cuia, o autor ressignifica o sentido usualmente atribuído a ela, que, na versão de Pádua, vira romance, a fim de dar a essa lenda uma dimensão até então pouco explorada, embora muitas versões para a estória, em prosa e verso, tenham brotado das mãos de outros experientes literatos locais. (MONTEIRO, 2018, p.99)

Entre historiadores e folcloristas que registraram a história do Cabeça de Cuia, segundo Josias Clarence Carneiro da Silva (1982) encontram-se João Alfredo do Vale Cabral, João Alfredo de Freitas, Joaquim Nogueira Paranaguá, Vítor Gonçalves Neto, Basílio de Magalhães, além de Câmara Cascudo, que se refere à lenda piauiense no seu *Dicionário do folclore brasileiro* (2000). Entre

os contemporâneos, Noé Mendes de Oliveira em seu livro *Folclore brasileiro*: Piauí, apresenta a seguinte versão:

É um monstro. Costuma aparecer na superfície da água, nas noites de lua cheia. Uma enorme cujuba (cuia) surge e desaparece, metade do ano no rio Parnaíba e a outra metade no Poti (Teresina fica entre esses dois rios). Dizem, ainda, que ele costuma se incorporar em algum louco que perambula pelas ruas de Teresina. Mas a estória é a seguinte:

Um pescador, chamado Crispim, morava com sua velha mãe viúva na antiga vila do Poti. Certo dia, voltou para casa muito zangado porque não tinha pescado nada. A mãe lhe deu pra comer um pirão de osso. Ele, enraivecido, bate na mãe e quebra-lhe a cabeça com um “corredor” da ossada do pirão. Caída no terreiro, antes de morrer, a mãe lhe joga uma maldição: “Serás transformado num monstro, filho ingrato!” E Crispim desaparece nas águas barrentas do rio.

(OLIVEIRA, 2016, p.29)

Na versão de Noé Mendes de Oliveira, a praga da mãe não faz referência ao fato de que o filho deveria devorar sete Marias Virgens, omitindo a possibilidade de redenção através do cumprimento de uma tarefa difícil. Por outro lado, refere-se à possibilidade de incorporação do espírito do Cabeça de Cuiá por algum dos loucos que mendigavam pelas ruas de Teresina. Esta última parte da versão de Oliveira é praticamente ignorada no meio em que a lenda é propagada.

São, portanto, numerosas as versões da lenda que se encontram registradas por pesquisadores e estudiosos do folclore piauiense, que recolheram as narrativas de habitantes mais antigos do bairro Poti Velho. Silva no livro *Encanto e terror das águas piauienses* (op. cit.) reúne várias dessas versões, algumas delas destoam bastante das versões mais divulgadas, como, por exemplo, a que atribui à figura da Madrinha a maldição lançada sobre o Cabeça de Cuiá ou a que dá o nome de Ludovico ao protagonista, o qual, na maioria das versões, tem o nome de Crispim.

Fontes Ibiapina, em sua obra sobre o folclore local, denominada *Passarela de marmotas* (s.d.), apresenta uma versão que

não extrapola os limites de uma Forma Simples, na concepção de Jolles (1976), de sorte que decidimos considerá-la para o fim a que se propõe o presente estudo, que é o de analisar os elementos estruturais que compõem a narrativa. Diferentemente do texto de Noé Mendes de Oliveira, Ibiapina acrescenta à maldição materna, a tarefa de devorar as sete virgens de nome Maria. Eis a maneira como esse autor finaliza a história: “Pois é assim. E tem mais. O Cabeça de Cuia só deixará um dia de penar no mundo quando devorar sete mulheres virgens de nome Maria. E diz que até o presente não conseguiu consumir uma sequer.” (FONTES IBIAPINA, s.d., p. 63)

Este final: “até o presente não conseguiu consumir uma sequer” (Id. Ibid.) se repete na maioria das versões, apontando, assim, para uma continuidade da presença do Cabeça de Cuia, nas águas do Poti e Parnaíba, em pleno cumprimento ao mandamento materno.

A importância de considerar as diversas versões da lenda reside no fato de que todas têm em comum uma estrutura lógica subjacente. Esse fenômeno foi identificado por Lévi-Strauss (1996, p.152), ao estudar as narrativas míticas. É justamente a identificação dessa estrutura lógica subjacente que pode apontar um sentido para uma narrativa do tipo da lenda do Cabeça de Cuia.

Ao aplicar-se o modelo proposto por Lévi-Strauss para estudo da narrativa mítica à lenda do Cabeça de Cuia, não se está levando em conta uma distinção rigorosa entre os diversos tipos de narrativa que Jolles (op.cit.) denomina Formas Simples, sobretudo as diferenças entre Mito, Lenda e Saga, porque se entende que o que há em comum entre lenda e mito é suficiente para justificar a utilização do modelo proposto por Lévi-Strauss para o estudo da narrativa O Cabeça de Cuia. Quais seriam, então, os traços comuns entre mito e lenda? Mircea Eliade (1972) ao falar sobre as narrativas míticas assim se expressa:

... o mito se refere sempre a uma 'criação', contando como algo veio à existência, ou como um padrão de comportamento, uma instituição, uma maneira de trabalhar foram estabelecidos; essa a razão pela qual os mitos constituem o paradigma de todos os atos humanos significativos. (ELIADE, 1972, p. 18)

Para muitos autores, a lenda tal como o mito remete a um tempo das origens, narra o aparecimento de alguma coisa significativa para o povo que engendrou a narrativa, embora a lenda seja marcada por elementos da realidade local onde ela circula, enquanto o mito aponta para uma realidade universal. Conforme o entendimento de Câmara Cascudo, as lendas

... conseguem, por seu simbolismo simples, ser aceitas como brincos da imaginação humana, que tenta representar grandes vultos e grandes feitos (mesmo somente ideados), vão-se fixando na memória dos povos e passam a ser repositório de glórias ou de estímulos, como se pode facilmente verificar na lenda de Eneias, para os romanos. (CASCUDO, Câmara, 2000, p.358)

Dessa forma, a análise da lenda tomará como referência a versão de Fontes Ibiapina (s.d.), a partir da divisão da narrativa nas seguintes seqüências:

- 1) Situação inicial (equilíbrio) – Crispim, um jovem pescador, vivia na Vila do Poti em companhia da mãe viúva;
- 2) Crispim não consegue pescar nada – Fracasso na pescaria;
- 3) Crispim volta para casa com raiva e com fome – Retorno à casa;
- 4) Crispim agride a mãe com o osso (corredor de boi) – Agressão à mãe;
- 5) A mãe lança a maldição sobre Crispim – Maldição materna;
- 6) Crispim sai de casa e atira-se no rio – Transformação no monstro Cabeça de Cuia.

Logo à primeira vista, o que se percebe é que se trata da história de uma punição exemplar, como diz a canção “castigo tremendo, que a lenda sagrou”, portanto, o Cabeça de Cuia que assombra as populações ribeirinhas do Parnaíba e Poti é o indivíduo em pleno castigo, que, através da expiação, busca redimir-se pelo cumprimento de uma tarefa que lhe fora imposta. A redenção de Crispim ou Cabeça de Cuia só se dará pelo restabelecimento do equilíbrio anterior que foi por ele quebrado. Em *Do Mito ao romance: tipologia da ficção brasileira contemporânea*, a autora diz que “numa narrativa subjugada pela concepção mítica, uma proibição violada é uma agressão à tradição constituída, e a punição caracterizar-se-á pela reconstituição de uma ordem cósmica.” (ZILBERMAN, 1977, p.35) Assim, essa lenda não é apenas o relato de uma infração, de uma pena, ou da desumanização de Crispim, o pescador, mas ela também aponta para a possibilidade de reversão do monstruoso ao humano.

Se concordarmos com aquela posição de Lévi-Strauss (1996, p.152) de que a narrativa mítica é a transformação de uma estrutura lógica subjacente, é necessário buscarmos, na narrativa do Cabeça de Cuia, a lógica subjacente, que justifica o tremendo castigo imposto ao protagonista, bem como a tarefa salvadora (no caso devorar 7 Marias virgens) que lhe foi atribuída.

Seria bastante óbvio apontar a violação do quarto mandamento – “Honrar Pai e Mãe” – esculpido na lei mosaica –, embora a exacerbada religiosidade e sobretudo a devoção à Maria, mãe de Jesus, seja peculiar aos habitantes da região onde nasceu a lenda do Cabeça de Cuia. Uma interpretação de cunho freudiano não hesitaria em apontar o caráter sexual e incestuoso da agressão do filho contra a mãe, já que esta foi atacada com um “corredor de boi”, facilmente identificado como uma representação fálica.

Sabemos que toda interpretação é parcial e pode ser até mesmo reducionista, no entanto, desejando ser fiel àquela corrente que vincula a lenda do Cabeça de Cuia à fundação de Teresina, a nova capital do Estado do Piauí, procuraremos relacionar o sentido da narrativa às transformações de ordem

socioeconômica, que, em meados do século XIX, alteraram o modo de vida daquela pequena comunidade que vivia próximo à confluência dos rios Poti e Parnaíba, que deixou de ser a Vila do Poti, tornando-se Vila Velha do Poti em oposição à Vila Nova do Poti, e mais tarde tornou-se apenas o Poti Velho, integrando-se à extensão urbana da nova capital, Teresina.

Para isso, tomamos como modelo, o método utilizado por Lévi-Strauss, no ensaio denominado “A gesta de Asdiwal”, publicado no livro *Antropologia estrutural 2* (1996), que distingue na narrativa mítica quatro níveis: *o geográfico, o técnico-econômico, o sociológico e o cosmológico*. Ao aplicar este modelo a um mito indígena da costa canadense, o antropólogo francês adverte para o fato de que os dois primeiros níveis em que uma narrativa mítica se situa, isto é, *o geográfico e o técnico-econômico*, têm fundamento no real. Já os dois últimos, *o sociológico e o cosmológico*, não fazem uma representação fiel da realidade, revelando uma certa liberdade de invenção, imaginação e criação. Usando palavras do próprio Lévi-Strauss sobre os quatro níveis da narrativa mítica: “Os dois primeiros traduzem fielmente a realidade, enquanto o quarto lhe foge totalmente e o terceiro entrelaça instituições reais e imaginárias”. (LÉVI-STRAUSS op. cit. p. 164)

Na narrativa de O Cabeça de Cuia, o nível geográfico encontra-se muito bem definido: é o local onde Parnaíba e Poti se encontram, uma pequena vila de pescadores. Ao fazer referência à pesca, já entramos no nível técnico-econômico, que é tão real quanto o nível físico geográfico, onde transcorreu o episódio narrado pela lenda. Em todas as versões de O Cabeça de Cuia, é mencionado que Crispim e sua mãe sobreviviam da pesca, citando-se também os vários instrumentos utilizados pelo protagonista na sua atividade econômica: tarrafa, anzol, caniço, pari, dentre outros. Os níveis geográfico e técnico-econômico se encontram embricados, já que a situação geográfica (margem do rio) determina a atividade econômica (pesca). O nível técnico-econômico é evocado claramente na narrativa, através

da referência à escassez de alimento, (falta de peixes) que levou Crispim ao descontrole emocional (raiva).

Os níveis sociológico e cosmológico encontram-se igualmente imbricados, pois, é a partir das relações sociais presentes no nível sociológico, que se forma o nível seguinte o cosmológico. Ou seja, a relação mãe - filho, que se encontra no nível sociológico, bem como o poder que é atribuído às mães de abençoar ou amaldiçoar os filhos, constitui a passagem para o nível cosmológico, representado pelo mandamento materno, que transformou o pescador Crispim no monstro Cabeça de Cuia. É, portanto, no último nível que encontramos a presença do sobrenatural, é onde a imaginação popular tem total liberdade de criação. Diz a lenda que, antes de morrer, a mãe roga-lhe a praga de encantamento temporário: viver como peixe no fundo das águas, só tendo o perdão, após devorar 7 virgens de nome Maria, de 7 em 7 anos. (SILVA, 1982, p. 66).

A maldição transformou Crispim em um ser monstruoso com o corpo mais ou menos em configuração de gente, mas com uma aparência grotesca e cabeça em forma de cabaça (daí o nome cabeça de cuia). Assim, segundo as diversas versões, Cabeça de Cuia é um ser híbrido, um homem-peixe, de cabeça disforme, que ataca, principalmente, mulheres virgens.

Segundo Lévi-Strauss (op. cit.), para captar o sentido de uma narrativa mítica, é necessário levar em conta, além das sequências narrativas, ou seja, os acontecimentos na sua ordem cronológica, que dão o sentido aparente do mito, aquilo que ele chama de esquemas, que são oposições e equivalências, que se encontram num plano de profundidade superior ao plano horizontal das sequências.

Assim, de maneira breve, poderíamos apontar alguns esquemas na narrativa O Cabeça de Cuia:

No nível geográfico, temos o lugar do encontro de dois rios: Parnaíba e Poti. A união entre os dois rios remete a uma futura integração entre a Vila Velha do Poti e a Vila Nova Poti, mais tarde, o bairro Poti Velho que se integra à cidade de Teresina.

No nível técnico-econômico, temos a atividade de pesca, que já dava mostras de esgotamento naquele tempo. A falta de peixes sinaliza para o fato de que o rio não poderia continuar sendo a única fonte de sobrevivência ou de alimentação para os moradores ribeirinhos. Naquela época ainda não se respeitava a piracema. Atualmente, a pesca nos rios de Teresina é disciplinada por legislação federal, através da Lei nº 7.653, de 12 de fevereiro de 1988 (BRASIL,1988), que estipula o período de outubro a março, como defeso, limitando a atividade pesqueira profissional, durante quatro meses. O Cabeça de Cuia, reza a lenda, aparece sempre nos períodos de chuva, como diz a canção de autoria de Chico Bento: “quando a cheia desce, Cabeça-de Cuia sempre aparece” (apud OLIVEIRA, 2016, p.30), coincidindo com o período da piracema.

A narrativa inicia com um homem tentando pegar um peixe nas águas dos rios e termina com um homem, que, vivendo como peixe nessas mesmas águas, passa a afugentar aqueles que tentam pescar naquelas paragens.

No nível sociológico, encontramos a organização familiar, representada por Crispim e a Mãe. A ausência da figura paterna faz de Crispim, embora ainda muito jovem, o provedor da família. Trazer comida para casa é papel masculino, cabendo à mulher as tarefas domésticas, como é o caso do preparo do alimento. Assim, é mãe que oferece a comida ao filho. Na falta de peixes, a mãe estende a Crispim uma tigela (uma cuia provavelmente) com o pirão de farinha feito com o caldo de uma ossada de boi, um tipo de comida, a que ele ainda não se acostumara. A mãe, por ser mais velha e mais experiente, é a primeira a compreender que era preciso introduzir um novo tipo de alimento na dieta familiar, era preciso substituir o peixe pelo boi, sob pena de sucumbirem à fome. O erro trágico do protagonista foi recusar-se a atender a mãe, que lhe sugere mudar de vida, procurar novas fontes de sobrevivência, renovar sua percepção do real e integrar-se ao processo de mudanças que estava em curso. Por ter se fixado numa fase primitiva, em que os rios supriam todas as suas necessidades, Crispim foi incapaz de acompanhar as mudanças que estavam em marcha e atingiam o modo de viver da sua comunidade, por

isso era necessário voltar a uma forma inferior de existência, desumanizando-se na figura do Cabeça de Cuia. Como um monstro das águas, ele permanece na confluência do Parnaíba com o Poti, por um tempo indefinido, ou seja, até devorar no intervalo de sete em sete anos, sete Marias virgens. Neste ponto, já estamos no nível cosmológico, no qual nos deparamos com a figura monstruosa do Cabeça de Cuia, diante da difícil missão de devorar sete Marias Virgens.

Uma das oposições que podemos perceber no esquema cosmológico está na própria forma assumida pelo personagem, que vive como peixe, ou seja, como alimento, mas que tem a cabeça de cuia (recipiente para colocar o alimento). A cuia foi no passado um objeto amplamente utilizado no interior do Brasil. Cuia, palavra tupi, designa o fruto da *cuieira*, mais especificamente, o vaso feito desse fruto depois de esvaziado do miolo. É também chamado *cabaça*, *coité* ou *cujuba*. No Sul do país, no Rio Grande do Sul, principalmente, a cuia é utilizada para o célebre chimarrão.

No Nordeste, a cuia já teve diversas utilidades, servindo como tigela, prato, copo e até para os famosos “banhos de cuia”, que antecederam o uso do chuveiro nas residências nordestinas. Outro costume dessas paragens era o de colocar, flutuando, nas águas do rio, uma cuia com uma vela acesa para encontrar o corpo de algum afogado. Descendo rio abaixo, a cuia parava e ficava rodopiando no local exato em que se encontrava o corpo, geralmente num remanso. Hoje, os bombeiros substituíram a Cuia. Felizmente, o artesanato local continua usando os frutos da *cuieira* para criar peças de grande beleza e originalidade, de modo que a cuia ainda continua muito presente na cultura piauiense.

O que importa, contudo, é lembrar que a cuia é, por excelência, um recipiente, sua função é conter algo. Ou seja, a cuia carece de conteúdo, ela existe para ser preenchida. É importante observar que o castigo de Crispim é carregar, no lugar da cabeça, uma enorme cuia, o que parece nos dizer que se trata de alguém, cuja mentalidade precisa ser renovada, assim como ocorre com o fruto da *cuieira*, que é esvaziado, para, depois, servir de recipiente a novas substâncias.

Crispim, que, ao agredir a mãe, perdeu, literalmente a cabeça, ganha uma cabaça, ou seja, uma cuia para ser preenchida com alguma coisa que lhe devolva a sua humanidade. Segundo a lenda, este algo que falta a Crispim é justamente devorar as sete Marias virgens. A própria pena imposta ao infrator prescreve a forma de suspender o castigo. O número sete possui uma extraordinária carga de simbolismo, que percorre desde a mitologia greco-latina até a sabedoria antiga do povo judeu.

Deste modo, a propósito do número sete, lembraremos a história de Eros e Psiquê, um mito grego que se tornou conhecido no mundo inteiro, através da obra de Lúcio Apuleio (s.d.), autor latino do século II da Era Cristã. Essa escolha se deve à semelhança entre a situação dos protagonistas em ambas as narrativas, que pode ser reduzida às seguintes sequências: *transgressão, punição, cumprimento das provas e redenção*. Mas, sobretudo, se deve ao fato de que Psiquê foi submetida por Afrodite (mãe de Eros) a sete provas, difíceis, quase impossíveis de serem realizadas. Da mesma forma, em O Cabeça de Cuia, uma mãe, que também é poderosa como a deusa grega submete o filho a realizar sete tarefas, igualmente difíceis, mas, que, depois de cumpridas, lhe trarão de volta aquilo que perdera por causa de sua inexperiência e imaturidade.

Cabeça de Cuia voltará a ser gente quando tiver devorado sete Marias virgens, conforme ordenou a Mãe. Devorar significa “comer”, que na linguagem popular significa também ter relações sexuais, o que, por sua vez, pressupõe um relacionamento entre indivíduos adultos e sem vínculos de parentescos próximos. Desse modo, podemos entender que, no nível cosmológico da narrativa, exista um esquema (conteúdo latente) que aponta para uma inversão dos termos “Maria” e “Virgem”.

A Maria Virgem a ser comida pelo Cabeça de Cuia remete à figura da Virgem Maria, símbolo de Mãe. É a mãe quem dá de comer ao filho, com seu próprio corpo, quando, na cuia do ventre materno, ele é contido durante a gestação. Maria Virgem é Maria Mãe, aquela que contém em si o filho. Enquanto mãe é fonte de

vida como é a água dos rios, em que o Cabeça de Cuia boia feito um feto no líquido uterino.

Comer sete Marias Virgens aponta para renascimento, ou deixar nascer o novo homem em que se transformará Crispim, após um período de aprendizagem, para enfrentar novas formas de vida que se impõem. Este novo homem estará apto a trocar uma velha forma de vida, aquela da vila do Poti, por uma nova, a da cidade de Teresina.

O Cabeça de Cuia, entretanto, sobreviverá como lenda, sua história se incorpora à história da cidade, eternizando-se na literatura, na música e nas demais formas de arte produzidas na cidade de Teresina e no Estado do Piauí.

REFERÊNCIAS

APULEIO, Lúcio. *O asno de ouro*. Tradução de Ruth Guimarães. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.

BRASIL. Lei nº 7.653 de 12 de fevereiro de 1988. Altera a redação dos arts. 18, 27, 33 e 34 da lei n. 5197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção da fauna e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União*. Brasília, DF, 3 de fevereiro de 1988. Disponível em: <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=Lei+n%C2%BA7653+de+12+de+fevereiro+de+1988> Acesso em: 22 set. 2019.

CABRAL, Alfredo do Vale. *Achegas ao estudo do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Fundação Nacional de Artes, 1978.

CARVALHO, Antônio de Pádua Vieira de. *Crispim, rios de desesperança*. Teresina: Nova Aliança, 2017.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 9 ed. São Paulo: Global, 2000.

FREITAS, João Alfredo de. *Lendas e superstições do norte do Brasil*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2018. Coleção Centenário.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FONTES IBIAPINA, João Nonon. *Passarela de marmotas*. Teresina: COMEPI, s.d.

JOLLES, André. *Formas simples*. São Paulo: Cultrix, 1976.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural 2*. 4 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

OLIVEIRA, Noé Mendes de. *Folclore brasileiro: Piauí*. Teresina, Academia Piauiense de Letras, 2016. Coleção Centenário.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Rua da Glória 1: rumo à cidade nascente (1850-1896)*. Teresina: EDUFPI, 2015.

MONTEIRO, Dílson Lages. Discurso de apresentação da obra *Crispim, rios de desesperança*. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina: n.76, ano CI, 2018. p.99-104.

PRAZERES, Eduardo. *Crispim e a sétima virgem*. Teresina: Nova Aliança, 2017.

_____. *A fortaleza de Crispim*. Teresina: Nova Aliança, 2017.

SILVA, Josias Clarence Carneiro da. *Encanto e terror das águas piauienses*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1982.

TERESINA. PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. Folder Parque Ambiental Encontro dos Rios. Teresina: 2007.

ZILBERMAN, Regina. *Do mito ao romance: tipologia da ficção brasileira contemporânea*. Caxias do Sul-RS: UCS/EST, 1977.

A MEMÓRIA DO HOMEM DA PARNAÍBA: HEROÍSMO E VIRILIDADE DE SIMPLÍCIO DIAS NAS BIOGRAFIAS DE JOSÉ NELSON DE CARVALHO PIRES

Fernando Bagjotto Botton¹

Francineila Lima Miranda²

Introdução

No intuito de compreender o complexo e dialógico jogo de interações e significações cruzadas entre passado e presente, nossos estudos mais recentes buscam compreender algumas maneiras pelas quais o Piauí e, mais especificamente, a cidade de Parnaíba rememora sua história de forma pública, não necessariamente levando em conta uma produção científica historiográfica, mas antes por meio de memorialistas, literatos e autores que mesmo sem necessariamente escreverem com o rigor metodológico da história constituíram narrativas sobre o passado da cidade, no evidente intuito de significarem e resinificarem as valorações éticas, políticas e morais. Num jogo de mescla entre mitologias políticas (GIRARDET, 1997), enquadramentos de memória (POLLAK, 1989), história pública (ALMEIDA; ROVAI, 2011) e os

1 Doutor em História pela UFPR/UBA e PhD pela UNICENTRO. Professor adjunto e coordenador do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Parnaíba. Email: fernandobotton@phb.uespi.br

2 Graduada pelo curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Parnaíba. Email: miranda1997f@gmail.com

usos do passado (CESAR, 2012) empreendemos pesquisas para a compreensão das discursividades históricas não necessariamente historiográficas que circularam e ainda circulam na cidade, adjetivando seu território e sua gente. Nesse sentido, iniciamos nossas pesquisas com vistas às (re)construções simbólicas acerca da imagem fundamental de Simplício Dias, figura controversa da história piauiense mas certamente considerada seminal e incontornável tanto para aqueles que pretendem compreender a história regional quanto para aqueles que buscam se apropriar desse passado histórico com interesses macro ou micropolíticos. Justamente nesse intuito pretendemos nesse capítulo trazer algumas reflexões iniciais de uma pesquisa ainda inconclusa, mas que já possui a capacidade de apresentar alguns aportes para a compreensão das interpretações e leituras que estrategicamente se fizeram sobre a imagem desse grande homem do passado. Para tanto, escolhemos trabalhar com uma despreziosa análise do discurso (FOUCAULT, 1971) travada por José Nelson de Carvalho Pires, biógrafo de Simplício Dias e memorialista da cidade de Parnaíba. O motivo dessa escolha qualitativa – e não quantitativa – se dá justamente pelo fato de que sua escrita é por nós considerada paradigmática com relação a esse tipo de narrativa histórica que ergue um panteão de heroísmo para os grandes homens do passado, aos moldes historiográficos oitocentistas embasados por Thomas Carlyle (ANDRADE, 2006), mas que, por outro lado, também demonstra claros interesses na simbolização e reconstrução histórico-memorialística da Parnaíba e do Piauí do século XXI.

A memória do HOMEM da Parnaíba

Se pensarmos à partir da obra de Maurice Halbwachs (2006) e Michael Pollack (1989) podemos compreender que a memória coletiva é construída historicamente por meio de discursos que instituem uma barreira entre o que considera-se que deve ser lembrado e aquilo que pretensamente seria digno de esquecimento. Os critérios para essa seleção são pautados especialmente por

questões políticas que organizam hierarquias sociais, políticas e morais. Nesse sentido, nosso texto pretende compreender alguns meios pelos quais tais hierarquias são estabelecidas na história dos grandes homens de Parnaíba.

Muitos memorialistas se apresentam como paladinos da história, da memória e das tradições, exaltando grande afeto pelos acontecimentos e vultos passados, não medindo esforços para tornarem tal afeto público e coletivo. Esse processo de significação do passado por meio de pessoas do presente possui a característica comum de pretender resguardar e conservar os elementos considerados fundamentais para a gênese da constituição da cidade e seus valores, popularizando assim temáticas e discursividades que, por mais que não compartilhem da metodologia historiográfica acadêmica, não deixam de ser históricas. Como exemplo e paradigma desse esforço de significar o passado e resguardar sua memória para o futuro pretendemos estudar alguns dos escritos de José Nelson de Carvalho Pires, formado em educação física pela Escola Superior de Educação Física da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro e sócio benemérito do Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba (IHGGP), tal estudioso dedicou muitos esforços para escrever títulos como “Conversando com meus filhos, para os meus netos” e “Parnaíba que eu vi”, além disso tomou para si a tarefa de escrever sobre a vida de Simplício Dias da Silva, evidenciando sua relevância para a história regional e nacional.

O empreendimento de escrever sobre Simplício Dias em Parnaíba significa muito mais que realizar uma simples biografia de um “grande homem”, trata-se de abordar o vulto histórico consagrado como signo e efígie da identidade parnaibana, propulsor da importância e relevância de uma cidade em pretensão resplandecer cultural, econômico, histórico e político nos tempos idos. Em sua primeira biografia publicada em 2007, intitulada “Simplício Dias da Silva: resumo de sua vida e luta pela independência do Piauí, ainda seu grande amor” (PIRES, 2007), José Nelson se preocupou em resumir pesquisas feitas por

estudiosos por ele considerados idôneos, visando justamente destacar características da personalidade de Simplício e seus grandes feitos. No ano seguinte foi publicada a obra “Simplício Dias da Silva: seu nascimento até sua morte” (PIRES, 2008), segunda biografia dedicada ao grande homem do passado, momento em que o autor aprofundou a discussão sobre diversos detalhes que não foram salientados anteriormente, reafirmando a exaltação de uma grande personalidade atribuída a Simplício. Por meio da análise discursiva desses textos de José Nelson de Carvalho Pires, pretendemos compreender como se estabeleceram as construções e rememorações da imagem de Simplício, atentando às tramas de problemáticas contemporâneas que impulsionariam o memorialista a produzir um discurso em defesa do “grande homem” do passado, garantindo assim a permanência de uma memória forjada a partir de determinada perspectiva sobre o passado.

Ao iniciar sua segunda biografia, José Nelson lança mão de um poderoso método de autenticação de seu discurso ao apresentar um trecho de autoria de um descendente direto de Simplício Dias, que reafirma sua posição em concordância à perspectiva do memorialista:

Foi com alegria que li a presente obra biográfica do Professor José de Nelson Carvalho Pires sobre SIMPLÍCIO DIAS DA SILVA, do qual sou descendente, legítimo e direto na 6ª (sexta) geração. A vida desta figura de escol da História parnaibana já foi por muitos estudada, diversos artigos e livros também já se publicaram sobre este assunto.

O professor José Nelson, através da publicação deste opúsculo, deu, assim sua contribuição à geração presente e às futuras, que despertam o interesse de conhecer a vida deste HOMEM, expoente máximo de Parnaíba.

Como descendente fico feliz com a perspectiva desta obra, que procura, perceber que SIMPLÍCIO DIAS não é o “MONSTRO” pintado secularmente por seus os contemporâneos, adversários, e escritores posteriores, mas como um grande HOMEM, que não teve medo de lutar pela libertação de seu povo, embora pagando um preço muito caro por esta opção, que, claro, atingiu toda a sua família. Esta é também minha visão.

PADRE Carlos Alberto Seixas de Aquino”
(PIRES 2008, p. 5).

Temos que sublinhar o principal argumento elencado pelo Padre Carlos Alberto, e defendido ao longo das biografias de J. Nelson, quando se refere ao vulto de Simplício como “exponente máximo de Parnaíba”, exemplo moral e subjetivo a ser lembrado e considerado pelos concidadãos. A biografia de Simplício nesse sentido pode ser pensada como uma narrativa histórica sobre a cidade, representada pelo líder por meio de sua personalidade e de suas realizações, personificando a própria história da Independência do Piauí. Nessa trama de implicações simbólicas reivindica-se o status dos parnaibanos como pioneiros do movimento patriótico que garantiria à cidade o crédito pela vitória piauiense contra a coroa portuguesa, afirmando assim sua influência, autoridade e prestígio perante a história piauiense e brasileira.

Tendo em vista tal pano de fundo político que permeia a biografia daquele vulto histórico, podemos problematizar alguns aspectos que constituem a narrativa de José Nelson: em que medida esses discursos se empenham em reforçar, ao exaltar a personalidade de Simplício, um significado histórico que privilegiaria determinada memória política? qual o impacto da representação de Simplício Dias enquanto um “grande homem” parnaibano na história e na memória piauiense? Como podemos perceber a construção da imagem de Simplício dentro dos parâmetros do que se consideraria um herói pátrio? Qual o jogo de adjetivos a ele dedicados e compartilhados com a cidade? Qual o sentido de destacar em caixa alta a palavra “HOMEM”? Como podemos compreender os aspectos de hierarquização política e de gênero que permearam a construção de uma memória assegurada por elementos heroizantes?

Ao longo de sua escrita, José Nelson se propõe a reavivar valores morais e cívicos que, por sua perspectiva, haveriam se perdido ao longo do tempo. O autor lamenta a pouca visibilidade de Simplício dentro das escolas parnaibanas alegando que “[...] pouco se comenta ou fala, pelo fato de ser PRATA DA CASA, ou seja, SANTO DE CASA NÃO FAZ MILAGRE” (p.7, 2007). Somado

a isso o memorialista reivindica a construção de um busto: de Simplício que deveria ser exposto no “centro cívico” de Parnaíba e justifica declarando que “[...] ELE [Simplício Dias] para MIM, representa a CERTIDÃO DE NASCIMENTO DA PARNAÍBA” (p.20, 2007). Com tal afirmação podemos perceber as nuances de um discurso político que se interessa em garantir que a personalidade desse “grande homem” transforme-se no principal expoente da história parnaibana, assegurando um específico uso do passado que seria respaldo para a formação de uma memória coletiva cívico-patriótica, que preserva a ordem, a moral e os bons costumes³ emanadas pela imagem exemplar do herói local.

Nesse sentido podemos afirmar que as temáticas e elementos enfatizados pela biografia de Simplício Dias dialogam diretamente com as problemáticas políticas contemporâneas ao autor. Posto isso, pensando junto de Peter Burke, compreendemos que “temos acesso ao passado (tal como ao presente) apenas através de categorias e esquemas (ou, como diria Durkheim, de ‘representações coletivas’) da cultura que nos é própria” (1992, s.p.), ou seja, percebemos como a memória e a história são constituídas de discursos que, assim como os de José Nelson, são permeados por conceitos, critérios e problemáticas pertinentes à suas questões presentes. Nesse sentido, podemos constatar que as questões ético-políticas do presente influenciam a maneira do autor (e de todos nós) enxergar o passado, operando tal como uma lente focal que privilegia determinadas perspectivas dialógicas entre passado-presente em detrimento de outras menos caras às suas demandas contemporâneas, afinal, tal como nos informa David Lowenthal, o *passado é um país estrangeiro* (2002) que

3 Se expressa a ideia de civismo no seguinte trecho: “CIVISMO é o trabalho consciente e esclarecido do cidadão no seio da comunidade, através do cumprimento de seus deveres, de cidadania, e o seu esforço em contribuir para o engrandecimento de sua PÁTRIA. É a permanente vigilância para que se consiga a obediência às LEIS, preservação da ORDEM, defesa da MORAL, e dos BONS COSTUMES, incentivo e estímulo aos JOVENS, para o desenvolvimento de sua PERSONALIDADE SADIA.” (PIRES, 2007, p.9)

nunca poderá ser conhecido em sua plenitude verídica isenta de interpretações.

Heroísmo e virilidade de Simplício Dias

Levando em consideração as perspectivas anteriores podemos então afirmar que a figura de Simplício Dias da Silva modelada dentro do discurso memorialístico de José Nelson contribui para a formação de um olhar para o passado que rememora os tempos de luta patriótica dos parnaibanos, elevando o sentimento de identificação⁴ com precursor do movimento de Independência do Piauí. Podemos perceber que o autor segue fazendo ligações entre a personalidade de Simplício Dias e a do “povo parnaibano”, procurando assim (re)produzir aspectos de coragem, luta e ideais de liberdade pretensamente inatos em Simplício e, por consequência, ao *ser-parnaibano*: “PARNAIBANO não é, e nunca foi COVARDE. Trata-se de um povo honesto, trabalhador e com grande espírito de iniciativa [...]” (p.16, 2007). Quase num manifesto que defende a honra de um grande homem como representante de seu povo, José Nelson transfere as características pessoais de Simplício Dias da Silva aos traços coletivos dos parnaibanos conjecturando que o exemplo político garantiria um povo corajoso e engajado, movido pelo patriotismo, consequentemente, um povo másculo e varonil.

A varonilidade de Simplício é recorrentemente reafirmada pelo ato fundacional do Coronel parnaibano: a proclamação da independência no Piauí. O memorialista justifica a escolha de Simplício como figura de destaque na história de Parnaíba “[...] pelo fato de ter tido coragem de em plena luz do dia, na PRAÇA DA GRAÇA, desafiar as autoridades portuguesas que pretendiam continuar obedecendo às ordens de PORTUGAL” (p.07, 2007). Desta forma se enseja a memória de um legítimo herói pátrio,

⁴ Ou “parentença”, como Peter Burke utiliza ao estudar a memória coletiva através dos mitos. (BURKE, 1992)

pretensamente estimado por seus contemporâneos e até mesmo por seus escravos:

Mesmo tendo nascido milionário, SIMPLÍCIO gostava de tomar banho no rio Parnaíba com negros e filhos de escravos de seu pai, mas logo cedo iniciou com professores particulares vindos de outras localidades, aulas de português, inglês, francês, alemão, espanhol, dança e boas maneiras. (PIRES, 2008, p. 19)

Tal como a conjunção perfeita entre o irreconciliável par sarmentiano entre civilização e barbárie (SARMIENTO, 2006), a personalidade do coronel passa se constituir em torno de elementos que unem a aparente humildade de um brasileiro nato com a polidez cultural europeia por meio das línguas e boas maneiras, essa conjugação entre elementos regionais com elementos internacionais lega ao biografado as insígnias de talento para o exercício da justa política, além do fato de ser *milionário*, tais elementos lhe garantiram a efigie de herói apaixonado, piedoso e sonhador, capaz de realizar suas utopias em prol da liberdade e do patriotismo.

É possível identificar dentro dos discursos de José Nelson aspectos que modelam, a um modo romantizado, a imagem de um homem bom, engajado, que abdicaria de todos os seus privilégios pelo bem maior. Ao longo do texto alguns elementos se repetem: Simplício não seria um *monstro* que maltratava seus escravos, muito pelo contrário, ele teria o afeto e lealdade justamente por ser um “bom senhor” que investira todos seus recursos financeiros, tirando da própria família, pela Independência do Brasil. Essa argumentação é justamente em resposta àqueles memorialistas e historiadores mais críticos que viriam no personagem histórico a imagem de um tirano. Tais elementos se tornam mais evidentes quando o autor narra as relações de Simplício Dias com seus escravos, marcadas por um relacionamento amigável e afetuoso:

SIMPLÍCIO, na temporada que passou na EUROPA, sabia como eram tratados os escravos, mas lenda ou não, há comentários de excessos praticados por ELE, mas como se explica que a banda

de música era composta só de negros, e que foram preparados, como músicos, em PORTUGAL? Como se explica também que seu exército era também composto só de negros, e se tratava de homens da sua confiança? (PIRES, 2007, p.13)

Percebe-se que os valores eurocêntricos fazem dele um homem mais sensível para a condição escrava, permitindo que compusessem sua banda musical e seus pelotões de infantaria, tal como era comumente feito na época, especialmente na Guerra do Paraguai em que negros eram “voluntarizados” para alistarem-se em guerras das quais não possuíam relação indenitária ou pessoal. A mesma face bondosa e católica do biografado é ressaltada nas festividades municipais:

Nas festividades da igreja do rosário, nos três últimos dias de festas, o próprio SIMPLÍCIO, e sua ilustre família e convidados especiais compareciam aos atos religiosos, onde a população dançava e rezava, e era distribuída farta alimentação aos que compareciam em cada noite de festejos da igreja do rosário realizavam competições nas quais os vencedores recebiam prêmios em dinheiro que chegavam a comprar sua própria ALFORRIA, dados por SIMPLÍCIO (PIRES, 2007, p.13)

Esse caráter justiceiro, dadivoso e popular do líder é descrito até mesmo quando narrada sua morte, ocasião em que se explicitaria o rompimento de barreiras entre ricos e pobres pretensamente proporcionado pelo finado:

[...] com a morte de SIMPLÍCIO, a Igreja MATRIZ na missa de corpo presente, foi invadida por uma multidão nunca vista, com choro e lamentações, “E NOTEM QUE A MATRIZ ERA A IGREJA FREQUENTADA PELOS RICOS, POIS A IGREJA FREQUENTADA PELOS POBRES E ESCRAVOS, ERA A IGREJA DO ROSÁRIO, CONSTRUÍDA TAMBÉM POR DOMINGOS, PAI DE SIMPLÍCIO” (PIRES, 2007, p.20)

Nessa passagem podemos compreender com maior clareza a construção de um discurso histórico por meio da narrativa do *herói* que se legitima em narrativa epopeica engrandecida por sua

atuação no passado e pela repercussão de seus valores e atos no presente do autor. Ao reforçar a perspectiva heroica de Simplício e, por conseguinte, dos parnaibanos que deram início ao movimento de independência do Piauí, José Nelson estrutura seu discurso em torno da luta patriótica pela liberdade, constituindo na imagem de Simplício dias um verdadeiro mito político e moral. Nesse sentido, é muito apropriado para essa operação o conceito de Peter Burke:

Utilizo, incidentalmente, o termo escorregadio “mito”, não no sentido positivista de “história imprecisa”, mas no sentido mais rico e mais positivo de história com significado simbólico, composta a partir de incidentes estereotipados e envolvendo personagens caracterizadas de forma exagerada em relação à realidade, quer se trate de heróis quer dos seus opositores (BURKE, 1992, s.p.).

Partindo dessa narrativa grandiloquente e heroizante podemos perceber aspectos que fortaleceram o estereótipo do heroísmo nessa biografia. A aproximação de Simplício (o herói) e seu povo (os parnaibanos) reforça a identificação dos contemporâneos com essa história delineada no interior das biografias. Se consideramos que essa discursividade evoca concepções de mundo que partem do próprio momento de escrita das obras, então o estereótipo do herói, articulada a Simplício, acaba por representar todo um arranjo de discursos – consequentemente de poder – que culminam em um extrato da memória vista por meio de um enquadramento (POLLAK, 1989). Isso é bastante evidente quando o autor se refere à proclamação da Independência do Piauí. Para tal, o ato cuidadosamente descrito transmite toda a área de grande acontecimento histórico, a ser lembrado pelas gerações póstumas:

Ao amanhecer do dia 19, SIMPLÍCIO pessoalmente, comandando seu próprio exército, do qual era seu comandante na qualidade de CORONEL DE MILÍCIAS, composto de negros e escravos, deslocou sua tropa para a praça da graça, onde funcionava o SENADO DA CÂMARA, local onde funciona atualmente os CORREIOS e ao som de corneta, banda de música, cantando

músicas patrióticas, repicar dos sinos à luz do dia, tropa perfilada, ordenou que a partir daquele momento, fossem cumpridas as ordens de DOM PEDRO I e não as determinações de Dom João VI, de PORTUGAL. Ao perceber e tomar conhecimento do que se tratava o povo vibrou de alegria, enquanto outros passaram a recriminar, sobretudo os portugueses, pois tudo havia sido dito em absoluto segredo. (PIRES, 2008, p.31)

O momento é escrito de forma emblemática, destacando o ponto em que protagonismo político do herói se solidifica de maneira pessoal. Todo o ambiente parece favorável, e apesar de sempre existirem aqueles que se opõem, a narração é tida como evidente e livre de contradições. Mais uma vez podemos perceber a atitude da população, que na narrativa de José Nelson, apesar de permanecer em segundo plano, sempre age em aquiescência com os valores e decisões do herói que os representa.

Os aspectos da personalidade de Simplício destacados ao longo das biografias ultrapassam o individual e refletem as problemáticas sociais que permeiam tanto as gêneses da história de Parnaíba e do Piauí como um todo quanto os valores éticos, políticos e morais defendidos por tal sociedade, por isso a grande preocupação em construir uma biografia cívica sólida no intuito de reverter comentários que expressam negativamente a imagem de Simplício Dias tal como de sua terra de origem. Nesse caso, se opor ao Coronel de Milícias de Parnaíba significaria contrariar a própria história e tradição da região. Não haveria meios para questionar a memória ou o legado um homem que pretensamente abrisse mão de todos seus privilégios de elite em nome de um bem maior, afinal o autor afirma que Simplício investira toda sua fortuna em subsídios para a conquista da Independência, além de lutar pela liberdade que conhecera em suas viagens pela Europa. Somado a isso os próprios denominadores do caráter do coronel parnaibano refletiriam sua capacidade inata de ascender enquanto idealizador e impulsionador de um movimento de tamanha magnitude, forjando assim um homem de grandes vultos à liderança e à autoridade. Nesse sentido, estabelece-se

um alinhamento entre o caráter do homem, em seus atributos pessoais, e do político, em sua autoridade social:

Enquanto alguns livros escritos por nós, procuram “DEBOCHAR”, do **HOMEM** que proclamou a INDEPENDÊNCIA DO PIAUÍ, o livro publicado em 2001, e escrito em LISBOA-PORTUGAL, em 1998, por ANTONIO NETO DE PAULA, com o título “A CARREIRA MARÍTIMA PARNAIBA/LISBOA”, na página 28 (vinte e oito) diz: “SIMPLÍCIO DIAS DA SILVA, homem de sobejos cabedais, com prestígio em todo o NORDESTE com relações no REINO E NA CORTE, consegue sobreviver as intrigas propaladas pela burguesia maranhense, e afirmar-se como autoridade perante TUDO E TODOS [...] (PIRES, 2007, p. 20)

Nesse trecho é possível perceber como as características pessoais de Simplício, recorrentes ao longo das biografias analisadas, constroem a imagem de um homem previamente destinado e milimetricamente adequado aos seus feitos, num dispositivo argumentativo em que a narrativa é traçada para que tudo se adeque perfeitamente às condições preconcebidas justificando com grande compatibilidade os atos que o biografado realizaria posteriormente. Ao analisarmos os adjetivos dedicados à Simplício na narrativa de José Nelson é possível delimitar um arcabouço de qualidades que culminam justamente no estereótipo do homem desde sempre ilustre destinado a grandes realizações. Nesse momento de delegação das qualidades pessoais do Coronel Simplício Dias estabelece-se um dispositivo argumentativo que se vale de adjetivações que transpassam a discussão puramente sociopolítica, abrangendo também características subjetivo-morais tais como a coragem, a valentia, o destemor e a hombridade. Nesse sentido podemos ler o termo “**HOMEM**”, propositalmente escrito em caixa alta, enquanto um distintivo de poder que articularia a personalidade individual do herói com a política e moral local. Nesse momento podemos compreender o elemento de gênero como fundacional para essa argumentação e também para a sustentação do poder ético incorporado pelo líder, transpondo essas características individuais à uma forma

liderança política social – bastante idealizada e demandada pelo biógrafo em seu momento presente. Nesse sentido podemos notar que a autoridade reafirmada enquanto inquestionável e ubíqua, se ancora em qualificações de gênero intrinsecamente ligadas ao signo do homem forte, imponente e capaz. Desta forma, compreendemos o conceito de gênero enquanto uma categoria útil para análise histórica, segundo Joan Scott: “o gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado” (SCOTT, 1990) isso se deu justamente porque trata-se da categoria primeira de estabelecimento de hierarquizações sociais, nesse sentido o gênero não se manifesta apenas como parte das relações de poder, mas como o próprio fundamento de tais relações (BOTTON, 2017), é neste fito que compreendemos o impacto que os elementos simbólico-políticos de masculinidade são empregados para legitimar um recorte específico de memória que privilegia o heroísmo de Simplício Dias.

A evidência dos elementos de gênero nas biografias do líder são cada vez mais presentes quando o biógrafo tenta evidenciar os motivos pelos quais os separatistas parnaibanos não lutaram contra as tropas portuguesas num primeiro momento. Tal como na narrativa do herói, que sempre deve enfrentar um vilão, as biografias costumam articular um anti-herói inimigo de Simplício Dias – e conseqüentemente dos parnaibanos – o Major Fidié, descrito como “[...] oficial de confiança da CORTE PORTUGUESA, pelo fato de ter se destacado como valente soldado nas lutas contra NAPOLEÃO BONAPARTE [...]” (PIRES, 2008, p.32), e conclui destacando o forte contingente militar e a enorme quantidade e qualidade das armas dispostas por Fidié. Demarca-se assim um inimigo poderoso à altura do grande herói que o enfrentou.

Se herói e anti-herói são militarmente poderosos, o grande distintivo moral que afastaria ambos, além das evidentes posturas políticas, seria a dicotomia binária estabelecida entre os conceitos de *coragem e covardia*. Nesse sentido José Nelson discute acaloradamente em defesa da honra e hombridade dos separatistas

parnaibanos acusados de covardia por não enfrentarem o Major Fidié no instante em que adentra em Parnaíba.

Eu ao ler o livro escrito pelo historiador, Adrião Neto, intitulado “GEOGRAFIA E HISTÓRIA DP PIAUÍ PARA ESTUDANTES”, não me conformei, e fiz um DESAFIO, que continua, para que justifique, publicamente, baseado em que pesquisa citou referido fato histórico nos seguintes termos: “19 (DEZENOVE) DE OUTUBRO DE 1822, 42 (QUARENTA E DOIS) DIAS APÓS O GRITO DO IPIRANGA, UM GRUPO DE IDEALISTAS DE PARNAÍBA, MOTIVADO POR UM PATRIOTISMO ROMÂNTICO, REUNIU-SE AO POVO FAZENDO ECLOVIR UM MOVIMENTO SEPARATISTA, VISANDO A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO PIAUÍ, DE PORTUGAL E SUA ADESÃO AO IMPERADOR DOM PEDRO”. PROTESTEI contra o termo usado PATRIOTISMO ROMÂNTICO e, continua o livro, “A 18 (DEZOITO) DE DEZEMBRO DE 1822 FIDIE ENTRA TRIUNFALMENTE EM PARNAÍBA, ONDE NÃO ENCONTROU NENHUM DAQUELES HERÓICOS ROMANTICOS, QUE ÀQUELA ALTURA JÁ HAVIAM SE REFUGIADO NO CEARÁ” [...] pois ao meu modo de entender os chefes do movimento separatista, ao tomarem conhecimento de que FIDIÉ, partindo de OEIRAS, com forte contingente militar, com modernos armamentos, daquela época, vindos de PORTUGAL, e ainda a chegada do navio português de guerra, também com forte contingente, e não tendo como se defender ou enfrentá-los, FUGIRAM ou REFUGIARAM-SE, em GRANJACEARÁ, onde já existia um movimento a favor de DOM PEDRO, lá se instalaram e contaram com a ajuda dos cearenses, financiados por SIMPLÍCIO, mas não FUGIRAM POR COVARDIA, como descreveu NORBELINO LIRA DE CARVALHO na página 110 (cento e dez) no seu livro, intitulado “O ULTIMO CORONEL”, ao AFIRMAR o seguinte: “O COVARDE JOÃO CÂNDIDO DE DEUS E SILVA, CONVENCEU O CORONEL SIMPLÍCIO A NÃO COMBATER FIDIÉ, PREFERINDO RECUAR, E OS COVARDES PARNAIBANOS REFUGIARAM-SE EM GRANJA CEARÁ” (PIRES, 2007, p.15).

Neste momento a biografia ultrapassa os limites da impessoalidade, típica do gênero literário para apresentar um manifesto pessoal do memorialista, a tal ponto de desafiar publicamente aqueles que macularam os ideais de valentia e hombridade dos parnaibanos liderados por Simplício. Nessa clara oposição entre o par dicotômico coragem-covardia podemos

conceber as formas pelas quais são caros os valores viris para o biógrafo, que defende ferozmente uma memória que se marque tanto pelas insígnias da honra quanto pela valentia de seus concidadãos, especialmente quando liderados pelo HOMEM definidor dos destinos regionais e nacionais. Concomitantemente à defesa da coragem dos separatistas parnaibanos, José Nelson se apropria do mesmo discurso em negação à covardia, para reafirmar a característica viril que teria sido herdada de Simplício Dias pelos parnaibanos contemporâneos ao memorialista: “Quem freqüentar o CENTRO CÍVICO DA PARNAÍBA, tomará conhecimento de que PARNAIBANO não é, e nunca foi COVARDE” (PIRES, 2007, p.16).

Mais uma vez podemos compreender os entrelaçamentos do gênero à macro política e as inter-relações produzidas através desses discursos de poder. Assim percebemos como seus elementos caminham num fluxo que remete ao passado através do presente formulando uma memória que se concretiza a partir dos elementos do heroísmo. O gênero formula uma narrativa de poder que influencia, simultaneamente à memória, uma imagem do passado dentro de uma narrativa política.

Considerações finais

Por mais que as considerações aqui tiradas possam ser parciais, uma vez que realizamos uma análise qualitativa de apenas duas obras do mesmo autor, podemos constatar que há uma argumentação muito paradigmática de reconstituição da imagem histórico-memorialística do Simplício Dias oitocentista orientada por valores morais, políticos e sociais ensejados pelo biógrafo em sua contemporaneidade. Nesse sentido, ideais como heroísmo, benemerência, virilidade e autoridade perpassam pelas biografias de Simplício como formas de justificar não apenas a pretensa grandiosidade de seu passado, mas também o caráter corajoso e valoroso das elites parnaibanas contemporâneas que herdariam de seu patrono os pujantes traços de personalidade

capazes de lhes garantirem autoridade e nobreza frente aos imperativos de uma sociedade que vê suas tradições caírem por terra simultaneamente ao crepúsculo de seus ídolos. Nesse esforço biográfico, memorialístico e também histórico José Nelson traça contornos heroicos para o coronel de Parnaíba, mobilizando alguns ideais de gênero, como armas de defesa de uma memória posta em combates e disputas, buscando garantir hegemonias no entorno da biografia política fundacional da história do Piauí e da cidade de Parnaíba. Resta agora colocarmos em perspectiva a discursividades das biografias aqui analisadas com aquelas produzidas por demais autores, tanto dos períodos contemporâneos quanto daqueles que escreveram sob outras temporalidades e, conseqüentemente, com outras demandas históricas e valorações políticas voltadas ao grande homem do passado, o que será sequenciado no decorrer de nossa pesquisa e em publicações futuras.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino: Uma invenção do Falo*. Uma História do gênero masculino (Nordeste 1920-1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta G. de Oliveira. *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011

ANDRADE, Débora El-Jaick. Escrita da História e Política no Século XIX: Thomas Carlyle e o Culto aos Heróis. In: *História e Perspectivas*, Uberlândia: EdUFU, 2006, 211-246.

BOTTON, Fernando Bagiotto. *Liderança política e autoridade paterna: psicologia e masculinidade na construção das personalidades de Vargas e Perón*. Tese (Doutorado em Historia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

BURKE, Peter. A história como memória social. In: *O mundo como teatro - estudos de antropologia histórica*. 1. ed. Lisboa: Difel, 1992.

CEZAR, Temístocles. Tempo presente e usos do passado. In: VARELLA Flávia (Et. Ali.) *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012

FOUCAULT, Michel. *L'Ordre du discours, Leçon inaugurale ao Collège de France prononcée le 2 décembre 1970*. Paris: Éditions Gallimard, 1971.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo. Ed.Cia das Letras,1987

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2006

LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio” In. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

SARMIENTO, Domingo. *Facundo*. Buenos Aires: Longsellers, 2006

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez, 1990.

Fontes:

PIRES, José Nelson de Carvalho. *Simplício Dias da Silva: resumo de sua vida e luta pela independência do Piauí*. Ainda o seu grande amor. 2007.

_____. *Simplício Dias da Silva: seu nascimento até sua morte*. Parnaíba: Sieart, 2008.

A CIDADE E OUTROS TEMAS NAS CRÔNICAS DE ARIMATÉA TITO FILHO (1991-1992)

Francisco Alcides do Nascimento¹

Dou início a este artigo lembrando o que disse o sábio estagirita sobre a cidade: “[...] examinando a cidade nos elementos que a compõem, saberemos melhor em que eles diferem, e se é possível reunir esses conhecimentos esparsos para dele se formar uma arte” (ARISTÓTELES, 2009, p. 14). O filósofo trata, a meu ver, da organização social, portanto, de uma forma política de ler. Tomei a cidade do pensador grego para refletir sobre o lócus de viver dos homens, portanto, um lugar de difícil interpretação e constituído de complexas relações políticas. Pode-se dizer que é uma instituição eminentemente política, no sentido largo que a expressão comporta.

Em *A política*, Aristóteles “abrangeu todas as ciências do seu tempo e criou outras. Não foi apenas grande filósofo, mas ainda educador, mestre” (Apud. ARISTÓTELES, 2009, p. 7). Viveu em uma grande cidade de sua época. Embora eu ainda não tenha lido isso em lugar nenhum, pode ter transformado Atenas em um laboratório para entender as relações sociais, econômicas, culturais na cidade, um lugar diferente daquilo que chamamos de cidade no tempo presente.

1 Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1999). Pós-doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2017-2018). Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil/UFPI. E-mail: falcidesufpi@gmail.com.

De maneira simples, se pode dizer que cidade constitui um objeto de estudo, que, na verdade, não é nada simples. Sem querer historicizar a expressão, mas sim lembrar o modo como Roberto Lobato Corrêa (1995) entende cidade, isto é, como espaço urbano, que pode ser analisado enquanto um conjunto de pontos, linhas e áreas. Outra abordagem que pode ser feita é a que toma por base a percepção que seus habitantes ou alguns de seus segmentos têm do espaço urbano e de suas partes. O espaço urbano pode ser lido ainda como qualquer outro objeto social, a partir do paradigma de consenso ou de conflito.

Entre os historiadores brasileiros mais proeminentes, posso lembrar de Sandra Jatahy Pesavento, que registrou, de forma rápida, a cidade como história. Contudo e, sobretudo, a cidade foi:

Desde cedo, reduto de uma nova sensibilidade. Ser cidadão, portar um *ethos* urbano, pertencer a uma cidade implicou formas, sempre renovadas ao longo do tempo, de representá-la pela palavra, escrita ou falada, pela música, em melodias e canções que a celebravam, pelas imagens, desenhadas, pintadas ou projetadas, que a representavam, no todo ou em parte, ou ainda pelas práticas cotidianas, pelos rituais e pelos códigos de civilidade presentes naqueles que a habitavam. [...] às cidades reais, concretas, visuais, tácteis, consumidas e usadas no dia a dia, corresponderam outras tantas cidades imaginárias, a mostrar que o urbano é bem a obra máxima do homem, obra esta que ele não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, ao longo dos séculos (PESAVENTO, 2007, p. 11).

No título do presente artigo, foi grafada também a palavra crônica, que nos remete à outra expressão com a qual estamos, nós, os historiadores, aprendendo a lidar, desde que passamos a utilizar obras literárias como suporte para a construção de narrativas historiográficas. Sobre a relação História e Literatura, é necessário lembrar, como o fez João Cezar de Castro Rocha, que existem semelhanças entre as duas formas narrar, ainda que seja necessário “reconhecer diferenças decisivas entre as narrativas do

historiador e do ficcionista” (ROCHA, 2011, p.10). Apesar de as fontes empregadas na construção desta narrativa serem crônicas, portanto, fontes literárias, o texto passou pelo tratamento das informações, buscando sempre “a validação entre o discurso de saber o objeto.” (CHARTIER, 2002, p. 98).

Sobre o conceito de história, uma das trilhas que resolvi percorrer é o eixo do artigo de Raymond Williams, que, no final de texto em que historiciza a expressão, registra que não é fácil dizer qual o sentido predominante na atualidade. “[...] o termo história conserva o leque completo de significados e, ainda, em diferentes mãos, nos ensina ou mostra a maioria dos tipos de passado cognoscível e quase todos os tipos de futuro imaginável” (WILLIAMS, 2007, p. 201-203). Contudo, o propósito, tanto da história quanto deste artigo, é demonstrar que o conhecimento que história produz inscreve-se na ordem de um saber controlável e verificável.” (CHARTIER, 2002, p. 98).

Ao trabalhar com as expressões supramencionadas, estamos lidando com a linguagem, e, além do mais, com a linguagem escrita. Estamos lidando não apenas com a narrativa, mas com a narrativa histórica, “que jamais poderá dizer tudo o que há e que houve no tempo. Ao querer representar o mundo, a linguagem tem que escolher, recortar, reduzir, de algum modo, simplificar sua pluralidade, pois se não o fizer, perde-se na infinidade do real e nada pode conhecer” (JASMIN, 2014, p. 253). O título deste artigo, como foi registrado, logo no cabeçalho, fala da cidade e outros temas nas crônicas de Arimatéa Tito Filho. Recortei dois anos (1991 e 1992), sendo o falecimento do escritor em 22 de junho de 1992 uma das razões que justificam o corte cronológico do *corpus* de análise.

Arimatéa Tito Filho² era considerado por seus pares o “maior cronista de Teresina”. Em 1990, foi editado *Crônicas* - A. Tito Filho,

2 José Arimatéa Tito Filho nasceu em 23 de outubro de 1924 no município de Barras/PI. Faleceu em Teresina a 22 de junho de 1992. Historiador, *cronista*, jornalista, orador, professor, político e desportista. Bacharel em Direito. Presidiu a Academia Piauiense de Letras por mais de vinte anos. Pertenceu aos quadros

uma iniciativa de José Elias de Arêa Leão³ e Nelci Tito⁴, contando com apoio do jornal *O Dia*, Gráfica Editora Júnior e Secretaria de Cultura do Piauí, dois anos antes do falecimento do escritor.

Arimatêa pode ser interpretado como um intelectual.⁵ Talvez não tenha sido um intelectual militante do ponto de vista político à moda de Émile Durkheim, ao assumir a defesa de Dreyfus (2017), que sofreu dissabores em sua vida pessoal. Tito Filho dirigia uma instituição que sobreviveu/sobrevive do apoio financeiro do Estado (esferas estadual e federal). Contudo, posicionou-se contra a construção e reformas de obras que avaliava não serem necessárias naquela conjuntura⁶: “Fui contra o Albertão, contra

da União dos Escritores Brasileiros, seção do Piauí e do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense. Foi laureado com Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras. Cf. NETO ADRIÃO. *Dicionário biográfico de escritores piauienses de todos os tempos*. 2. ed. Teresina: Halley, 1995.

- 3 José de Arêa Leão foi Secretário de Cultura do Piauí. Pertenceu aos quadros da Secretaria de Cultura. Foi uma espécie de secretário de Arimatêa Tito Filho na Academia Piauiense de Letras. Organizou *Crônicas de Arimatêa Tito Filho* em 1990. Sobre o livro em tela escreveu: “Este livro é uma reunião de crônicas que, durante alguns anos, foram publicadas periodicamente no Jornal *O Dia*. Além disso, representa a gratidão e o desvelo de todos os que colaboram com o seu trabalho diário à frente da Academia Piauiense de Letras”. Apresentação In: *Crônicas de Arimatêa Tito Filho*. Teresina: Gráfica Editora Júnior/Secretaria de Cultura do Piauí, 1990.
- 4 Nelci Tito foi casada (segunda esposa) com Arimatêa Tito Filho. Era funcionária do Governo do Estado do Piauí. Durante muito tempo prestou serviços na Academia Piauiense de Letras, uma espécie de secretária particular do presidente da APL.
- 5 Para ler sobre intelectuais veja entre outros: IRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: *Por uma história política*. REMOND, René (Org.). Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p.231- 269; GONZALES, Horácio. *O que são intelectuais*. São Paulo: Brasiliense, 2001; LECLERC, Gérard. Sociologia dos intelectuais. Trad. Paulo Neves. São Leopoldo/RS: UNISINOS, 2004; MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo Companhia das Letras, 2001; INTELECTUAIS mediadores: práticas culturais e ação política. GOMES, Angela Maria de Castro e HANSEN, Patrícia Santos (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016; *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. BASTOS, Elide Rugai e RÊGO, Walquiria D. Leão (Org.). São Paulo: Olho d’água, 1999; TRAJETOS. Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. v. 3, n. 6, abr. 2005. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2005.
- 6 A maioria das intervenções promovidas pelo Estado foram consideradas *obras faraônicas*, não apenas pelo cronista, mas também por jornalistas

a Poticabana, contra o Metrô, contra o aleijamento do Teatro 4 de Setembro e da Praça Pedro Segundo, contra a derrubada da antiga Penitenciária e contra o Verdão. Sou contra tudo que tira o pão e aumenta a fome do povo” (TITO FILHO, 1991, p. 4).

No mesmo “campo”, pode-se registrar que A. Tito Filho foi um mediador cultural no sentido empregado por Angela de Castro Gomes, ao afirmar que “recortamos práticas de mediação cultural, especificamente desenvolvidas por sujeitos históricos identificados como intelectuais.” (GOMES e HANSEN, 2016, p. 9). O cronista escreveu sobre a história de Teresina, foi professor no Liceu Piauiense e, na condição de presidente da Academia Piauiense de Letras, participou da comissão do Plano Editorial do Estado, instituída pelo governador Alberto Tavares Silva (1971-1975), embora o representante oficial da instituição tenha sido Manoel Felício Pinto. (MOURA, 2015).

Entre os pesquisadores que empregaram as crônicas de Arimatéa Tito filho e com os quais pude dialogar, menciono Ana Cristina de Sousa, autora da tese *Escrita dos movimentos interiores: escrita de si e construção de uma trajetória de intelectualidade e distinção em A. Tito Filho (1971-1992)* defendida em 2014, que publicou também o artigo *A escrita de si e da amizade: percursos afetivos na sociabilidade intelectual entre A. Tito Filho e Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves (1970-1980)*, no ano de 2015, na revista *Fénix*, de História Cultural, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia; Bárbara Bruma Rocha do Nascimento, autora da dissertação *História, cidade e literatura em A. Tito Filho (1970-1975)*, defendida em 2015 e, ainda,

como Carlos Augusto de Araújo Lima, sendo que este era claramente aliado ao grupo político que fazia oposição ao governador Alberto Tavares Silva. Duas das obras que o jornalista chamou de faraônicas (o Parque Poticabana e a implantação de um trem de superfície, que o cronista chama de metrô) – foram realizadas no pós-milagre, no segundo governo de Alberto Tavares e Silva (1987-1991), mandato no qual os funcionários públicos ficaram um ano sem receber seus salários, dentre os quais os professores, o que acarretou a perda do ano letivo para uma parcela considerável de alunos da rede pública estadual.

Jordan Bruno Ferreira, autor da dissertação *Literatura, história e memória nas crônicas de A. Tito Filho*, defendida em 2014.

Os autores mencionados trabalham com crônicas, sim, até porque Ângela de Castro Gomes (2005, p.10) registra que as “[...] crônicas jornalísticas também podem estabelecer uma relação de forte continuidade entre si e o leitor [...] O segredo desse sentimento de continuidade e permanência talvez tenha o nome de cotidiano”. E acrescenta: “A arte do cronista é justamente a de transformar o ‘pequeno acontecimento’ em matéria de ‘grande filosofia’” (GOMES, 2005, p. 5). Entretanto, nenhum deles tomou as crônicas de Arimatéa Tito Filho como *locus* de vestígios, para trabalhar especificamente a cidade de Teresina. Ana Cristina Meneses Sousa, por exemplo, é taxativa: “Somente algumas crônicas foram selecionadas nessa escritura, principalmente aquelas que dizem respeito à maneira como o cronista construiu sua trajetória pessoal e distintiva, fazendo uso da narrativa, que ao tempo que lhe presentifica o passado servia para (re)inventá-lo a si e aos outros.” (SOUSA, 2018, p.44).

As crônicas de Arimatéa Tito Filho, selecionadas para este texto, tratam de temas variados, tais como: história, festas, costumes, lendas e tipos urbanos. Não foi realizado um recorte temático, repito. O recorte temporal, sim, toma as crônicas publicadas entre 1991 e 1992.

O cronista recorre, muitas vezes, aos escritos de intelectuais vivos ou mortos, quando trata de assuntos relacionados ao passado mais distante. Outras vezes, perscruta suas lembranças⁷ para contrapor a cidade do presente, possuidora de aspectos que demonstra não gostar, à cidade do passado com a qual mantém sólida empatia. Captura momentos, elabora a crônica que pode ser apreciada, de forma rápida, no dia a dia do leitor. E, ao meu

7 A memória tem com uma de suas características ser seletiva, “portanto ela não pode ser encarada como um armazém inerte, onde, por ocasional é arbitrária acumulação, se recolhem os acontecimentos vívidos por cada indivíduo, tal como acontece com as coisas amontoadas no sótão da casa dos avós.” (CATROGA, 2011, p. 16)

olhar, parecia ter lentes para os seus escritos, pois possuía um espaço fixo no jornal, localizado na página 4, onde publicava seus escritos todos os dias.

A primeira crônica “escolhida” foi publicada, no dia 1º de janeiro de 1991, e trata do seu ingresso na Academia Piauiense de Letras,

Ingressei na Academia Piauiense de Letras em 1964, ocupando a cadeira em que tinha assentado meu pai, a de número 29. Em 1966, presidente Simplício Mendes me fazia secretário – geral da entidade, reeleito em 1968 e 1970. Mandato de dois anos. A 2 de janeiro de 1971, Simplício não acordou. Dormiu, a 1º de janeiro, e sono eterno. Fui o seu substituto regimental, pois a Casa de Lucídio Freitas não tinha vice-presidente. Agora inteirei vinte anos na presidência [...] (TITO FILHO, O DIA, 1 jan.1991, p. 4).

O viés é, portanto, o autobiográfico⁸, pois narra o processo que culminou com a eleição do cronista para a Academia Piauiense de Letras, com assento na cadeira, cujo antecessor era Arimatéa Tito⁹. Tornou-se presidente da instituição, ficando no cargo por vinte anos, como informa na crônica.

No mesmo parágrafo, ele relaciona os imortais que deixaram a Academia para viver noutro reino, o reino dos mortos. Foram trinta e cinco, além de Simplício Mendes a quem sucedeu. Deles,

8 Para saber mais, recomendo a leitura de *O pacto autobiográfico*: de Rousseau à internet, de Philippe Lejeune. Belo Horizonte: UFMG, 2008. Na obra o autor defende que o pacto autobiográfico pressupõe a confluência entre o narrador e personagem, quando é construído um “relato retrospectivo em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, enfatizando sua vida individual e, em particular, a história de sua personalidade”. Segundo o autor, a autobiografia se constitui na forma como é escrita em a forma como é lida, ou seja, no chamado “pacto autobiográfico”, que de certa maneira desloca a classificação da narrativa autobiográfica para além da delimitação ente discursos fictícios e discursos factuais, caracterizando o gênero pela contratualidade.” SILVA, Wilton. C. L. Espelho de palavras: escrita si, autoetnografia e ego-história. In: *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. Alexandre Avelar e Benito Bisso Schmidt. (Org.) São Paulo: Letra e Voz, 2012. p.39-61.

9 José de Arimatéa Tito. Nasceu em Barras-PI (1887). Bacharel em Direito. Juiz de Direito de Barras, Floriano e Teresina. Fez parte do quadro de desembargadores do Tribunal de Justiça do Piauí. Professor da Faculdade de Direito do Piauí. Poeta, orador. Pertenceu à Academia Piauiense de Letras. Faleceu em Teresina em 1963.

o mais conhecido no país foi Petrônio Portela Nunes,¹⁰ Ministro da Justiça, que não assumiu sua cadeira na APL, por ter morrido antes da eleição, fato que não o impediu de ser eleito e tomar posse, como destacou o presidente da APL: “Morreu antes da eleição, mas os membros da Academia, em Assembleia Geral, o consistiram eleito e lhe deram posse **post mortem**” (grifo do autor) (TITO FILHO, O DIA, 1 jan.1991, p. 4).

No final da crônica, manifesta o desejo de escrever a história da Academia Piauiense de Letras:

[...]desde a primeira tentativa de uma instituição nos moldes da Academia Brasileira de Letras. Não deu certo a pretensão dos intelectuais no começo do século. Só em 1917 por inspiração de Lucídio Freitas, se fundou o sodalício, o mais antigo do Piauí [...] A 30 de dezembro de 1990, completou setenta e três anos de serviços gratuitos à coletividade (TITO FILHO, O DIA, 1 jan. 1991, p. 4).

O livro deveria ser publicado, quando a Academia completasse 75 anos, que seria em janeiro de 1992. Esse projeto não foi executado por ele. Como informei antes, Arimatéa Tito Filho morreu em 22 de junho de 1992. O eixo da crônica é a APL, pois trata do ano em que entrou para o sodalício, do cargo de secretário que ocupou até o falecimento do presidente Simplício Mendes em 1971, quando assumiu a presidência, cargo que ocupou até a sua morte, em 1992.

A crônica trata, inicialmente, de momentos da trajetória do cronista, de forma “fotográfica”, momentos que vivenciou, participou, mas também recorre às suas anotações sobre a história da Academia Piauiense de Letras. Não obstante o viés autobiográfico, o autor transita do individual ao social, do

10 Para saber mais sobre Petrônio Portella Nunes, cf. dentre outros: NERY, Sebastião. Ninguém me contou eu vi: de Getúlio a Dilma. São Paulo: Geração Editorial, 2014; LEMOS, Osvaldo. Petrônio Portella: depoimentos à história política brasileira. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016; TAVARES, Zózimo. *Petrônio Portella: uma biografia*. Teresina: Ed. do autor, 2012.

público para o privado, do pessoal para o profissional (VILAS-BOAS, 2014, p. 216).

A escrita é feita na primeira pessoa. É Arimatéa Tito Filho, de maneira rápida, narrando a vida. É a isso que Philippe Lejeune chamou de “pacto autobiográfico”, o que pressupõe “a confluência entre o narrador e personagem, quando é construído um “relato retrospectivo em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, enfatizando sua vida individual e, em particular, a história de sua personalidade.” (LEJEUNE, 2008, p.48)

Ainda no mês de janeiro de 1991, publicou mais duas crônicas que foram recortadas para este texto. À primeira, deu o título de Barulheiros. Nela demonstra seu desagrado com o Rock and Roll, através de transmissões do Rock in Rio, realizadas pela Rede Globo de Televisão.

Notei logo a cabeçola dos intérpretes principais. Cabelos compridos até os peitos, oferecendo ideias de pederastia e falta de higiene. [...] Que deseja nos dias de hoje essa mocidade de cocó e brincos? Trajes espalhafatosos e desenfreio? Simplesmente protestar contra a sociedade gananciosa que abandonou a ganhar dinheiro por conta dos trouxas. (TITO FILHO, O DIA, 27/28 1991, p. 4).

Na sequência, recorda seu tempo de garoto, quando frequentava o *Teatro 4 de Setembro* e teve a oportunidade de assistir a espetáculos encenados por companhias teatrais, vindas do Rio de Janeiro, por exemplo. Conclui a crônica registrando: “Era bom, mas tudo passa. Hoje, roqueiros, metaleiros e, ao cabo de contas, BARULHEIROS fazem que a vida seja ruindade” (TITO FILHO, O DIA, 27/28 1991, p. 4).

Arimatéa Tito Filho, no início da década de 1990, tinha vivido 68 anos, atravessado duas ditaduras, a varguista (1937-1945) e a civil-militar (1964-1984), pertencia a instituição conservadora, no caso a Academia Piauiense de Letras (APL), apesar de ter vivido no Rio de Janeiro, cidade onde iniciou o curso de Direito. Morava em uma cidade média que possuía uma camada média, ainda calcada

em valores ditos tradicionais, apesar do avanço das tecnologias dos meios de comunicações, da implantação da Universidade Federal do Piauí, da telefonia ter alcançado um maior número de lares. O cronista tinha assistido a uma transmissão através da tevê de um festival de música, o Rock in Rio¹¹.

A moda dos cabelos grandes para os homens tinha se espalhado pelo Brasil afora desde o Festival de Woodstock, que se tornaria um evento emblemático de uma geração e do movimento hippie, com sua mensagem idealista de paze amor, para romper com uma década de violentas manifestações e assassinatos, tendo como pano de fundo a Guerra do Vietnã. Sendo um formador de opinião, dava-se ao direito de manifestar o seu desagrado com moda. O “estranhamento” de Arimatéa Tito Filho com as madeixas dos roqueiros nos anos de 1990 pode indicar que o cronista não tinha olhado para os cabeludos que circulavam pelas ruas de Teresina, ou os tenha esquecido uma vez que “os cabelos longos, a forma de se vestirem e se portarem, bem como as frequência em bares *undergrounds* compunham o repertório de táticas desviantes desses jovens” [dos jovens teresinenses] (BRANDÃO, 2014, p. 93), na década de 1970.

Corta o cabelo dele, na qual argumenta que são muitos a se preocuparem com essa moda: “Com eles se vêm preocupando intelectuais, estudiosos, jornalistas, psicólogos, psiquiatras, bem assim todas as camadas da sociedade. Já gozam de aprovação geral as cabeçolas cobrindo orelhas, cobrindo o cogote” (TITO FILHO, O DIA, 19 jul.1991, p. 4). Entretanto, desta feita, Arimatéa Tito Filho aponta os responsáveis: os pais.

É que a mocidade está abandonada pelos pais, tomada de angústia, a angústia dos filhos injustamente apelidados de transviados, ‘quando eles só se transviam como uma reação contra a negligência, o amoralismo, o egoísmo dos pais, estes, sim, realmente transviados’. Que fazem as mães nos dias que correm? Entregam-se às atividades sociais, moram nos salões de beleza, passam as noites nos clubes de diversão ou nas salas elegantes de jogatina, sustentadas por tranquilizantes.

11 O Rock in Rio teve a sua primeira edição em 1985, com a presença do Queen e Fred Mercure e o público cantando *Love of my life*.

[...]

A mocidade pode ter razão de deixar crescer a cabeçola para atrair atenções. Mas a moda é feia e antipática. E contagiou maduros e velhos, na ânsia da imitação. Maduros e velhos querem ser moços, pelo menos nos cabelos compridos (TITO FILHO, O DIA, 19 jul. 1991, p. 4).

Ao listar um conjunto de especialistas que acreditava estarem preocupados com os comportamentos da juventude que morava em Teresina, Tito Filho pretendeu informar que ele não estava só. Além dos formadores de opinião, como é o caso dos jornalistas e dos intelectuais, anotou que os psiquiatras e psicólogos, especialistas em distúrbios emocionais, também estavam preocupados. Não informa como tomou conhecimento dessa preocupação. “Os transviados” como denominou os jovens que tentavam fugir da norma estabelecida pelos “homens do seu tempo.”

Contra convenções começa a se delinear, em Teresina, um circuito antidisciplinar que começou tímido, mas que, depois, ‘explodiu em gestos, atitudes, consumo do espaço, rompimento de valores’ (LIMA, 2006, p. 32). Os cabelos longos, a forma de se vestirem e se portarem, bem como a frequência em bares *undergrounds*, compunham o repertório de táticas desviantes desses jovens. Esses jovens constantemente empreendiam ações antidisciplinares ou táticas, no modo de vestir, no usar o corpo, de fazer arte e de consumir os espaços da cidade. (BRANDÃO, 2014, p. 93).

Tito Filho encontra nos pais os responsáveis pelo comportamento dos jovens. As mães abandonaram o lar e os filhos, dedicando-se às atividades sociais. “Moram nos salões de beleza, passam as noites nos clubes de diversão ou nas salas elegantes de jogatina, sustentadas por tranquilizantes.” O comportamento das mães contrariava a formação feminina defendida pela Igreja Católica, formação praticada no Colégio Sagrado Coração de Jesus, escola confessional dirigido pela “Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena.” Pedro Vilarinho Castelo destaca que as práticas disciplinares

desenvolvidas na escola tinham como “finalidade transformar as moças em mulheres devotas, saturadas pela vivência de um cotidiano onde o esquadrinhamento do tempo, dos espaços, das práticas rotineiras, levaram a atingir a subjetivação como moças recatadas, beatas, futuras mães de família e esposas dedicadas à causa da Igreja e da família.” (CASTELO BRANCO, 2019, p.165-166). O cronista tinha sua formação intelectual enraizada em uma cidade de formação profundamente católica.

Noutro recorte da mesma crônica, termina por manifestar de forma voluntariosa o seu desconforto com a moda dos cabelos compridos que, ao seu olhar, parecia, falta de higiene e uma forma de chamar atenção dos pais, uma vez que estes tinham abandonado os filhos. E acrescenta que a moda está “contaminando” os mais velhos que também estavam deixando crescer os cabelos.

Em outra crônica, conforme anotado antes, intitulada Roda de calçada, historiciza essa prática, desde os tempos mais remotos que pode lembrar, e narra acontecimentos trágicos, como o assassinato de um juiz, depois da roda de calçada, quando já estava se recolhendo; lembra-se de um comerciante que recebia barris de vinho tinto, marca PRR, importado de Portugal. Dessa roda, participavam advogados, médicos, poetas.

Suas memórias registraram e ele narra:

Quando eu era frangote, não perdia a roda de calçada da família, na rua São José, hoje Félix Pacheco, onde morávamos, pertinho da praça Saraiva, trecho que dava no rio Parnaíba. Papai me dava um níquel, moeda boa, e eu com a jarra de vidro pela rua Rui Barbosa, ia comprar pega-pinto, cinco copos por um tostão. Era bom. Os adultos trocavam ideias e notícias, e a negra velha, cozinheira vinda do Peixe, agora Nossa Senhora dos Remédios, me contava histórias maravilhosas de reis poderosos e príncipes encantados. Dez horas o sono pegava e a gente se buscava a rede convidativa (TITO FILHO, O DIA, 03/04 fev. 1991, p. 4).

O cronista não esclarece o tempo da experiência, mas deixa uma pista, ao informar que uma senhora, chamada Ana Clélia Napoleão, escreveu um livro cujo título era *O Oitão*, “[...]uma

narrativa deliciosa sobre a deliciosa [e] tranquila Teresina dos anos 1950” (TITO FILHO, O DIA, 03/04 fev. 1991, p. 4).

Cartografa, na crônica, uma pequena área do centro da cidade: ruas, praças, pequenas atividades comerciais, o rio Parnaíba que separa o Piauí do Maranhão. A cidade que salta dos textos de Arimatéa é pequena, pois um menino saía pelas ruas à noite para comprar refresco; é uma cidade em que as rodas de calçadas servem para inteirar seus participantes das últimas notícias do dia; é uma cidade na qual as crianças ainda ouvem os mais velhos contar histórias fantásticas, no caso específico da família Tito, uma “negra velha”. Como disse, essa era uma das cidades, aquela que Arimatéa registrou. Existiam outras que foram esquecidas ou silenciadas por ele.

Nas décadas de 1940 e 1950, o meio de comunicação com maior público não era o jornal, como se pode atinar. Não. Era o Rádio. Moradores sintonizavam emissoras localizadas em outros estados da federação (Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Pará, Bahia) e no Piauí. Este possuía duas emissoras, a Rádio Educadora de Parnaíba¹², a primeira a ser implantada no território piauiense, fundada em 13 de maio de 1940, e Rádio Difusora de Teresina, instalada no dia 13 de julho de 1946, mas só foi ao ar em 18 de julho de 1948¹³.

Essa digressão intenta manifestar duas opiniões: a primeira é que esse meio de comunicação não impediu que as rodas de calçadas¹⁴ continuassem sendo uma atividade de sociabilidade saudável entre os vizinhos e amigos. Depois, é possível que as

12 Para saber mais sobre Rádio Educadora de Parnaíba, ver: SOUSA, Cleto Sandys Nascimento de. *O rádio com sotaque piauiense: história em memória da Rádio Educadora de Parnaíba*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, 2009.

13 Para saber mais sobre a Rádio Difusora de Teresina, ver: LIMA, Nilsângela Cardoso. *Invisíveis asas das ondas ZYQ-3: sociabilidade, cultura e cotidiano em Teresina (1948-1962)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Piauí, 2007.

14 As rodas de calçadas continuam motivando a escrita de crônicas, destaque entre os cronistas que ganharam destaque depois da morte de Arimatéa Tito Filho, Cineas Santos, Geraldo Almeida Borges.

notícias veiculadas pelas emissoras de rádio servissem para animar as conversas de todas as noites.

Os carnavais também são temas de crônicas de Arimatéa Tito. E indica que gostava mais dos carnavais do passado, do lança-perfume, do corso, o Carnaval de rua com blocos, cordões, dentre outros. No corso, “automóveis e caminhões, jipes e camionetes, um atrás do outro, e as cantorias permanentes. Em um desses carros, de fantasias berrantes, iam as raparigas da zona do meretrício. As caboclas obtinham licença da Polícia para o desfile, saias compridas, cantavam cantigas carnavalescas em moda” (TITO FILHO, O DIA, 09 fev. 1991, p. 4). Na leitura feita pelo cronista, as festas momescas pareciam-lhe mais espontâneas e mais saudáveis, sem agressões, sem violências. Registra que o Carnaval começa a perder sua aura com o surgimento das escolas de samba. “Os participantes vestem ricas fantasias, e cantam e dançam” (TITO FILHO, 1991, O DIA, 09 fev. p. 4).

Escreveu ainda:

Particpei de alegres festas carnavalescas, quarenta, cinquenta anos passados, nas décadas de quarenta e cinquenta. Era uma festa popular de raros excessos. Muito se brincava, sem erotismo, sem mulheres peladas, sem magote de veados na exibição dos peitos e nádegas artificiais. Uma folia contagiante, fraterna, iniciada por volta das cinco da tarde e encerrada pelas quatro da manhã do dia seguinte (TITO FILHO, O DIA, 15 fev.1991, p. 4).

No presente do cronista, o Carnaval transformou-se em uma festa perniciososa. Contudo, os dias de folia aumentaram nas cidades de Olinda, Recife, Salvador e Rio de Janeiro; começa na sexta-feira e só termina na Quarta-feira de Cinzas. Nos clubes fechados, “se passam cenas de Sodoma e Gomorra, orgias e bacanais que só uma sociedade doente admite e suporta, e um governo cúmplice, que as permite e garante. Dissipam-se milhões, bilhões, nessas nefastas falsas brincadeiras carnavalescas” (TITO FILHO, O DIA, 15 fev. 1991, p.4).

Faz uma análise do Carnaval de 1991 de Teresina, e registra que ele foi “fraquíssimo”. Atribui a responsabilidade aos carnavalescos da cidade, que quiseram copiar o Carnaval do Rio de Janeiro, com suas escolas de samba luxuosas, e o resultado foi “grotesco, com desengonçados desfiles pela Avenida Frei Serafim”. Mas o seu desgosto com a festa carnavalesca ficou por conta das cenas que disse ter visto por meio de transmissões da TV do carnaval do Rio de Janeiro

Vi cenas televisadas de bailes em clubes do Rio de Janeiro. Um deboche. Mulheres quase despidas. Uma tristeza o baile dos GEUIS, só as mães irresponsáveis permitem a exibição de jovens sexualmente pervertidos num espetáculo em que os próprios locutores da televisão debocham das pobres vítimas, moças de vida sem esperança, traço de uma sexualidade anormal e angustiada. As fantasias desses jovens, riquíssimas, reclamam milhões de material e mão-de-obra. As cenas de debocharia eram provocadas por doutor no assunto, a famosa Rogéria, que machucava os ouvidos dos rapazes a cada vez que soltava piadas de mau gosto, ao defini-lo (TITO FILHO, O DIA, 15 de fev. 1991, p. 4).

Na mesma toada, critica as letras das músicas de Carnaval, destacando que elas deseducam a população brasileira. “A pornografia, corrompe e avilta, representa a principal característica do Carnaval do nosso tempo, ao lado da violência, à própria dignidade do ser humano” (TITO FILHO, O DIA, 15 de fev. 1991). O rebolado das mulheres com o bumbum de fora também é motivo de sua atenção. “Um rebolo permanente, enjoativo, fazendo crer que a mulher só possui esse degenerado modo de atrair publicidade e admiração. Os homens aguardavam os momentos de depravação sem freios, na madrugada sem-vergonha”. (TITO FILHO, O DIA, 15 de fev. 199p.4). Inclusive ele, que, sem ter visto as transmissões, não teria escrito a crônica a respeito da “folia perniciosa”.

A crônica é de 1991, mas festas carnavalescas lembradas são dos carnavais das décadas de 1950, 1960 e 1970. Nas duas primeiras décadas predominavam as brincadeiras do entrudo,

bailes de mascarados, os chamados carnavais de batalhas e o corno.¹⁵ José Mauro Monteiro de Sousa escreveu sobre o carnaval das escolas de samba de Teresina, registrou de forma diferente o carnaval da década de 1970:

No início de 1970, com o surgimento e o desenvolvimento extraordinário das Escolas de Samba, chegou também um novo colorido ao carnaval teresinense, sobressaindo-se o de rua. A partir de então o ponto culminante dos festejos momescos, era os desfiles das Escola de Samba na Avenida Frei Serafim, Além das músicas, batucadas, toda beleza de um luxo, brilho, harmonia, mestre-sala e porta bandeira, passistas, as alas, fantasias e até cronometragem e os enredos que as Escolas versam (SOUSA, 2009, p. 23).

Os olhares e perspectivas são diferentes. O autor citado considera o carnaval de rua “ganhou vida”, o espetáculo pode ser visto por moradores de Teresina que não frequentava as festas carnavalescas de clubes. As escolas de samba de Teresina “copiaram” as escolas do Rio de Janeiro? A resposta é sim, havia uma distância abissal entre as duas realidades. Entretanto, a avenida Frei Serafim recebia um grande público.

Os prostíbulos da cidade também mereceram a atenção do cronista. Em uma crônica que denominou “Meus bons cabarés”, trata do assunto, relatando que, desde a adolescência, começara suas andanças, por esses lugares de sociabilidades, e anota que, vez por outra, recebia o pito de adultos, que o encontravam naqueles lugares, e falavam: “vou dizer ao teu pai”. Relata a prostituição desenvolvida na margem direita do rio Parnaíba, onde as “mariposas exploravam os marinheiros de gaiolas, de lanchas e de balsas”. E vaticina: “Beira de rio fabrica prostitutas”, lembrando-se de um romance escrito por Assis Brasil,¹⁶ chamado

15 Para saber mais sobre as manifestações carnavalescas ver: SOUSA, Mauro José Monteiro de. História do carnaval e do samba de Teresina: s/ed., 2009.

16 BRASIL, Francisco de Assis Almeida. Nasceu em Parnaíba/PI. Romancista, crítico literário e professor. Dois de seus romances foram laureados com o prêmio Walmap. Colaborou com o Globo, Correio da Manhã, Tribuna da Imprensa, revista O Cruzeiro [...] Cf. NETO ADRIÃO. Dicionário biográfico de escritores

Beira rio, beira vida, que tem como personagens homens e mulheres que viviam às margens do rio Igarauçu, na cidade de Parnaíba. Ali a prostituição era como se fosse genética, ao olhar do autor do romance. “A prostituição da bisavó, na avó, na filha, na neta, na bisneta, da forma que Assis Brasil contou”.

Narra sobre os cabarés mais famosos da Paissandu:

Existiram três cabarés na zona da rua Paissandu. O da Raimunda Leite, cuja esquina e alguns quartos davam para a Paissandu. Era uma cafetina bem morena, de amigação com um gigolô que não queria dinheiro, só amor de graça. O da Gerusa, na rua São José, hoje Teodoro Pacheco, cabeça escura, arretada por um amigo meu, o saudoso Salemérico Passos de Carvalho, que por causa da ciúmeira da negra, nela aplicava de quando em quando umas sonoras taponas. E o da Rosa Banco, mulatona endinheirada, que ficava na Paissandu. As três pensões, como eram chamados esses saudosos cabarés do meu tempo, mantinham danças animadas e muito se dançava com as fogosas quengas, garotas de excessiva sem-vergonhice.

[...]

Ainda na década de 40 e 50 esses cabarés ofereciam o melhor espetáculo noturno de Teresina. Neles se misturavam estudantes, motoristas, professores, magistrados, comerciantes, pobres, ricos, em busca de sexo.

[...]

Eu gostava dessas casas noturnas de garotas apetitosas vindas do Ceará, do Maranhão e do interior do Piauí [...] Os homens tinham pavor de doenças venéreas.

[...]

Com amigos, eu ia quase diariamente a esses gostosos antros de prostituição. Nesse tempo as raparigas recebiam a denominação de GATOS. Quando chegavam novas levas de mulheres de São Luís e de Fortaleza, dizia-se novos GATOS convidativos faziam as noites festivas da Raimundinha, da Rosa e da Gerusa.

Era bom. Sem AIDS. Sem violência. Sem lei da faca e do revólver. Nunca me esqueci dos cabarés da Rua Paissandu, os animados cabarés, hoje derribados por força dos novos tempos de MOTÉIS e do capim das praças abandonadas de Teresina.

Era bom. Ah, os meus velhos cabarés, testemunhas de uma época feliz de muito gozar (TITO FILHO, O DIA, 3 mar. 1991, p. 4).

piauienses de todos os tempos. 2 ed. Teresina: Halley, 1995.

A narrativa soa aos nossos ouvidos de hoje como agressiva às mulheres, entretanto não podemos esquecer que o cronista lembra que aqueles lugares de sociabilidades faziam sucesso nas décadas de 1940 e 1950. A Teresina daquele período era tida como uma cidade com poucos lugares onde homens e mulheres pudessem se divertir, especialmente as mulheres. São muitas as crônicas publicadas nos jornais sobre o assunto.

Aponta a origem das mulheres que trabalhavam nos prostíbulos. O seu discurso tem as características ligadas ao coronelismo, ao machismo ainda reinante na sociedade piauiense. A designação “gato”, atribuída às mulheres da época, pode ser tomada como exemplo: um felino. Contudo, quando aplicada à mulher, adquiria caráter totalmente pejorativo. Por outro lado, é necessário lembrar que o cronista rememora quarenta, cinquenta anos passados, o que não significa dizer que tenha deixado de ser machista, por exemplo. Não se trata de um julgamento, mas sim de uma constatação. A sociedade brasileira continua sendo machista, basta atentar para as notícias sobre o espancamento ou assassinatos de mulheres no Brasil nos dias atuais.

É preciso memorar, entretanto, que a cidade contém muitas outras cidades, algumas são lembradas e outras esquecidas ou silenciadas. A zona de prostituição lembrada pelo cronista é uma daquelas em que ele frequentou. Existiram muitas outras, localizados nos bairros afastados do Centro, como a do Morro do Querosene, localizada no bairro Piçarra, o “Moi” de Vara, situado nas proximidades da Estação Ferroviária, para ficar nesses dois exemplos.

A Semana Santa também foi motivo de crônicas de Arimatéa Tito Filho. A crônica datada de 27 de março de 1991, a que o autor intitulou de “Comadre Pulu”, causou-me estranheza, porque ela é iniciada assim: “Nesse ano de 88 passei a Semana Santa em casa, na leitura de revistas leves e de boas piadas do Barão de Itararé” (TITO FILHO, O DIA, 27 mar. 1991, p. 4). A dúvida me veio em razão de a narrativa tratar da Semana Santa de 1988, entretanto a publicação se deu três anos depois. Olhando as

crônicas dos dois anos recortados, avistei crônicas repetidas, com pequenas modificações. Essa prática é utilizada por intelectuais das universidades, diz-se “material esquentado”, ou seja, um mesmo artigo é publicado mais de uma vez com a troca do título e pequenas modificações no corpo do escrito.

As crônicas publicadas nos livros de Arimatéa Tito Filho não foram todas datadas, prática que ajudaria a localizar a repetição. Podem-se citar, como exemplos de repetições com pequenas modificações, as crônicas de “Ontem e hoje” (TITO FILHO, O DIA, 6 mar. 1992, p. 4) e “Quase fim” (O DIA, 7 mar. 1992, p. 4). Em ambas, o autor volta a tratar das festas momescas de ontem e de hoje. Os carnavais bons eram os do passado; nos dos últimos anos vividos pelo cronista, ele via “a nudez das mulheres, homossexuais, giletes e outros tipos da selva pornográfica”. A que provocou esse comentário foi publicada em 1992, com o mesmo nome, “Comadre Pulu” (O DIA, 16 abr. 1992, p. 4).

A crônica “Escola” (O DIA, 6 abr. 1991) foi repetida no dia 2 de abril de 1992; “Emprego” (O Dia, 5 abr. 1991) foi repetida no dia 4 de abril de 1992; “Restaurantes” (O DIA, 19 abr. 1991) foi publicada outra vez no dia 27 de abril do ano seguinte. Em 11 de abril de 1991, foi publicada a crônica “Cronistas”. No dia 21 de fevereiro do ano seguinte, foi publicada a crônica denominada “Contos e Crônicas”. São crônicas em que o autor altera alguns trechos, mudando frases. Eu diria que se complementam.

O cinema também foi lembrado por Arimatéa Tito Filho. Em 1991, a chamada “Sétima Arte” motivou sua escrita, em pelo menos três crônicas. Uma recebeu o título de “Cinema”. Nela, historiciza a sua trajetória em Teresina, narrando que a primeira exibição teria ocorrido, em 1910, no Teatro 4 de Setembro. Na década de 1930, registrou que a cidade possuía três casas destinadas à exibição de filmes. Na década seguinte, relata que surgiram três cines: o Cine Rex, o São Luís, e um de “segunda classe”, localizado no Bairro Piçarra.

Os dois primeiros possuíam um certo requinte; o terceiro ficava em uma zona de meretrício. O autor deste artigo aprendeu

a gostar de cinema, assistindo a películas na forma de seriado, como “O Zorro”, “O Tarzan”, para lembrar de dois, no Cine São Raimundo, carinhosamente chamado de “Poeirinha”, casa de cinema que o autor chamou de “segunda classe”.

Em meados da década de 1960, foi construída a casa de cinema mais confortável que a cidade possuía. Poltronas acolchoadas, ar-condicionado, localizada também no Centro da cidade. “Em setembro de 1966, inaugurou-se o “Royal”, segundo este nome, da melhor categoria. Infelizmente desapareceu” (TITO FILHO, O DIA, 16 abr. 1991, p. 4). Lembra-se ainda de duas salas, uma que funcionava no Centro de Convenções de Teresina, e que teve vida curta; a outra localizada no Bairro São Cristóvão, bairro nobre da cidade, chamado de Cinema de Arte, também não durou muito tempo. Uma concorrente de peso, a TV, havia chegado à cidade na década de 1970.

Nosso articulista deixa escapar que gostava dos filmes de faroeste, filmes que tiveram a conquista do Oeste americano como tema. Pergunta quem não se lembra do “Saloon”, nesse gênero cinematográfico? Recorda-se de personagens, como Búfalo Bill, do filme *Calamity Jane*, Bill Doolin, Wyatt Earp, Doc Holiday, Bat Masterson, ator de filmes do gênero Western. Vêm-lhe à memória Pat Garret e Jesse James. O primeiro foi um xerife famoso no Oeste americano e o segundo um bandido também famoso na mesma região dos Estados Unidos. A vida dos dois foi para as telas de cinema,

E continua:

Nunca pude esquecer Gary Cooper. Buk [sic] Jones, Tim McCoy, John Wayne que interpretaram os melhores filmes de faroeste, e ainda hoje eles me reaparecem na televisão, em histórias saudosas, como no TEMPO DAS DILIGÊNCIAS e do maravilhoso JORNADAS HERÓICAS. Que dizer dos seriados da adolescência dourada, quando a gente via semanalmente um pedaço do filme, aguardando-se desse modo ansioso o domingo seguinte (TITO FILHO, O DIA, 10 abr. 1992, p. 4.).

A crônica narra a presença marcante de filmes hollywoodianos que abarcou as salas de cinema no Brasil, sem lembrar das produções nacionais. O cinema chegava na forma de diversão aos longínquos recantos do mundo. O autor deste artigo ainda viu muitos seriados, aos domingos, no final da tarde, no Cine Raimundo, o famoso “Poeirinha”, localizado perto de onde a família morava. O trajeto era feito a pé, diminuindo os gastos com o ingresso. O pipoqueiro ficava em frente ao prédio do cinema e não dentro dele, portanto não fazia parte do empreendimento cinematográfico.

Em crônica intitulada de “Namorados”, Arimatéa Tito Filho volta a tratar de salas de cinema, de forma indireta, porque o assunto era “o namoro no escurinho do cinema”.

Já taludo, consegui em Teresina namorar um morenãõ cheio de carnes, cabelos negros, bonita como quê, e ao lado dela, assistindo a filmes de amor, aprendi a arte sublime da bolinação, como dizia o pegamento nas saliências do colo bem feito. A garota também sabia adotar as suas liberdades provocativas. Avançava-se um pouco, mas não se fazia nem se tentava, salvo quisesse descontar o vale e sujeita-se ao casório infalível (O DIA, 18 jun. 1991, p. 4).

A prática do casamento sujeitado, quando os namorados mantinham relações sexuais, antes do casamento, pelos menos entre os segmentos mais fragilizados economicamente, era comum. A mãe do autor deste artigo obrigou um dos seus irmãos a casar-se, entretanto, o casal nunca viveu um único dia junto depois da união oficial.

Na mesma crônica, destaca a mudança do namoro de hoje, isso, na década de 1991, quando escreveu:

Hoje se namora diferente. Extinguiram-se as virgens, feitas as exceções ilustres e de praxe. Os namorados buscam as tardes e as noites nos motéis, nos relvados das praças esquecidas, ainda nas areias das coroas dos rios, no tempo de estio, também debaixo dos pés de pau. E nos automóveis todo tempo, em posições dramáticas (TITO FILHO, O DIA, 18 jun. 1991, p. 4).

As transformações tecnológicas e espaciais terminaram por influenciar a mudança dos costumes e práticas, e o cronista deixa escapar que tem dificuldades para aceitar tais mudanças. O que é compreensível, haja vista que nasceu em 1924, em uma pequena cidade do Piauí, embora tenha morado em Teresina e no Rio de Janeiro. Em 1939, estava de volta a Teresina e esta era muito cidade muito conservadora. A cultura machista estava enraizada no corpo do cronista, como ainda está no corpo de milhões de brasileiros.

Um tema recorrente nas crônicas de Arimatéa Tito Filho é a Televisão. Discute a programação, e, de modo geral, as novelas são motivos de críticas. Denuncia que as práticas desenvolvidas entre as famílias, como o piquenique, foram desaparecendo; a propaganda dos enlatados foi tomando conta das cozinhas, as danças típicas também foram sumindo e, em seu lugar, figuram os trejeitos e as “macaquices”, a “barulheira” do *rock and roll*, importado dos norte-americanos. “O cinema tem fundamento na violência, no sexo, no adultério, na vileza das ações humanas. A criança desconhece as encantadoras histórias da boca da noite, antes do sono tranquilo. Hoje se educam nos shows da Xuxa” (O DIA, 18 maio 1992, p. 4). A citação a seguir mostra como a TV é satanizada na voz do cronista:

A televisão pratica verdadeiro crime espiritual, uniformizando o Brasil. Música, cantoria, cozinha, vestuário, usos, hábitos, costumes, estória, sexo, brinquedos infantis, teatro, cinema, linguajar, lendas, diversões - tudo se vai bitolando para que se eduque um pobre povo abandonado e que se orienta para comprar, gastar dinheiro na imposição de quanta impostura o industrial fabrique - educação para a conquista de um falso conforto. Os canais de propaganda insinuam que o afeto se reduz ao presente para a mãe, para o namorado, para o pai, e haja dinheiro para o enriquecimento sempre maior dos que fabricam e dos que vendem. Desapareceram as práticas regionais. Sufocou-se a arte verdadeira. Impera a sublitteratura. A deformação é geral. O Brasil está totalmente submisso a uma civilização empacotado (TITO FILHO, O DIA, 21 jun. 1991, p.4).

Encerrando este texto, lembro que a escolha do recorte tem um propósito, qual seja, destacar que as crônicas “escolhidas” para a construção desta narrativa abordam quase todos os temas tratados pelo cronista. Um tema tratado pelo cronista que não consta deste artigo diz respeito às lendas. Arimatéa Tito Filho, porém, discorreu sobre a lenda do Cabeça de Cuia, relacionada ao Parnaíba e ao Poti, rios que banham a cidade.

As crônicas têm ou parecem ter relação com o cotidiano de Teresina, a matéria-prima para as narrativas do cronista que empregou uma linguagem simples, acredito, na tentativa de comunicar as suas histórias aos leitores. Contudo, não podemos ser inocentes, ele ocupava um lugar social na cidade ou em uma das cidades que constituem Teresina. Alfredo Bosi, na obra *Entre a Literatura e a História*, em determinado momento do ensaio *As fronteiras da Literatura*, destaca:

Há sempre a ideia de alguma formalização. Essa palavra pode ser mais pesada nas estéticas do tipo estruturalista ou formalista. Pode ser uma palavra mais leve, sem o peso de uma forma preconcebida, mas sempre guarda o pressuposto de que uma coisa é a linguagem de comunicação e outra é a representação ou a expressão, que exige uma determinada construção. Pode-se admitir que essa construção seja mais ou menos inconsciente, mas depois do fato consumado, do texto escrito, essa obra feita, o leitor contempla uma estrutura de significados, o conjunto de signos, que são uma interpretação da experiência e não a experiência vivida no seu fazer-se. Isto é nosso abc (BOSI, 2015, p. 222).

Bosi aponta o abc dos literatos, não apontei os do historiador, mas alguns deles estão entre aqueles listados pelo crítico literário. Não me esqueci de que a crônica possui sinais, rastros que o historiador pode empregar na construção de sua narrativa. Não sou o primeiro a fazê-lo, Nicolau Sevcenko (1992)¹⁷

¹⁷ Sobre a produção histórica e crônicas conferir. História e cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil. CHALHOUB, Sidnei. NEVES, Margarida de Sousa e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). Campinas, SP: UNICAMP, 2005.

e Sidney Chalhoub (2005) o fizeram com muita competência, antes de mim. As crônicas, como os outros rastros deixados pelos homens, precisam ser olhadas como narrativas que representam fatos, acontecimentos.

Considero que os escritos de Tito Filho, em algum momento, dão conta da conjuntura experimentada, especialmente, no que se refere a Teresina. Muitas das crônicas recortadas para este artigo tratam do passado, seja da cidade, seja do próprio autor. Arimatéa Tito foi, por vinte anos Presidente da Academia Piauiense de Letras e, desse lugar, coordenou projetos de publicação do governo, aproveitando para editar ou reeditar os seus próprios livros, mas também fortalecer suas relações na rede de sociabilidade que liderava.

As crônicas analisadas sinalizam sobre o machismo do autor entranhado em seu corpo, o modo de tratar as prostitutas é um exemplo cabal. Mas se eram publicadas, é um sinal de que possuíam leitores, embora não se tenha feito nenhuma pesquisa acerca da recepção dos textos de A. Tito Filho. Por outro lado, tais crônicas dão notícias de como era o “mercado” do corpo na cidade. As transformações culturais que modificam os modos de viver em Teresina deixavam o escritor incomodado, especialmente porque considerava, por exemplo, que as mães tinham abandonado os filhos, portanto, defendia a mulher-mãe, dedicada ao marido, aos filhos e à condução da casa, a mãe da primeira metade do século XX.

Por fim, e para repisar, as crônicas como outros rastros, vestígios e sinais deixados pelos homens e mulheres precisam ser avaliadas. Elas contêm um modo de ver, de perceber o mundo que pode ser partilhado por muitos; e o olhar é sempre parcial, como é o nosso também. Apesar da tentativa de abarcar o máximo possível, não conseguimos e sabemos disso. Faz parte do *métier* do historiador entender essa limitação.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *A política*. Trad. Nestor Silveira Chaves. 2. ed. rev. Bauru, SP: EDIPRO, 2009.

BRANDÃO, Laura. Juventude em trânsito: corpo e linguagem na década de 1970 em Teresina. In: *Itinerários da pesquisa em História: a polifonia de um campo*. Cláudia Cristina da Silva Fontineles, Jaislan Honório Monteiro e Maria Dalva Fontineles. (Org.). Teresina: EDUFPI, 2014.

BOSI, Alfredo. *Entre a Literatura e a História*. São Paulo: Editora, 34, 2015.

CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolhos do tempo: memória e o fim do fim da história*. 2 ed. Coimbra: Gráfica de Coimbra LDA., 2011.

CASTELO Branco, Pedro Vilarinho. As estratégias discursivas católicas e a implementação dos modelos femininos modernos na Teresina do início do século XX. In: *História, catolicismo e educação*. Pedro Vilarinho Castelo Branco, Maria Dalva Fontenele Cerqueira (Org.). Teresina: EDUFPI, 2019.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 2002.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lurdes Meneses. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002

CORREA, Roberto Lobato. *Espaço urbano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ática, 1995. (Série Princípios).

FERREIRA, Jordan Bruno. *Literatura, História e Memória nas crônicas de A. Tito Filho*. Dissertação (História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário histórico-biográfico piauiense*. Teresina: Gráfica e Editora Júnior Ltda, 1993.

GOMES, Angela de Castro (Org.). *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freire*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: _____ (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Angela Maria de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BASTOS, Elide Rugai e RÊGO, Walquiria D. Leão (Org.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'água, 1999.

IVO, Ledo. *Seleção do autor, prefácio e notas de Gilberto Mendonça Teles*. São Paulo: Global, 2004. (Coleção Melhores Crônicas).

JASMIN, Marcelo. Silêncios da história: experiência, acontecimento, narração. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Mutações: o silêncio e a prosa do mundo*. São Paulo, 2014.

LECLERC, Gérard. *Sociologia dos intelectuais*. Trad. Paulo Neves. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2002.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LIMA, Nilsângela Cardoso. *Invisíveis asas das ondas ZYQ-3: sociabilidade, cultura e cotidiano em Teresina (1948-1962)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Piauí, 2007.

MOURA, Iara Guerra de Miranda. *Historiografia piauiense: relações entre escrita e histórica e instituições político-culturais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2015.

NETO ADRIÃO. *Dicionário biográfico de escritores piauienses de todos os tempos*. 2. ed. Teresina: Halley, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*. ANPUH. V. 27, n. 53, p. 11, jan./jun. 2007.

REIS, Zenir Campos. Lima Barreto militante. In: *A crônica militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *Roger Chartier- a força das representações: história e ficção*. Chapecó SC: Argos, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SOUSA, Ana Cristina de. A escrita de si e da amizade: percursos afetivos na sociabilidade intelectual entre A. Tito Filho e Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves (1970-1980). *Fênix: Revista História Cultural do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia* (2015).

SOUSA, Ana Cristina de. *Escrita de si, intelectualidade e distinção em A. Tito. Filho*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2018.

SOUSA, Cleto Sandys Nascimento de. *O rádio com sotaque piauiense: história em memória da Radio Educadora de Parnaíba*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, 2009.

SOUSA, Mauro José Monteiro de. *História do carnaval e do samba de Teresina: s/ed.*, 2009.

TITO FILHO, Arimatéa. *Crônicas*. Teresina: Gráfica e Ed. Júnior, 1990.

_____. *Teresina meu amor*. Teresina: COMEPI, 2002.

_____. *Crônicas*. O Dia. Teresina (1991-1992).

VILAS-BOAS, Sérgio. *Biografismo*: reflexões sobre as escritas da vida. 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chaves*: um vocabulário de cultura e sociedade. Trad. Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

O “FAZER-SE” ACADÊMICO DO MITO DA VANGUARDA CULTURAL JUVENIL EM TERESINA-PI NA DÉCADA DE 70¹

João Batista Vale Junior²

Introdução

T. S. Eliot, em texto originalmente publicado em 1948, observa com ansiedade a trajetória da palavra “cultura”, principalmente no que denominou de “período da grande destruição” e, especialmente, na função que a mesma passou a exercer no trabalho jornalístico, ao dividir papéis com a palavra “civilização”. Eliot, contudo, não buscava determinar fronteiras de significados entre as duas palavras, já que julgava que qualquer tentativa nesse sentido acabaria por produzir uma distinção artificial e fadada ao esquecimento.

Enfatizava o uso frequentemente alternado, e com a mesma função, das duas palavras segundo as mudanças contextuais o que, entretanto, não representaria nenhum embaraço à sua compreensão. Destaca, porém, que nenhuma manifestação

1 O presente texto é parte do relatório de pesquisa produzido no âmbito do estágio de Pós-Doutoral, financiado pelo PNPd-CAPES, realizado no ano de 2015, no Programa de História do Brasil da Universidade Federal do Piauí-UFPI, sob a supervisão do Prof. Dr. Edwar de Alencar Castelo Branco.

2 Pós-doutor em História (PNPD-CAPES/UFPI); Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF; Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí -UFPI. Professor do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí. E-mail: jbatistavalejunior@gmail.com.

cultural surge sem estar acompanhada de um elemento místico religioso, cultista e devocional, que integra uma estrutura orgânica planejada ou em desenvolvimento.

O cultismo, para Eliot (2011), é o elemento inerentemente relevante às formas de expressão de qualquer natureza, constituindo-se ao mesmo tempo como um legado do sentimento religioso. Isso ocorreria mesmo nas formas antirreligiosas da cultura, aquelas que abertamente assumem um perfil contrário ao sentimento místico que sustenta todas as religiões. Nesses casos, nega-se a religião e preserva-se o *habitus* que lhe atribui a vitalidade filosófica e estética como ocorreria em um processo que, em termos nietzschianos, pode-se definir como de “transubstanciação de valores”. E de fato, para Nietzsche (2006), o homem se define como um “ser que venera”.

A questão, a saber, em relação a esse aspecto da veneração e que nos serve para fins de crítica epistemológica e ideológica à produção acadêmica elaborada em torno das manifestações culturais juvenis ocorridas em Teresina durante os anos 70 é precisamente o modo como se dá a sua legitimação. Assim sendo, a finalidade desse texto é promover uma análise sobre o tema da identidade estética juvenil em Teresina, nos anos 70 e sua apropriação por pesquisadores acadêmicos.

Essa temática, em seu recorte mais específico, diz respeito ao modo como se deu o fazer-se da identidade estética juvenil no contexto sócio-político e cultural de Teresina-PI, dos anos 70. Tem se revelado, sob estímulo da proposta do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Universidade Federal do Piauí, como potencial vetor historiográfico.

Contracultura no contexto piauiense dos anos 70: próxima do “milagre”, distante do “chumbo”.

A representação geralmente partilhada na produção acadêmica local é que a década de 1970, em seu início, foi tomada pela presença de veículos de informação impressos, de

feição artístico-experimental e produção marcadamente juvenil que repercutiam experiências similares às observadas em outros centros urbanos, mais modernos que Teresina. Essa cultura editorial juvenil com pretensões alternativas buscava repercussão em jornais locais de maior circulação comercial.

As abordagens, de maneira quase unívoca, utilizam como fontes de expressão dessa cultura editorial juvenil os seguintes veículos impressos:

1. *O Gramma* (1972), de caráter totalmente alternativo, artesanal, mimeografado, de reduzidíssima sobrevivência (apenas dois números) e geralmente considerado uma espécie de matriz geradora dessa experiência de militância cultural juvenil em Teresina, nos anos 70;

2. *O Estado Interessante* (1972), considerado o herdeiro direto do *Gramma*, mas publicado como suplemento do *Jornal O Estado*, que integrava o que podemos denominar de *stablishment* editorial do Piauí;

3. *A Hora Fatal* (1972), também um suplemento juvenil do *jornal A Hora* e que, no cenário em questão, colaborou para instituição do campo do jornalismo lítero-estético juvenil ao estabelecer o contraponto editorial com *O Estado Interessante* e, dessa maneira, contribuir para o estabelecimento das condições de geração do capital social legitimador da linguagem estética juvenil no mercado de bens simbólicos locais.

A ideia geralmente predominante, e que podemos aqui definir como canônica é de que os acima referidos veículos impressos, inicialmente independentes, bem como os suplementos jornalísticos que lhes seguiram quase como herdeiros naturais, eram abertamente influenciadas pelos marcos da militância contracultural. Por isso mesmo, teriam representado importantes

cidadelas de resistência alternativa a uma realidade que, tanto do ponto de vista institucional quanto moral, seria sufocantemente repressiva.

Nesse ponto específico, ou seja, o do entendimento atribuído ao caráter repressivo do ambiente sócio-político de manifestação da cultura lítero-estética e jornalística juvenil deve-se, em primeiro lugar, observar um aspecto importante para a compreensão do contexto de disseminação do que a produção acadêmica define como “guerrilhas semânticas” do jornalismo juvenil. Esse aspecto contextual, nem sempre suficientemente destacado e analisado, deveria representar nas abordagens um fator fundamental para compreensão da economia moral e política das referidas manifestações, parece ser estranhamente diferente, senão mesmo distante do tipo de experiência sócio-política e cultural que somos induzidos a inferir sob os auspícios da expressão “anos de chumbo”.

Hipertrofiando uma visão sombria do contexto nacional, a expressão tem exercido forte peso sobre a perspectiva adotada para caracterização do cenário sócio-político piauiense durante esse tão demonizado momento específico da ditadura civil-militar. Isso talvez ocorra por motivos relacionados a um sentimento de vergonha por não se poder apresentar exemplos capazes de figurar como de notória, dignificante e superlativa resistência de sujeitos individuais e coletivos, à repressão política acentuada naquele momento. Ainda, por não se poder sequer afirmar que, em território piauiense, tenham ocorridos experiências de medo e dor dignas de *status* memorialístico. Por ter representado a sociedade piauiense, em termos de comparação aos grandes centros e capitais do país e com sua própria realidade anterior, uma região em que as experiências de modernização tecnológica e infraestrutura tenham sido sentidas de forma impactante e gerado maiores expectativas em relação a um futuro de progresso capaz de alcançar a todos.

Talvez seja mesmo correto reconhecer-se que a experiência histórica da sociedade piauiense, em especial a da capital do

Estado, estivesse muito mais próxima dos termos definidos pela expressão “Milagre Econômico” do que propriamente pelos sentidos associados à expressão “Anos de Chumbo”. Nesse dualismo conceitual do período, balizado pelo binômio medo/progresso, é um fato inegável que a sociedade piauiense recebeu com mais intensidade os efeitos do segundo polo da relação: o progresso.

Algum espírito mais irônico poderá observar que o pouco alcançado, quando comparado ao nada anterior, torna-se muito. Mas é justamente dessas evidências que a reflexão histórica não pode descuidar. Evidências que revelam sua materialidade nas diversas realizações administrativas do período da ditadura militar, capitaneadas pelo então governador Alberto Tavares Silva (1971-1976). Apoiado por uma eminência parda - o então ministro do Planejamento Reis Velloso, também piauiense - o governo Alberto Silva, com a realização de diversas obras, deu considerável impulso à retirada do Piauí da condição de relativo atraso infraestrutura em relação à maior parte dos demais Estados da região Nordeste, contemplada desde a década de 60 por projetos financiados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Diante das mudanças sensivelmente percebidas pela população do Estado e, principalmente da capital, não se tem evidências de fatos que hipertrofiem, para o contexto, a imagem de uma experiência sócio-política ocorrida sob a sombra ameaçadora de um regime ditatorial intolerante e policialesco. Evidentemente não se pode negar que a sociedade brasileira vivia um momento de refluxo das instituições democráticas, fruto de um golpe articulado por elites políticas nacionais associadas a interesses externos, associadas a interesses externos e respaldadas no apoio da maioria do Alto Comando Militar das Forças Armadas.

De maneira contrária ao que ocorreu em qualquer experiência totalitária dos anos 30 na Europa, ou mesmo que ocorria no socialismo real praticado nos países do Leste Europeu, o regime civil-militar adotado no Brasil não buscava construir

para si mesmo uma racionalização coerente e explícita. A base de sustentação autocertificadora do regime era bastante difusa. Não havia um discurso articulado do poder que abertamente procurasse legitimar o autoritarismo de Estado. Havia, igualmente, um conjunto de práticas de caráter antidemocrático e fundadas, muitas vezes, na inesperada generalização do arbítrio, já que o próprio regime negava o seu caráter autoritário. Uma referência mais insistentemente invocada para justificar tais práticas era uma vaga noção de “Segurança Nacional” (ALVES, 2005).

Entende-se, do ponto de vista de uma perspectiva epistemológica coerente, que qualquer estudo sobre o modo de existência reativa de determinados grupos inserido em sociedades autoritárias não pode prescindir de alguns aspectos, como por exemplo:

- 1 A busca de compreensão acerca da relação existente entre o tipo de percepção que tais grupos elaboram sobre essa experiência existencial e o tipo de estrutura autoritária que serve de moldura para essa mesma experiência;
- 2 A partir da percepção condicionada pela experiência, acima mencionada, a ideia que esses mesmos grupos elaboravam para si mesmos o universo de referências que passava a orientar suas práticas de reação ao que entendiam ser uma ordem autoritária.

É importante ressaltar que a forma de «resistência» adotada por determinado grupo a um regime autoritário se dá de maneira orientada tanto pela natureza ideológica e institucional desse regime como também, e principalmente, como esse grupo atribui sentido a essa experiência autoritária. Aplicando esse raciocínio ao caso da juventude que militava em favor de novos valores literários e estéticos, hábitos de consumo de bens simbólicos, atitudes face aos valores sociais e, em grande medida também, à prática jornalística na Teresina dos anos 70, podemos distinguir um conjunto de possíveis diretrizes que poderão servir como mais um

vetor de interpelação historiográfica dessa experiência histórica. Um vetor que, identificamos, têm escapado até o momento à produção acadêmica local.

Entre tais diretrizes figura a necessidade de reconhecimento do tipo de experiência específica que, no Piauí, predominou em relação ao modelo político-administrativo adotado após o golpe civil-militar. Além da experiência de sensível modernização infraestrutura resultante de uma ampliação dos investimentos governamentais no Estado, não cabe falar de um regime político orientado por uma ideologia explicitamente autoritária. É possível reconhecer, outrossim, a pré-existência de uma difusa cultura autoritária que, após o golpe de 1964, deparou-se com as condições políticas e institucionais para sua maior manifestação no campo político, principalmente através da censura estética e moral.

Essa realidade específica do Piauí - que representou um efeito local da realidade verificada em nível nacional após o golpe de 1964 e a implantação do regime civil-militar - tendeu a atribuir às atitudes de rebeldia juvenil um caráter intransitivo. Nessas condições, às reações contrárias à cultura autoritária ampliada em nível local pelo regime, deu-se de uma forma confusa e, também, difusa como o autoritarismo que buscava negar.

Reconhece-se nessas reações de caráter essencialmente literário e estético, um flerte com a contracultura emergente no contexto ocidental, desde o final dos anos 50. Sua intransitividade, porém, ou seja, sua incapacidade de ultrapassar uma forma pré-política de rebeldia, seriam resultantes de três aspectos constituintes da realidade política vivenciada por um segmento da juventude de classe média teresinense:

- 1 Ausência de canais políticos atualizados de expressão do “mal-estar” da juventude de classe média, com a tensão gerada entre modernização social e autoritarismo/conservadorismo cultural do período;

2 Ausência de conceitos e de uma linguagem que permitisse à juventude de classe média teresinense, nos anos 70, identificar com clareza os fundamentos da cultura autoritária/conservadora predominante;

3 Ausência de condições de definição de objetivos claros, e coletivos, e em consequência disso a dificuldade de definir trincheiras seguras capazes de converter a rebeldia pulsante em resistência efetiva.

Essa matriz de abordagem, julgamos, é estranha à produção acadêmica atualmente em curso. Celebra-se, no atual vetor de produção historiográfica sobre o tema, apenas a suposta emergência - representada por esses veículos difusor do “jornalismo juvenil” - de uma nova proposta de prática jornalística vinculada ao campo da arte em pretensa posição de confronto assumido em relação à “arte normal” e à “grande imprensa” de circulação comercial. Concebida como subversiva em relação à lógica dominante no campo da arte e do jornalismo, tal imprensa alternativa seria por isso portadora da capacidade de expressar as transformações verificadas no comportamento juvenil, traduzindo-a sob a forma de uma linguagem literária e artística, e ao mesmo tempo, nortear a constituição de uma identidade estética juvenil orientada pelo signo da ruptura com os padrões comportamentais dominantes.

Em suma, essa produção acadêmica tem compartilhado a construção e reprodução de um mito: o mito de uma revolução estética ocorrida em Teresina nos anos 70, capitaneada por certa “vanguarda juvenil” integrada por um pequeno regimento de jovens intelectuais de classe média os quais, intencionalmente assumindo a condição de *cultural outsiders*, teriam solapado as bases da dominante cultura conservadora aboletada em academias literárias, salões e irmandades culturais bem como nos meios de comunicação de maior alcance junto à opinião pública local.

Aspectos específicos dos cânones acadêmicos sobre a cultura lítero-artística juvenil em Teresina, nos anos 70.

As produções apresentadas como representativas dessa tradição interpretativa e que foram, assim como a produção impressa de autoria da militância lítero-estético jornalística do início dos anos 70 em Teresina, também objetos de nossa análise são as seguintes:

VILHENA FILHO, Paulo Henrique Gonçalves de. *A experiência alternativa d'O Estado Interessante no contexto marginal da década de 70*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, a qual podem a considerar como a precursora do recorte acadêmico atribuído à discussão em torno do tema;

BRANDÃO JÚNIOR, Ernani José. *Um formigueiro sobre a grama: a produção histórica da subjetividade *underground* em Teresina-PI na década de 1970*. 2011. 188 p. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí;

BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. *Torquato Neto e seus contemporâneos: vivências juvenis, experimentalismo e guerrilha semântica em Teresina*. 2012. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí ;

CASTRO, Francisco José Leandro de Araújo. *Virar ao avesso os sentidos: linguagem, micropolítica e (re) apropriação midiática no jornalismo experimental juvenil teresinense nos anos iniciais da década de 1970*, 2014, Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí;

A ausência de uma forma bem definida, para as manifestações culturais abordadas pelos pesquisadores do

tema, contribui para que ocorra uma série de operações epistemológicas calcadas na mitificação de “lembranças” e “narrativas” autocertificadora. Esse universo narrativo, que já integra um cânone historiográfico local, é emoldurado por um conjunto de marcas discursivas que se organizam em torno dos seguintes aspectos:

1. **O cenário:** em que é geralmente destacada a dinâmica sócio-política e a efervescência cultural dos anos 70, naquilo em que o período apresentou de tensional. Por um lado, um universo político dominado por segmentos representativos do conservadorismo social do período e legitimados por instituições dotadas de um grande capital político e simbólico acumulado. Por outro lado, o universo cultural marcado por uma suposta tendência difusa à reação, traduzida principalmente através de um tipo de militância estética com substância política subliminar.

A noção de “resistência cultural”, presente de forma direta ou implícita nos trabalhos analisados, transforma-se em uma espécie de guarda-chuva compartilhado pelos pesquisadores, os quais são induzidos à mesma conclusão. Essa conclusão busca revelar revela que, da produção artística e cultural, teria brotado uma forma autêntica e expressiva de reação ao autoritarismo do período que apresentaria sua dimensão mais opressiva no plano dos valores, costumes e critérios de julgamento normativo das expressão linguística e estética, ou seja, da produção artística e cultural auto situadas no campo das oposições, não propriamente ao regime militar que governou o país no período, mas da contestação ao que seriam as bases autoritárias do sistema sócio-político brasileiro.

2. **O status de marginalidade:** a expressão “marginal” jamais é percebida em sua ambiguidade. Na verdade incorpora sentidos positivos: marginais em relação aos cânones literários e comportamentais dominantes; marginais em relação ao que era produzido e difundido pelo mercado editorial e marginais em relação à vida política dos pais, ou quanto a certo modo de pensar

a política. Em todos os trabalhos, de igual maneira, a referência ao fato de que os movimentos se traduziam em um tipo de militância do e para o público jovem ligado à produção cultural de massa, como que a compor uma espécie de “novo modelo de República Literária”, com novos estilos e performances.

3 Os atores e suas relações: outra evidência, verificável em todos os trabalhos, é o foco nos mesmos sujeitos, apresentados sempre como os arquitetos das rupturas estético-literárias celebradas. Apelando geralmente para o destaque a ambivalência das filiações identitária desses sujeitos, revelam certa dificuldade de aplicação de uma teorização mais profunda, na abordagem dos condicionamentos sócio históricos que interferem no comportamento desses sujeitos sociais. Assim, seria conveniente enfatizar a necessidade de uma análise que considere tanto os condicionantes históricos-sociais que orientam as identidades subculturais em direção a um posicionamento anti-normativo ou ao menos distintivo destes sujeitos, quanto sua dinâmica interior e formas de manifestação, propriamente ditas.

Ao mesmo tempo, no que diz respeito ao processo de construção das subjetividades que legitimam tanto o pertencimento quanto as práticas culturais dos referidos grupos, percebeu-se ser necessário uma maior exploração dos aspectos que os tornam muito próximos das formas culturais de massa e dos imperativos comerciais, que caracterizam o “capitalismo editorial” (Anderson, 2008). A necessidade de promoção desta última ênfase, explica-se por sua importância na viabilização mesma das afiliações identitárias estudadas, o que impõe o reconhecimento de sua centralidade no campo de pesquisa das subculturas juvenis.

Essa percepção de que ocorre um alinhamento das subculturas juvenis com o capitalismo editorial, representa um importante veio de explicação da prevalência de comportamentos alternativos em lugar de uma postura propriamente oposicional em relação à lógica de inserção numa realidade culturalmente

globalizada e mundialmente universalizada pelo mercado. Por esse viés, o desafio de compreender as formas pós-modernas de sociabilidade e expressão estética juvenis, significará estar menos disposto a enaltecer as ‘maravilhas’ das subculturas urbanas, e um pouco mais disposto a explorar as mesmas como um sintoma da natureza fragmentada e fraturada da vida contemporânea.

Assim, para esses pesquisadores, a teoria das subculturas, melhor apropriada, superestima o potencial criativo das manifestações estéticas juvenis, sem, entretanto, desconsiderar os demais aspectos da vida cotidiana que vão, de maneira dinâmica, definindo e redefinindo o próprio conceito de juventude, evitando-se dessa maneira que se posicione erradamente em relação às subculturas, como se estivessem em oposição às formas culturais mais conservadoras e, ao mesmo tempo, guardassem independência em relação aos imperativos da indústria cultural e da sociedade de massa. É dessa maneira que, entende-se, se chega ao sentido da expressão, utilizada por Bourdieu (2005) de que “a juventude é apenas uma palavra”.

4. O enfoque culturalista autocentrado: de maneira geral, a abordagem que cada uma das produções analisadas apresenta do tema pesquisado, revela associação com uma forma de culturalismo que assume a experiência – ou o ambiente do vivido – como o espaço privilegiado, com interesse bastante limitado por uma caracterização mais cuidadosa da estrutura social vigente. Na verdade, é como se os estudos operassem em fusão e identificação absoluta com seu próprio objeto de análise, tornando-se, eles próprios, uma espécie de partidário do consumo de um produto produzido para tal, tornando a “cultura juvenil” um expediente para sua própria celebração.

5. Ausência de cuidado com a teoria estética: corolário ou principal indício de “populismo cultural”, essa ausência não permite perceber que a militância lítero-estética, jornalística e estudantil se propõe, como qualquer movimento estético e cultural

e a despeito de sua autodefinição como movimento “marginal”, a configurar certo tipo de pedagogia aplicada aos conceitos de arte e cultura e dirigido a um público em especial, como a buscar reproduzir a mesma ideia, sempre presente com relação à arte, que compreende o conceito dentro de um imaginário social. Essa compreensão se reflete na crença na existência de certo “dom”, específico, para se produzir e praticar a “vivência artística”.

Conclusão

As concepções elaboradas sobre juventude costumam estar associadas a duas ideias básicas, principalmente quando se trata das modernas sociedades. Primeiro, pode-se considerar a juventude uma fase de transição no ciclo da vida, da dependência que caracteriza a infância à autonomia da vida adulta. Uma segunda, que amplia a definição para o campo da cultura, mas que tende a naturalizar certa modalidade de comportamento atribuí aos jovens uma pretensa predisposição natural para formas rebeldes de comportamento, como se fossem naturais portadores de uma proposta revolucionária. Em certa medida, uma intenção que subjaz o tema dessa reflexão é a de demonstrar o caráter falacioso desta segunda noção.

A segunda concepção, que atribui à juventude a condição de passagem, reconhece que, por supostamente se tratar de um período de transformações e buscas por definições identitárias, de caráter valorativo, bem como de formas típicas de comportamento e ação, faz derivar a igual crença de que a intensidade e arrojamento julgado característico do momento, incorpora-se, necessariamente, à produção cultural elaborada interior desse grupo. Esta parece ser uma crença evidentemente compartilhada pela produção acadêmica local, a qual invariavelmente tende a cultuar aspectos como arrojo criativo, subversão estética e transgressão comportamental nas abordagens em torno das experiências culturais da juventude de Teresina nos anos 70.

A resposta mais evidente que se procurou delinear acerca dessa postura, sugere que tal reconhecimento, embora dotado do devido valor histórico, não pode estar centrado apenas numa concepção metafísica de juventude. Uma concepção centrada em si mesma. Como também não pode limitar-se a uma abordagem do processo de produção cultural juvenil, como se este fosse dotado de uma total autonomia em relação aos imperativos de uma modernização socioeconômica que, embora tardia e tímida no território piauiense, representou a necessária condição objetiva para as celebradas transformações verificadas em nível da subjetividade juvenil, e corretamente apontadas como “desvios” pela tradição ameaçada.

Um julgamento que, todavia, não refletia apenas o conservadorismo de valores de um modelo social em processo de superação, mas também uma moderna preocupação com o risco de suspensão ou retardamento da camada de “jovens desviantes” nas funções da vida social, como por exemplo o trabalho, as obrigações e compromissos familiares, econômicos e civis. Carecem os trabalhos de um maior aprofundamento da abordagem do problema a partir dessa perspectiva: a das instituições de controle e sua capacidade de absorção das inquietações afloradas na superfície social, pelo protagonismo juvenil em voga no período. Um protagonismo que, ressalte-se, deve ser compreendido em termos mais qualitativos que quantitativos, pelos menos naquilo que diz respeito à realidade teresinense.

Pela ótica das abordagens, na medida em que tendem a naturalizar o “desvio” estético e comportamental dos sujeitos estudados, somente foram considerados efetivamente “jovens” (como condição social, para além da definição meramente etária) aqueles que podiam viver tal suspensão, proteção e preparação – quase exclusivamente, portanto, os jovens das classes médias e altas, caracterizados principalmente por sua condição de estudante. Os jovens das classes populares, tendo de trabalhar e interrompendo os estudos muito cedo, ou a eles nem tendo

acesso, ficaram excluídos dessa construção, como se vivessem a juventude em negativo.

Por sua vez, tende-se ainda a uma forte ênfase, por omissão silenciosa, à subjacente ideia de que a ausência de compromissos sociais já estabelecidos - produto da “suspensão” temporária das funções e responsabilidades, em decorrência da “transição - igualmente induziria os jovens a uma maior disponibilidade às mudanças cultural e política. O fato porém é que a fluidez de sentidos já é amplamente admitida por aqueles que se propõem a admitir o que é ser jovem bem como sobre o que vem a ser a produção cultural representativa da juventude (BOURDIEU, 2005; SEGDWICK, 2010; TROPPO; 2011).

Torna-se, então, pertinente esclarecer que quando se utiliza da expressão juventude na busca de explicação para fenômenos políticos e culturais relacionados a essa categoria, a palavra presta-se a manipulações de todo tipo, inclusive àquelas que eliminam a pluralidade de experiências, pela repetição quase automática de padrões interpretativos, geralmente aplicados aos mesmos sujeitos e às mesmas situações.

Conceituando juventude, Bourdieu (2005) chegou a afirmar tratar-se apenas de uma palavra, buscando com isso destacar a propriedade relacional do conceito. Reforça-se com isso a compreensão de que é na prática que os conceitos assumem seu sentido e operacionalidade distintiva e, no caso da produção sobre juventude presente nas dissertações cuja leitura serviu de fundamento para as presentes reflexões, a relação determinante para a cristalização de uma noção instrumental e excludente é com os cânones epistemológicos cultistas, que vêm ao longo do tempo sendo reproduzidos pelos sucessivos pesquisadores que se debruçaram sobre as “vanguardas juvenis” que protagonizaram a construção de um mito geracional em Teresina. Um mito que, atualmente, ocupa lugar de destaque no olimpo acadêmico.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. Bauru-SP: Edusc, 2005.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BASTOS, Claudio. *Dicionário histórico e geográfico piauiense*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A juventude é apenas uma palavra*. IN: Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero. 2005. pp. 112-121.

DREYFUSS, Renée Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 2001.

EDGARD, Andrew; SEDGWICK, Peter. *Teoria Cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo*. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

ELIOT, T. S. *Notas para a definição de cultura*. São Paulo: É Realizações, 2011.

GROPPO, Luís Antônio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel. 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TAVARES, Zózimo. *100 fatos do Piauí no Século XX*. Teresina: Halley, 2000.

VALE JUNIOR, João Batista. *Longe demais das capitais ? : cultura política, distinção social e movimento estudantil em Teresina-PI (1935-1984)*. 2010. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense.

Dissertações consultadas

BRANDÃO JÚNIOR, Ernani José. *Um formigueiro sobre a grama: a produção histórica da subjetividade underground em Teresina-PI na década de 1970*. 2011. 188 p. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí; 2011.

BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. *Torquato Neto e seus contemporâneos: vivências juvenis, experimentalismo e guerrilha semântica em Teresina*. 2012. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, 2013.

CASTRO, Francisco José Leandro de Araújo. *Virar ao avesso os sentidos: linguagem, micropolítica e (re) apropriação midiática no jornalismo experimental juvenil teresinense nos anos iniciais da década de 1970*, Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, 2014

VILHENA FILHO, Paulo Henrique Gonçalves de. *A experiência alternativa d'O Estado Interessante no contexto marginal da década de 70*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

TEATRO COMO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA: TRAJETÓRIA DE PESQUISA E ESCRITA NOS PALCOS BRASILEIROS DE BENJAMIM SANTOS (1958-1990)

Francisco de Assis de Sousa Nascimento¹

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a relação entre Teatro e História e/ou História e Estética fazem parte de meus interesses de pesquisador há aproximadamente quinze anos. Os primeiros contatos com este campo de pesquisa aconteceram por conta de um projeto cultural, solicitado pelo SESC Piauí, denominado: *Dramaturgia, leituras em cena*. A solicitação foi para cartografar a vida e a obra do dramaturgo piauiense que foi homenageado, por meio da leitura encenada dos seus textos de teatro infantil, nos idos de 2005. Para além da ilusão biográfica de um homem de teatro, o compromisso foi analisar as produções culturais e as tensões sociais na segunda metade do século XX. Começou dessa maneira minha trajetória de pesquisa e minha inserção como historiador do teatro.

Não foi uma trajetória tranquila, pois necessitei de uma gama de saberes relacionados ao labor do teatro, aos estudos de

¹ Doutor em História Social – UFF; Pós Doutor em História pela PUC-SP; Professor Associado II da Universidade Federal do Piauí e Pesquisador do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – PPGHB/UFPI. E-mail: franciscoufpi@gmail.com

performance e encenação, às análises literárias e especialmente, à crítica teatral. Também foi necessário relacionar e operacionalizar diversos conceitos utilizados pelos historiadores culturais, como representações, práticas, apropriações, táticas, estratégias, cotidiano, cultura popular, cidades, memória, poder, saber, dentre outros. Nesse sentido, aproximei-me de pesquisadores da história que integram o Grupo de Trabalho (GT) de História e Teatro da ANPUH (Associação Nacional de Pesquisadores em História), liderado pelas professoras Kátia Paranhos, da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Vera Colaço, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS e Henrique Gusmão, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Do resultado deste encontro fortuito entre a História e o Teatro, analisando as histórias de dramaturgos, atores, atrizes, encenadores, arranjadores, cenotécnicos, diretamente relacionados aos conflitos sociais, montagens de shows e espetáculos, modernização do teatro brasileiro, festivais nacionais profissionais e amadores, concursos de textos literários, censura nos anos de chumbo, produzi e defendi uma tese de doutoramento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense – UFF, no ano de 2009, favorecendo a inserção no campo de conhecimento mais amplo, que posteriormente foi aprofundado no estágio de pós-doutoramento, realizado na PUC de São Paulo, sob a gentil supervisão da professora Yvone Dias Avelino.

A preferência do dramaturgo Benjamim Santos e sua relação com o teatro, enquanto campo de pesquisa e atuação artística, ocorreu por um motivo singular. Trata-se de um piauiense que enalteceu por meio da arte sua terra e sua gente, constituindo-se como sujeito simulacro, um corpo comunicante de sentidos, um dramaturgo convicto da identidade de pertença a um lugar, que não busca os holofotes ou honrarias, mas que valoriza as amizades, as experiências sociais, as cidades onde viveu e produziu as diversas formas de arte, as manifestações culturais e, especialmente, o seu povo. Sua contribuição no campo da cultura

é diversificada, abrangente e atemporal, por isso há sérios riscos em identificá-la, analisá-la, enquadrá-la em modelos estéticos, mesmo assim aceitamos o desafio, para fazer justiça histórica e não deixar nas zonas do esquecimento aquele que é digno de nossos mais efusivos aplausos em vida.

O dramaturgo escolhido, pelo qual nutrimos afeto confesso, sem nenhum prejuízo à análise histórica, viveu e produziu arte em diversas cidades brasileiras, além de ter residido em períodos diferentes em Paris, capital da França nos anos de 1980. Essa experiência social contribuiu para descortinar diversas possibilidades de entendimento da cidade, enquanto espaço de consumo. Como caminhante inquieto percorreu as cidades, flanando por elas, respirando seus cheiros, sentindo sua singularidade, seu desenho geográfico, o *modus vivendi*, as formas de resistência dos pobres e opulência das ricas edificações, constituindo por meio das trajetórias, as vivências militantes, os gostos, as sensibilidades patrimoniais, o apurado olhar apreciador.

Há que se destacar que o próprio dramaturgo, experimentado pela vida e amante da sabedoria, não possui vaidade. Para ele o espírito humano é translúcido e inteligível. Suas amizades contemplam desde os pobres garis até os influentes juristas e empresários; analfabetos a professores universitários, que colecionam títulos acadêmicos; magarefes, que transportam carnes na cabeça, a herdeiros dos sobrenomes tradicionais da cidade; representantes de toda diversidade de orientação sexual, credos, raças e condição social. A todos respeita e valoriza e aos mais próximos acolhe com um beijo, como gesto de ternura e carisma. Entretanto, não é fácil conquistar seu afeto, pois Benjamim escolhe com critério aqueles a quem convida para frequentar sua casa e o seu coração.

Em sua trajetória de vida, foi colocado defronte dos maiores dramaturgos e artistas do Brasil de sua geração, como Ariano Suassuna, Leda Alves e Hermilo Borba Filho, seus mestres e amigos de uma vida, do período que residiu na cidade do Recife.

Sua história de vida é um testemunho do **direito à cidade**, que deve ser compartilhado por todos e a todos possibilitar a unidade, a harmonia e a vivência dos bens culturais. A cidade do Recife é honrada com sua contribuição para a dinamização cultural, para a serenidade dos espectros que habitam ruelas e becos antigos, reclamando seu nome na história, e para singularizar os colaboradores de uma nova ordem social, mais justa e democrática.

Demais cidades que também fazem parte de sua inserção no campo artístico são problematizadas. Suas históricas tornam-se dramaturgia e encenação. Parte do seu repertório é recepcionada pela crítica dos jornais, pelo diálogo pós-espetáculo, pelo cotidiano refletido em gestos evocados e falas pronunciadas em tom teatral e na mudez das consciências transformadas. Dessa forma, o teatro cumpre seu papel nas cidades, sendo nelas encenado e delas se alimentando continuamente. A cidade torna-se palco e componente teatral encenado.

O cidadão das cidades teatrais

Benjamim nasceu na cidade de Parnaíba em 04 de julho de 1939, filho de Neusa da Fonseca Lima e Benedito dos Santos Lima. Na infância, recebeu significativa influência artística e cultural da estética do teatro mambembe ou nas residências, das encenações nas igrejas ou nas escolas, mas também do circo itinerante, do bumba-meu-boi, das quadrilhas juninas, da música popular e pela produção literária dos almanaques da Parnaíba, sendo que seu pai –Benedito dos Santos Lima, conhecido pelos amigos como Bembém- foi fundador e editor daquele periódico durante as primeiras décadas do século XX.

Foi na infância acometido pela paralisia infantil, que lhe deixou sequelas na perna direita, o que, em anos posteriores, provocou diversas quedas e a necessidade de submeter-se a algumas cirurgias ortopédicas. Estes episódios fizeram com que ficasse cada vez mais recluso em sua residência, à Avenida Getúlio

Vargas, no centro de Parnaíba, estado do Piauí. Mesmo assim, não nega ajuda aos estudantes de ensino básico, de graduação e pós-graduação, que, em suas pesquisas sobre temas diversos, especialmente, sobre história e cultura de Parnaíba, batem à sua porta, o procuram pelas redes sociais, enviam e-mail ou telefonam para ele.

Sobre seu genitor – Benedito dos Santos Lima - e contribuição no cenário cultural parnaibano, o historiador Josenias dos Santos Silva explica que:

Um dos fatores que contribuíram para o sucesso dessa empreitada editorial de Benedito dos Santos Lima, ao lançar, aprimorar e manter a regularidade da publicação do *Almanack da Parnahyba*, foi justamente a existência de uma gama considerável de casas comerciais e pessoas dispostas a pagar por anúncios publicitários. É o caso, por exemplo, das empresas de navegação Rossabach Brazil, Booth & Co. Ltd, Werner Schluemann, Lloyd Brasileiro, etc. e das famílias Clark? (inglesa) e Jacob (francesa), donos da Casa Inglesa e da Casa Marc Jacob, respectivamente; além de outro grande número de empresas nacionais que logo aderiram ao marketing publicitário do Almanack. (SILVA, 2014, p. 83)

Sua itinerância pelas cidades históricas começa aos 18 anos, quando Benjamim Santos mudou-se para Recife, onde estudou direito na famosa Faculdade de Direito - celeiro intelectual suntuoso e denominada por muitos juristas como Casa de Joaquim Nabuco - localizada no centro histórico daquela cidade.

Mudou-se para Olinda, com o objetivo de estudar Filosofia, no Seminário Regional do Nordeste, onde foi aluno de Ariano Suassuna, a quem sucedeu como professor na cadeira de Estética, por indicação do próprio mestre Suassuna. No Seminário de Olinda, iniciou a carreira de diretor, tendo dirigido os seguintes espetáculos: *Crime na Catedral*, de Eliot e *Quase Ministro*, de Machado de Assis.

Vale ressaltar que no final da década de 1950 o teatro brasileiro já passava por franco processo de modernização estética e a peça de Ariano Suassuna, *Alto da Compadecida*, projetou seu

escritor como um dos mais importantes dramaturgos brasileiros daquele período.

Ainda no Seminário, Benjamim Santos constituiu-se como dramaturgo ao redigiu seus primeiros textos de espetáculos e shows teatrais. Em Recife, Benjamim Santos fez parte de importantes grupos e movimentos culturais em finais dos anos de 1950 e começo da década de 1960, culminando com o processo de modernização do teatro nordestino, inserindo-se no grupo denominado por alguns estudiosos da dramaturgia como *Geração de 65*. Também criou um grupo denominado Construção, que montou o Espetáculo *Cantochão*, sob sua direção.

Cantochão pode ser entendido como espetáculo caracterizado como “teatro engajado”, problematizando os conflitos sociais, as disputas de poder, a tomada de consciência da realidade por meio do teatro, da interação dialógica. A proposta dramática assemelhou-se ao show *Opinião* que foi montado na cidade do Rio de Janeiro, com participação de Nara Leão, Zé Keti e João do Vale.

Vale ressaltar que as instituições formativas de ensino superior (laicas e eclesiais) frequentadas por Benjamim em Pernambuco, agregando saberes à sua base cognitiva, constituíam, na primeira metade do século XX, os grandes centros formadores dos intelectuais do Nordeste Brasileiro, notadamente das classes abastadas do Estado do Piauí e das famílias ilustres de Parnaíba. O desejo de ter um filho “doutor” e outro sacerdote era recorrente nas predileções familiares, como forma de prestígio social. No caso de Benjamim, a escolha foi sua e nenhuma das opções o seduziu. Preferiu fazer teatro, jornalismo e literatura. Tornou-se um dramaturgo fortemente influenciado pela estética do teatro nordestino, sem esquecer Parnaíba, a cidade que continuou a inspirar sua produção dramática, como se pode notar na carta enviada a Tarciso Prado, seu amigo de infância, que residia em Parnaíba:

Assim é que tenho vivido, meu amigo. Meio só. Acabrunhado, às vezes. Tentando fazer uma literatura que se torna cada dia mais

difícil, principalmente agora, que “ficou chato ser moderno”, agora que parece difícil ser simples, emotivo, e talvez nem haja mais lugar para a sensibilidade. Bem, tenho escrito alguns contos e uns poemas, além de uma peça (1 ato) que já está pronta, que trata sobre que(sic) questões de armamento nuclear (uma bomba atômica cai em Parnaíba e, não explodindo, deixa no povo a esperança de tornar-se assim mais uma das grandes potências nucleares do mundo). Veja você [...] (SANTOS, 25. Abr., 1967, apud. CAVALCANTE JUNIOR, 2014, p. 2)

Em Recife, Benjamim inventou-se como homem do teatro, desenvolvendo uma subjetividade arrojada, inquietante, sensível, mas também engajada nas questões sociais, transformadora. Por isso, dentre diversos trabalhos, foi colaborador do Projeto de Educação de Jovens e Adultos, idealizado pelo professor Paulo Freire, atuando no Departamento de Extensão Cultural da Universidade de Pernambuco, antes da deflagração do Golpe Civil Militar em 31 de março de 1964. Com a Ditadura Militar, os idealizadores da *Pedagogia da Libertação* e da *Pedagogia do Oprimido* foram exilados, e Benjamim tornou-se alvo dos militares, até que mudou de residência para o Rio de Janeiro, após a promulgação do Ato Institucional Nº 05, em 1969.

Em Pernambuco, Benjamim Santos também montou diversos espetáculos teatrais e shows musicais, atuou no TPN (Teatro Popular do Nordeste), auxiliou o consagrado teórico do teatro, Hermilo Borba Filho e conviveu com Leda Alves, esposa de Hermilo, e diversos outros atores pernambucanos. Vale ressaltar que as principais influências teatrais de Benjamim Santos foram a proposta de encenação elaborada por Hermilo Borba Filho e a dramaturgia de Ariano Suassuna, integrando-se ao projeto de criação e renovação de um teatro nacional, que tinha o Nordeste como enfoque central. Participou, assim, de uma experiência de geração, explicada por Gilberto Velho, em que os sujeitos sociais “transitam entre os domínios do trabalho, do lazer, do sagrado etc., com passagens, às vezes, quase imperceptíveis. Estão na intersecção de diferentes mundos [...], em função de um código relevante para suas experiências.” (VELHO, 1994, p. 17).

Como assistente de direção de Hermilo Borba Filho, ajudou a montar os espetáculos *O Inspetor*, de Gogol; *Um inimigo do Povo*, de Ibsen; e *o Santo Inquérito*, de Dias Gomes. Logo depois dirigiu dois espetáculos para o grupo: *Antígona*, de Sófocles, que teve a tradução do seu amigo Ariano Suassuna, e *Andorra*, de Max Frish. Naquele período também dirigiu os shows de música popular com cantores de Recife, com destaque para Paroli, Paroliado, com Zélia Barbosa e Carlos Reis.

Na década de 1960, Benjamim Santos atuou também no jornalismo, escrevendo as críticas de teatro na coluna cultural do *Jornal do Comércio* de Pernambuco. Por meio de suas críticas, é possível cartografar as montagens de espetáculos de Recife, as peças, cenários, autores, atores e atrizes, as representações e a estética da recepção. O período em que esteve atuante na crítica teatral foi fértil e possibilitou uma série de aprendizados. Seus principais textos, publicados anteriormente nos jornais, foram inseridos em um livro intitulado pelo autor como *Conversa de Camarim*.

O período de maior pujança da produção teatral de Benjamim aconteceu no Rio de Janeiro, na década de 1970, motivo pelo qual recebeu diversos prêmios, pelo menos os mais importantes da década, inserindo-se assim no cenário teatral nacional. Foi na cidade do Rio de Janeiro que dirigiu artistas como Elba Ramalho, Zélia Barbosa, Verônica Sabino, Kleiton e Kledir, Ângela Maria, Nara Leão, MPB-4, Grande Otelo, João Bosco, Marlene, Elke Maravilha, Stepan Necessian, Ademilde Fonseca, Carmem Costa, Conjunto Coisas Nossas, Dominginhos, Francis Hime, Henrique Cazes, Márcia Cabral, Maria Lúcia Godoy, Miltinho, Miúcha, Olívia Hime, Roupas Nova, Tânia Alves, Wanderley Cardoso, Geraldo Azevedo, Cristina Buarque, dentre tantos outros.

Dentre os vários livros de que é autor, destacam-se: *Auto de Santo Antônio* (Editorial Paulinas); *Sedução de Paris* (Editora Gryphus); *Paixão de Cristo* (Editorial Paulinas); *Hemingway e Paris* (Editora Gryphus); *Conversa de Camarim* (Fundação Casa da Cultura do Recife).

Benjamim possui também textos inéditos sobre a História do Teatro Infantil brasileiro e diversos espetáculos, romances, escritos com habilidade e clareza, que lhe são peculiares. Para ele é necessário contemplar o entendimento dos leigos e doutores no ofício das letras.

Benjamim Santos consagrou-se como um dos integrantes da renovação do Teatro Infantil vivenciado no Rio de Janeiro, durante a década de 1970. Foi um movimento renovador do teatro que se fazia até então e que era dominado, em grande medida, por autores como Maria Clara Machado. Durante duas décadas foi protagonista desse movimento, ao lado de Sylvia Ortof, Ylo Krugli, Maria Lourdes Martini, Bia Bedan, Maria Lúcia Lacerda.

Sua produção dramaturgica recebeu inúmeras críticas favoráveis, dentre as quais da consagrada escritora e crítica de teatro Ana Maria Machado, que posteriormente se tornou sua amiga e incentivadora no movimento de modernização do teatro infantil brasileiro. É da autora a afirmação de que “Benjamim era o Ariano Suassuna do Teatro infantil”. Mesmo fora das rodas sociais e do circuito cultural do Rio de Janeiro, Benjamim Santos é lembrado com admiração, pela qualidade de seus textos e pelo profissionalismo que caracterizaram sua atuação no teatro.

A produção dramaturgica de Benjamim foi bastante premiada. Foram seus principais destaques: *Senhor Rei*, *Senhora Rainha*; *Os Três Mosquiteiros*; *Viagem Sideral*; *O Castelo das Sete Torres*; *A Loja das Maravilhas naturais*; *A Donzela Foi à Guerra*; *O Pavão Misterioso*; *O Príncipe do Piauí*; *A Princesa do Mar sem Fim*. A respeito desse último espetáculo, afirma Ana Maria Machado:

Poucos espetáculos para crianças têm a carga de brasilidade que apresenta a *Princesa do Mar sem-fim*. O texto se inspira na poesia popular dos folhetos de cordel nordestinos e tem a marca de boa qualidade que caracteriza toda a obra escrita de Benjamim Santos, assinalada pela poesia e pelo indiscutível domínio das ferramentas verbais. Cenicamente, esta é a montagem que há anos Benjamim devia ao público, sempre tendo que se contentar com uma produção bem inferior ao texto. Agora as coisas mudaram. Marcações criativas, música ao vivo de nível, elenco

seguro se somam à riqueza da palavra e à intensa beleza visual das máscaras de Marie Louise Nery e do cenário de figurinos de Kalma Murtinho para criar um delicioso momento teatral. Com sabor de Nordeste e cheiro de povo. Com acabamento artesanal, no melhor sentido do termo. Com inventiva e respeito à criação popular. Com ingenuidade e engenho. Sobretudo, com talento e respeito pela criança e pela cultura brasileira. Um espetáculo a ser visto com carinho. (MACHADO, 1978)

Durante sua permanência no Rio de Janeiro, mesmo com um clima de conflitos permanentes e tensões que respingavam de diversas formas nos palcos da cidade maravilhosa, o Rio não perdia seu encanto, sua sedução, o fascínio que envolvia os que lá moravam e por lá passavam. “O Rio de Janeiro continua lindo”, como afirmou o poeta.

Parnaíba, Recife, Rio de Janeiro são cidades que constituem os cenários teatrais, representados em sua imensa texturologia, “uma cidade-panorama é um simulacro teórico (ou seja, visual), em suma um quadro que tem como condição de possibilidade um esquecimento e um desconhecimento das práticas”. (CERTEAU, 2007, p. 171).

As cidades, dessa maneira, indicam formas de linguagem, numa relação dialógica, pois o observador também interage intervindo no espaço e construindo sensações, como forma de sentir os objetos, formas e significados, seus efeitos internos, e as percepções elaboradas e gerenciadas conscientemente.

As cidades, na obra do dramaturgo Benjamim Santos são essenciais, pois oferecem possibilidades para entendimento das subjetividades, das sensibilidades, das flanâncias do artista, dos lugares que frequentou, das pessoas com as quais conviveu, das influências estéticas e das manifestações políticas vividas em cada lugar, dos acontecimentos que singularizaram cada encontro ou partida, as práticas, representações e apropriações, conforme explica o teórico francês Roger Chartier.

Ainda vivendo no Rio de Janeiro, nas décadas de 1980 e 1990, o dramaturgo elaborou diversas peças teatrais, que foram montados ao ar livre, nos Arcos da Lapa, no Largo da Carioca, na

Cinelândia, na Praia de Copacabana e em vários outros pontos da cidade: *Paixão de Cristo*; *Auto de São Sebastião*; *Auto de Corpus Christi*; *Auto de Natal*; *Revista Proclamação da República*; *Auto do Frei Galvão*; *Auto de São Francisco*; *Sonata de Santa Cecília*; *Domingo de Ramos*; *A Revolução Francesa*; *Romance de São Jorge*... Pelo conjunto da obra, de significativa conotação religiosa, tendo sido montado pelo diretor de teatro Ginaldo de Sousa, Benjamim Santos recebeu o Prêmio Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, entregue pelo representante da Arquidiocese do Rio e Janeiro.

Na década de 1990 apaixonou-se por outra cidade, que possuía certa vinculação à cidade onde nasceu, e de onde ouviu falar do vice-consulado francês, dos empreendimentos da família Marc Jacob e das empresas de comércio, de autores da literatura francesa, dos grandes escritores, dos heróis e heroínas, a exemplo da Santa Joana Darc, que o inspiraram a escrever biografias, como de Ernest Hemingway, e uma extraordinária análise da cidade, intitulada *Sedução de Paris*. O lançamento aconteceu no centro cultural de Ipanema. O prefácio da obra foi feito por um representante do consulado francês Romaric Sulger Büel, que, juntamente com sua família, fez-se presente na cerimônia de lançamento.

Paris foi sua nova grande paixão urbana. Uma cidade de fascínios históricos, elegantes edificações, museus, palácios, avenidas, por onde passaram exércitos gloriosos e combalidos soldados derrotados, que testemunharam as glórias napoleônicas e a invasão dos nazistas, uma cidade de muitas histórias, movimentos artísticos de vanguarda, universidades famosas, personagens e ensinamentos, cosmopolita e tradicional, que despertaram em Benjamim Santos profunda identificação.

Nos anos 2000, Benjamim regressou à cidade de Parnaíba, sua cidade natal, depois de quase 40 anos distante do cenário parnaibano. Logo no começo da década, conheceu os jovens e veteranos atores da cidade. Havia os grupos de teatro *Metáfora*, *Grupo TECO do Colégio Objetivo*, *Grupo Garatuja*, *J. W. Produções*, *Cia Vector de Espetáculos*, *Trupe Skene*, *TACS*, *PES*

(Perseverantes do Espírito Santo), dentre outros. Muitos atores eram amadores e tiveram a iniciação do teatro nas escolas ou por intermédio do SESC (Serviço Social do Comércio), que mantém um setor de expressões artísticas, que elabora projetos financiados pela coordenação nacional de teatro da entidade, com o objetivo de proporcionar a montagem de espetáculos, oficinas, palestras e cursos de formação de atores, nas capitais e principais cidades dos estados brasileiros.

Depois que voltou a morar na Parnaíba, onde chegou no ano 2000, Benjamim Santos foi criador e curador do Museu do Trem do Piauí, na Parnaíba, em 2002; criador e curador da exposição Viva meu Boi de São João, no SESC Avenida, em 2007; foi homenageado pela Prefeitura Municipal de Teresina, através da Fundação Monsenhor Chaves, que deu seu nome ao Concurso Nacional de Monólogos de 2005, com o Prêmio Benjamim Santos; montou a Exposição Benjamim Santos - 40 anos de teatro Profissional, na Casa da Cultura, de Teresina, organizado pela Fundação Monsenhor Chaves, no período de 5 a 10 de julho de 2005.

Ao chegar à cidade, Benjamim Santos envolveu-se profundamente com a “cultura popular”, colaborando na realização de folguedos juninos, publicando livros sobre o bumba-meu-boi, festas de carnaval na avenida, elaborando de forma colaborativa os regulamentos, concursos, critérios avaliativos, coordenando reuniões com os mestres da cultura popular, dentre outras providências. Também por sua iniciativa, fora criada uma liga de bois, associação de quadrilhas juninas, com regimento próprio e razão social, objetivando a captação de recursos de editais públicos e patrocínios privados.

Atendendo ao convite do médico Paulo Eudes Carneiro, então prefeito da cidade (2001-2004), trabalhou como assessor técnico da Secretaria de cultura de Parnaíba, tendo inclusive assumido a pasta como secretário municipal por alguns meses, período em que idealizou o Projeto Tenda Rock, que congregou as bandas de rock de jovens e veteranos artistas, a partir de uma

enorme tenda montada na praça do Trem, com arquibancada e palco para apresentações musicais. Por lá passaram bandas locais, regionais e nacionais, além de apresentação de músicos e cantores que seguiram carreira solo. Foi um período profícuo de divulgação das bandas e artistas locais, estímulo a organização de bandas das escolas, pois havia onde se apresentarem, realização de festivais de música, encontro de bandas etc.

Talvez as principais contribuições tenham sido a curadoria, a idealização e criação do Museu do Trem de Parnaíba, inaugurado em 2002, reunindo um acervo amplo, numa antiga edificação que pertenceu à Estrada de Ferro do Piauí. Fizeram parte do acervo uma grande quantidade de fotografias, objetos de memória, aparelhos telefônicos, capacetes, roupas, sinos, taquígrafos, faróis, relógios de parede e outros objetos que são encontrados nas dependências do museu. Para a historiadora Leda Rodrigues Vieira,

No acervo material deste museu, podemos encontrar um aparato completo que auxiliava os operários e passageiros da ferrovia como uma estação de passageiros, pátio de manobra, inspetoria de transportes e comunicação, arquivo, almoxarifado, posto médico, tipografia e uma oficina de manutenção das linhas férreas, da locomotiva, dos vagões, locomóveis, gôndolas, trollers, etc. Além de fotografias que retratam a história da ferrovia (do primeiro engenheiro, Miguel Furtado Bacelar, das antigas locomotivas, de operários, do universo do trabalho, etc.) e equipamentos de apoio da estação e dos funcionários (relógios, cadeiras de passageiros, telefones, carimbos, alicates perfuradores de passagens, carregador de bateria, relógio de pressão, tacógrafo de locomotiva, máquinas de calcular, dentre outros). (VIEIRA, 2009, p. 9)

Outro destaque para atuação de Benjamim Santos na cidade de Parnaíba foi a curadoria e organização do *Jardim dos poetas*, edificado no centro histórico de Parnaíba, onde funcionou o antigo terminal de ônibus. Dentre os principais destaques do Jardim há uma mureta central em forma de onda, onde constava uma frase do poeta parnaibano Alcenor Candeira “Parnaíba não

é uma palavra fluvial a martelar-me a memória, é uma cidade inteira dentro de mim [...]” (CANDEIRA, 2014, p.10)

Também havia, no jardim, o histórico dos principais poetas que viveram na Parnaíba, dados biográficos, fragmentos de poesias, identificação das escolas literárias às quais estavam inseridos. Tudo grafado em placas metálicas, localizadas em pilastras, sombreadas por ipês de diferentes cores. Infelizmente o Jardim dos poetas fora esquecido pelo poder público municipal, como medida política sucessória e aniquiladora da memória dos antecessores, muito comum no Brasil “republicano”.

A sensibilidade artística de Benjamim Santos vai além das edificações, dos marcos históricos da memória e atinge zonas profundas da sensibilidade humana. Sua vida e sua arte são testemunhos da capacidade de superação do espírito humano, da mudança pela arte, dos laços afetivos que podem unir pessoas e projetos, contribuir para transformar sonhos em realidades.

No ano de 2006 foram montados diversos textos de Benjamim Santos, pelos grupos da cidade, sendo que o dramaturgo foi homenageado no festival realizado na cidade de Teresina, capital do Estado, e no Projeto do SESC *Palco Giratório: leituras em cena*. Sobre os objetivos do projeto e sua relevância, Maron Emile Abi-Abibb, diretor geral do departamento nacional do SESC expõe que:

No âmbito da cultura o SESC apoiou projetos capazes de contribuir com o enriquecimento intelectual dos indivíduos, dotando-os de consciência mais ampla a respeito de seu papel no mundo, independentemente de suas condições de origem e formação. Circulando por várias cidades, nas capitais e no interior, o projeto promovendo acesso a espetáculos de qualidade, em diferentes gêneros: dança, teatro e circo. Além disso, colabora para a divulgação do trabalho de profissionais provenientes de todo o país e gera emprego para os inúmeros trabalhadores que atuam no circuito. (ABI-ABIB, 2014, p. 5)

Naquele ano, por iniciativa do setor de expressões artísticas do SESC Piauí, alguns textos do teatro infantil de Benjamim foram escolhidos para as leituras encenadas, nas cidades de Parnaíba, Teresina e Floriano. O prof. Dr. Djalma Türler, da Universidade Federal da Bahia e o prof. Dr. Francisco Nascimento da Universidade Federal do Piauí analisaram algumas peças infantis, realizaram entrevistas, ministraram oficinas e palestras aos atores, professores e estudantes, tendo como enfoque principal a cartografia do autor, a dramaturgia e a montagem das leituras encenadas.

Benjamim Santos manteve também, durante algum tempo, um blog, que está desativado, porém seu trabalho de escritor é constante. Publica mensalmente o jornal cultural *O Bembém* – periódico enfoca aspectos culturais, cinema, teatro, literatura, música, além de analisar os diferentes problemas sobre a cidade de Parnaíba, como as questões de patrimônio cultural, das políticas culturais, denunciando práticas de destruição e abandono dos espaços públicos, sensibilizando as autoridades para o investimento na educação patrimonial, como forma de conviver com as temporalidades históricas da cidade. O poeta Diego Mendes Sousa, que também foi um dos seus idealizadores, analisa o periódico da seguinte maneira:

O Bembém deu alma nova ao Piauí literário. Partindo do princípio da universalidade de uma complexidade particular, **O Bembém** é um periódico mensal que canta a sua origem simbólica sem deixar de ser autêntico em seu projeto arrojado de literatura de amplitude mundial. (SOUSA, 2013).

No mesmo periódico, assinando coluna denominada memorial, analisa diferentes espaços da cidade, como praças, igrejas, escolas, mercados etc, com o claro objetivo de que conheçamos a história da cidade, dos homens e mulheres que nela viveram e vivem. Sua iniciativa recebeu colaboração de estudantes e pesquisadores, como Iweltman Mendes Vasconcelos (*in memoriam*), a quem lamenta que a cidade tenha esquecido.

Também escrevem periodicamente para o Bembém o professor Idelmar Cavalcante da UESPI, com suas saliências bem escritas e eivadas de vitalidade poética, Dr. Frederico Osanan da UFPI, o Prof. Josenias Silva da Faculdade Internacional do Delta, a Professora Sóliman Genuina e diversas outras pessoas.

Para conhecer melhor a vida e trajetória cultural de Benjamim, foi organizado, na cidade de Parnaíba, um memorial que recebe seu nome, instalado no SESC da Avenida Getúlio Vargas, reunindo peças de teatro, críticas, prêmios, troféus, cartazes, documentários, entrevistas, fotos, discos, cartas, poemas, livros de memória, entrevistas concedidas ao longo da vida, coleção do Bembém. A leitura de suas obras e a visualização de seu acervo imagético e literário possibilitará maior aprofundamento sobre sua relação com o teatro da cidade de Parnaíba.

Benjamim Santos, como homem, memória e sujeito propósito de muitas pesquisas, tornou-se um meio pelo qual podemos entender diferentes processos históricos, vivenciados em Parnaíba, no Nordeste e no Brasil. Por tudo isso, já se tornou objeto de tese de pesquisadores da ciência histórica e do teatro. Francisco Nascimento defendeu em 2009, na Universidade Federal Fluminense (UFF), sua tese de doutorado intitulada “O Teatro dialógico de Benjamim Santos: incursão pela história e memória do teatro brasileiro”. Idelmar Gomes Cavalcante também pesquisa a trajetória do dramaturgo nos anos 1960 no Recife, para defender tese de doutorado em História, na Universidade Federal do Ceará (UFC). O pesquisador parnaibano Wesley Fontenele está concluindo o curso de Licenciatura em Teatro na Universidade Federal Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), abordando em artigos científicos a obra teatral de Benjamim Santos, de modo particular, a produção do teatro infantil. A Professora Cristiane Pinheiro analisa a produção literária do dramaturgo em sua tese de doutorado na área de História da Educação na Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Para concluir, pelo menos provisoriamente, é possível afirmar, com certo cuidado de intérprete de fontes, que uma

das maiores declarações de amor de Benjamim pela cidade é o espetáculo *Parnaíba, a iloviú*, espetáculo que foi escrito e dirigido por ele, com atuações dignas dos melhores elogios dos atores Marcus Petrarca e Verônica Damasceno. Trata-se de uma narrativa com fatos históricos e ficcionais que se entrecruzam, dando vida e voz a personagens, como Simplício Dias da Silva, sua esposa, uma viagem homérica para levá-la de Portugal a Parnaíba, os heróis parnaibanos que proclamaram a Independência do Brasil no Piauí, as danças do bumba-meu-boi etc.

Parnaíba a iloviú é antes de tudo uma canção de amor a Parnaíba, apresentando nos palcos sua história gloriosa e dos “vencidos”, seus vultos exaltados e dos sujeitos esquecidos, daqueles cujos corpos inertes repousam nas frias lápides de mármore da catedral da Graça e daqueles que ao morrer eram levados em caixão de madeira reaproveitando, sendo os corpos jogados numa vala coletiva, enquanto que os caixões voltavam para a Igreja do Rosário dos pretos; trata dos heróis e suas façanhas, mas também dos sujeitos marginais, como as escravas, que eram jogadas em covas de onças para entretenimento, alimentando as lendas sobre a cidade, os eventos históricos que em Parnaíba foram protagonizados, apresentados pelo viés da cultura, ressaltando que, mesmo uma história considerada tradicional, pode ser eivada de subjetividades, de sentimentos, de sensibilidades, de emoção, de amor, portanto, de arte.

O Campo de conhecimento da História e Teatro brasileiro continua em franco crescimento. Pesquisas relacionadas ao dramaturgo Benjamim Santos e outros dramaturgos piauienses tornaram-se focos de projetos de iniciação científica, monografias de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Além disso, são descortinadas novas demandas relacionadas à censura, a arquitetura das casas de espetáculos, análise dos textos teatrais e diversos outros artefatos relacionados ao teatro. Diversos eventos científicos e culturais são realizados no Brasil e no exterior, com apresentações de comunicações orais ou em forma de pôsteres, resultando em publicação de anais,

coletâneas e livros autorais, ampliando o estado da arte do conhecimento sobre a História do Teatro.

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, Samara. Libertamos o gigante: e abrimos o baú de história do teatrólogo de Benjamim Santos. *Revista Revestrés*. Teresina, Piauí, vol, p.8-18, jul-ago, 2012.

CANDEIRA FILHO, Alcenor. *Parnaíba: meu universo*. Parnaíba: Sieart, 2014.

CAVALCANTE JUNIOR, Idelmar Gomes. A Besta Confusa: Benjamim Santos e a História de uma ousadia não realizada no Teatro pernambucano. *Anais*. VII Simpósio Nacional de História Cultural, 2014.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 13. ed. trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SOUSA, Diego Mendes. *Depoimento concedido pelo aniversário do Bembém*. Abr. 2013.

SANTOS, Benjamim. *Parnaíba ailoiviú*. Estreia em dezembro de 2006. [Manuscrito].

SILVA, Josenias dos Santos. Almanack da Parnahyba: política, sociedade e cultura em revista. In: SOUSA, Cleto Sandys Nascimento de; LIMA, Frederico Osanan Amorim. *Parnaíba: a cidade que nos habita*. Parnaíba, Sieart, 2014.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VIEIRA, Leda Rodrigues. Cidade ferroviária: História e memória da ferrovia piauiense na cidade de Parnaíba, 1916 a 1930. *Anais*. XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH. Fortaleza, 2009.

A PRÁTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE TERESINA ATRAVÉS DO TOMBAMENTO: DÉCADAS DE 1980 E 1990¹

Viviane Pedrazani²

O presente artigo discorre sobre a prática de preservação do tombamento do patrimônio cultural de Teresina, analisando especialmente esse processo nas décadas de 1980 e 1990, momento em que se delineia um ideário de preservação tanto em nível estadual, quanto municipal, do qual resulta a maior parte dos tombamentos de bens culturais da cidade.

Historicamente o tombamento foi instituído no Brasil com a promulgação do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, desde então, incorporou-se ao cenário jurídico brasileiro e, posteriormente, em estados e municípios, como o instrumento básico de proteção dos bens culturais. Os anos de 1970 e 1980 assistem a consagração internacional da noção de patrimônio cultural evidenciada por organismos internacionais, notadamente a UNESCO³, patente nos textos de inúmeras Cartas, Convenções e Encontros das quais o Brasil quase sempre foi signatário e,

1 Esse artigo é parte de minha dissertação de mestrado intitulada: Patrimônio Cultural de Teresina: o processo de preservação nas décadas de 1980 e 1990, defendida em 2005, pela Universidade Federal do Piauí.

2 Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: vivianepedrazani@gmail.com

3 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

portanto, assimiladas e debatidas pela literatura nacional. A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 216, adota uma ótica mais abrangente de patrimônio:

Constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 2016, p. 126)

Como se observa, a Constituição também ampliou o rol de instrumentos a ser utilizado na tarefa de salvaguardar os bens culturais, feito por meio de inventário, registro, vigilância, tombamento e desapropriação. Contudo, mesmo com a ampliação do conceito e as novas formas de proteção, historicamente o tombamento tem sido o instrumento mais corrente no acautelamento do patrimônio cultural no Brasil, a ponto de, recordando Sônia Rabello de Castro (1991), confundilo com preservação.

Entende-se por preservação o ato de manter a integridade e a perpetuidade de um bem cultural. Para Carlos Lemos (1985) preservar é manter vivos, mesmo que modificados, os usos e costumes populares e fazer também levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro de um contexto urbano, assim como levantamentos de construções, sobretudo aquelas que se tem consciência estarem condenadas ao desaparecimento decorrente

da especulação imobiliária. Deve-se, então, de qualquer forma, garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do patrimônio cultural.

Pelo amplo sentido dado por Lemos ao termo preservar, concordamos com Sônia Rabello de Castro (1991) quando defende que o conceito de preservação é genérico, pois nele podemos compreender toda e qualquer ação do Estado que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais de um povo. A autora, além disso, lembra que a par da legislação existem também as atividades administrativas do Estado que, sem restringir ou conformar direitos, caracterizam-se como ações de fomento que resultam na preservação da memória. Nesse sentido, preservação é considerada um conceito genérico, pois, do ponto de vista normativo não se restringe a uma única lei ou forma de preservação específica. Inclusive, na ideia de preservação estão contidas as ações de identificação, registro, proteção, tombamento, divulgação e promoção do patrimônio cultural. Preservar denota, portanto, uma trajetória de atuação, um conjunto de práticas de intervenções e procedimentos fundamentados em conceitos que estão em constante processo de transformação.

A preservação do patrimônio cultural pode acontecer em uma das três esferas políticas, federal, estadual ou municipal. O artigo 23 do Decreto-Lei nº 37, de 30 de novembro de 1937, já fazia menção à colaboração dos estados na proteção do patrimônio neles localizados. Isso ficou mais explicitado na Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, que prevê em seus artigos 23 e 24 as competências legislativas e executivas dos entes políticos, incluindo a matéria pertinente à proteção de patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico (artigo 24, parágrafo VII). Especificamente nos parágrafos 1º e 2º, do artigo 24 estão dispostas as matérias relativas à competência da União, que é estabelecer as normas gerais, sem excluir a competência concorrente dos Estados. No que se refere aos municípios, a Constituição também garante que eles poderão

legislar sobre a matéria, haja vista, no art. 30, parágrafo II, dispor que, compete aos Municípios: “[...] II – complementar a legislação federal e estadual no que couber [...] IX – promover a proteção do patrimônio histórico cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual” (BRASIL, 2016, p.28, 29)

A competência executiva relativa à proteção cultural está disposta no artigo 23 da Constituição de 88, no qual está definido que: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos [...]” (*Id. Ibid*, p. 28).

Os estados-membros e municípios possuem diplomas legislativos similares às legislações federais sobre a preservação do patrimônio cultural e têm, nesse sentido, por instrumento norteador o Decreto-lei 25/37 e a Constituição Federal de 1988. Em Teresina, os poucos bens culturais que de fato são protegidos oficialmente pelo poder público, o são pelo tombamento, amparado por legislação própria, tanto em nível estadual, como municipal. Considera Carlos Frederico Marés que “a tradição legislativa brasileira é no sentido de reconhecer, por meio da própria lei, bens do patrimônio cultural”. (1993, p. 26)

Segundo o mesmo autor,

O tombamento é o ato administrativo da autoridade competente que declara ou reconhece valor histórico, paisagístico, arqueológico, bibliográfico, cultural ou científico de bens que, por isso, passam a ser preservados. O tombamento se realiza pelo ato administrativo de inscrição ou registro em um dos livros do Tombo criados pela legislação federal, estadual ou municipal”. (*Id. Ibid.*, p.23-24)

Sendo assim, a ação efetiva do tombamento objetiva impedir que os bens culturais venham a ser destruídos ou descaracterizados, promovendo sua permanência.

A questão dos valores atribuídos a determinados bens se encontra clara dentro dos processos de tombamento. Justificar esses valores e fundamentá-los é o ponto de partida para que o Estado oficialize a tutela. Os agentes envolvidos com as práticas de preservação do patrimônio acreditam que suas escolhas em relação a certos bens culturais, para integrarem o conjunto de um patrimônio, são “autênticas”⁴. Na medida em que atribuem valores a determinados bens, estes se tornam símbolos⁵ culturais para uma sociedade. Para José Guilherme Merquior (1997), o fato de que a cultura utiliza símbolos acaba por simplesmente salienta a capacidade do homem de atribuir significado à experiência. Ele acrescenta ainda que,

O simbólico não é uma região especial da realidade; antes, é produto de um certo modo de olhar para todas as coisas (o que não impede que certos organismos sociais institucionalizem esse modo de olhar – donde a existência das artes e do mundo da arte). Nada é, por si só, simbólico: tudo pode tornar-se simbólico (mais uma vez, porém, há organismos sociais institucionalmente empenhados na produção e na distribuição do simbolismo) (*Id. Ibid.*, p.114)

O termo valor normalmente é empregado dentro das ciências sociais nos casos em que existe uma relação envolvendo determinado objeto com atitudes, necessidades e desejos dos indivíduos. No caso do patrimônio cultural (objeto), o processo de seleção dos bens é conduzido por agentes autorizados, com um perfil intelectual definido – representantes do Estado, que cumprem essa função regulados por uma legislação que lhes dá o devido respaldo, por procedimentos e rituais bastante específicos. Nesse sentido, nos esclarece Castro,

4 José Reginaldo Gonçalves (2001), a concepção do que é ou não autêntico dentro de uma cultura, devem ser pensados como construções ficcionais, narrativas que confortavelmente justificam as crenças nacionalistas. A oposição autenticidade e inautenticidade parece embebida em critérios ideológicos nacionalistas, onde o nacional e autêntico é definido por oposição ao não-nacional e inautêntico.

5 Sobre a ideia do simbólico, ver a obra clássica de Pierre Bourdieu intitulada *O poder simbólico*. (1998)

Há que se distinguir, na proteção do patrimônio cultural, qual é o objetivo dessa proteção. O bem jurídico, objeto de proteção, está materializado na coisa, mas não é a coisa em si: é o seu significado simbólico, traduzido pelo valor cultural que ela representa. A partir do surgimento da coisa, passa ela a ter uma presença no mundo fático, podendo ou não vir a ter interesse jurídico. Cabe ao Estado este reconhecimento jurídico. Há, portanto, uma bifurcação na relação jurídica quanto ao objeto – uma enquanto coisa, apropriável, objeto do direito de propriedade; outra, como bem não econômico que, a partir do reconhecimento de seu valor cultural pelo Estado, torna-se de interesse geral. (CASTRO,1991, p. 33)

Os valores atribuídos aos bens não são aleatórios, estão dentro de categorias fixas, a priori definidas, relacionadas a certas disciplinas como história, história da arte, arqueologia, etnografia, arte, etc., mas também vinculados a valores afetivos. Nos processos de tombamento dos bens de Teresina, os valores são caracterizados principalmente como histórico e arquitetônico. Em parte, essa tendência se explica porque os “mediadores da memória”, - como designou Michael Pollak (1989) ao se referir aos agentes responsáveis pela seleção do que deverá ser garantida a perpetuidade -, à frente do órgão regional de preservação do patrimônio cultural seguiram, *a priori*, o tradicional modelo de preservação de selecionar bens de natureza arquitetônica, por seu excepcional valor histórico e artístico, representativos, sobretudo, das classes abastadas. Essa forma de preservar perpetuada pela instituição federal de preservação do patrimônio cultural, obviamente foi tida como referência pelos agentes regionais. A justificativa apresentada no processo de tombamento da Casa do Barão de Gurguéia⁶ deixa isso claro:

Quando se propõe o tombamento de um imóvel se faz baseado em seu valor histórico e/ou artístico, para que se possa protegê-lo legalmente contra as agressões que venha sofrer. É um dos

6 Refere-se à Proposta de Tombamento – Casa do Barão de Gurguéia. Departamento do Patrimônio Natural, Histórico e Cultural. Teresina, março de 1986. Este documento encontra-se de posse da Fundação Cultural do Piauí e foi elaborado pela equipe do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Piauí.

objetivos do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Piauí a identificação de bens que por motivo histórico ou artístico se destaquem do contexto em que estão inseridos, merecendo ser considerados, pelo valor que tem sua preservação na consolidação de nossa memória (PIAUI,1986, p. 05).

Sem querer, entretanto, rotular o modelo de preservação regional, como tradicionalista, destaca-se também o tombamento de bens por seu valor afetivo, de representatividade para certas comunidades e minorias, discussão que ganhou fôlego no cenário nacional nos anos de 1970, mas principalmente na década de 1980, quando a concepção de patrimônio plural emerge para a cena das políticas culturais. O valor “afetividade” aparece nos tombamentos do Grupo Escolar Mathias Olympio, situado no bairro Porenquanto, e no do Grupo Escolar Gabriel Ferreira, não pelo caráter excepcional, notável ou notório desses bens, mas pelo valor emotivo que desperta nestas comunidades.

No Piauí, a origem da maioria dos pedidos para tombamento do patrimônio cultural parte dos próprios agentes institucionais, mais familiarizados com os critérios técnicos que orientam a seleção dos bens a serem tutelados. Existem algumas exceções, é o caso, supracitado, do Grupo Escolar Mathias Olympio; do Grupo Escolar Gabriel Ferreira em que, mesmo a proposta tendo sido formulada por agentes da antiga FUNDAC⁷, o pedido foi acionado pela comunidade; e do prédio da Antiga Intendência de Teresina, localizado no núcleo histórico original da cidade, na Praça Marechal Deodoro, popularmente conhecida como Praça da Bandeira, apresentado como trabalho de fim de curso de um grupo de alunos de Arquitetura da Universidade Federal do Piauí.

Em Teresina, o patrimônio oficialmente tutelado é o tradicional patrimônio edificado, o que não invalida o mérito da proteção, indo contra a regra a Floresta Fóssil do Rio Poti, situada às margens direita e esquerda desse rio, cerca de 1200 metros à montante da ponte que une os bairros Ilhotas e dos Noivos,

7 A Fundação Cultural do Piauí foi incorporada a atual Secretaria de Cultura do Piauí.

tombada pelo estado do Piauí.⁸ Entretanto, ainda que se tenha valorizado em sua maior parte o patrimônio tradicional, não podemos negar que há uma boa diversidade em relação aos bens tombados, tem-se desta forma: igrejas; casas; palácios; escolas; estação ferroviária; edifícios de arquitetura moderna; casas de espetáculos, etc.

Nos processos de tombamento a que tivemos acesso, há uma evolução visível na qualidade dos argumentos que justificam o acautelamento, como por exemplo, a preocupação com o entorno dos bens a serem protegidos. Fato discriminado principalmente naqueles tombados a partir da década de 1990, em que prevalece o preceito de que não se pode dissociar o bem de outros elementos fundamentais para sua compreensão na totalidade do contexto histórico-social-urbano.

Os tombamentos dos bens em Teresina pelo município⁹ foram todos realizados em 1986, na administração do então prefeito Wall Ferraz¹⁰, como parte da política cultural por ele promovida, incluída a criação da Fundação Cultural Monsenhor Chaves (FCM) que, pelo seu estatuto, seria a responsável pelos bens tombados, mas que hoje não exerce mais esta função. Teresina tem sete (7) bens tombados em nível municipal, são eles: Antigo Palácio dos Bispos, posteriormente Seminário Diocesano, situado na praça Saraiva, tombado pelo Decreto nº 700, de 08 de abril de 1986; Antiga Intendência de Teresina, situada na praça Marechal Deodoro, tombada pelo Decreto nº 809, de 08 de maio de 1986; Edifício-sede da Biblioteca Cromwell de Carvalho, situado na praça Demóstenes Avelino, tombado pelo Decreto nº 810, de 08 de maio de 1986; Capela ou igreja de Nossa Senhora do Amparo, situada na praça Maria do Carmo Rodrigues, tombada pelo Decreto nº 811 de 08 de maio de 1986; Sede da Justiça Federal,

8 Em 2008 foi declarada patrimônio cultural nacional.

9 Os decretos de tombamento do município encontram-se disponíveis na Fundação Cultural Monsenhor Chaves.

10 Sobre as ações administrativas do ex-prefeito Wall Ferraz ver: A CIDADE É O POVO. *Síntese das ações administrativas do Prefeito Wall Ferraz – 1986– 1988*. Teresina: [s.n.], 1988.

situado na praça Marechal Deodoro, tombada pelo Decreto nº 812 de 08 de maio de 1986; Escola Normal Antonino Freire, tombada pelo Decreto nº 813 de 08 de maio de 1986; Imóvel da antiga Fábrica de Fiação e Tecidos Piauiense, situado na rua João Cabral, tombado pelo Decreto nº 814 de 08 de maio de 1986.

Esses tombamentos realizados imediatamente após a instituição da FCM, tiveram um caráter mais “inaugural” de certa política promovida por Wall Ferraz, que julgava ser a preservação do patrimônio fator primeiro de proteção, do que como parte de um processo lógico e contínuo de seleção e salvaguarda dos bens culturais da cidade. Portanto, isso compromete a análise no sentido da avaliação da evolução conceitual desses tombamentos, haja vista terem acontecido simultaneamente em 1986.

Não encontramos os processos de tombamento realizados pelo município, mas tivemos acesso aos decretos promulgados, de onde extraímos algumas informações. Nesses decretos o argumento central para justificar a preservação dos bens são os valores históricos e artísticos. Alguns trazem um pouco mais de informações que outros em relação ao patrimônio a ser tombado, é o caso do Decreto nº 799, de 08 de abril de 1986, que tomba o antigo Palácio dos Bispos, posteriormente Seminário Diocesano, e traz que: “Considerando que o prédio aqui especificado faz parte da paisagem urbana de Teresina; Considerando que, segundo parecer de técnicos especializados, essa edificação corre sérios riscos de danificação na estrutura física [...]”. Nesse decreto argumenta-se que a perda do bem é iminente e se reforça a necessidade de manter-se a integridade do imóvel, promovendo sua devida restauração.

As informações arquitetônicas são mais precisas que as informações históricas. Isso se deve pelo fato de que a seleção desses bens imóveis e a apreciação para o tombamento tiveram parecer de agentes ligados à área de arquitetura, tradicionalmente os agenciadores e tributários dos valores a serem aferidos ao patrimônio cultural. Essa leitura de estilos arquitetônicos é traduzida nos termos utilizados dentro dos decretos municipais,

tais como “construído sob novas diretrizes arquitetônicas”, ou pertencentes ao “estilo neoclássico” etc.

No conteúdo desses decretos, não há menção ao entorno dos bens, ficando o patrimônio cultural edificado protegido, ao que tudo indica de forma isolada, não havendo preocupação quanto à visibilidade e ambiência do bem ou quanto à manutenção dos conjuntos. As justificativas para os tombamentos realizados pelo poder público municipal foram bastante singelas, e no geral, de uma forma bastante superficial, se explica a razão pelas quais certos bens foram escolhidos para serem preservados.

Vale ressaltar, que a escolha de uma parte desses bens tombados pelo poder municipal chegou a coincidir com o interesse do estado do Piauí em proteger esse patrimônio, embora os tombamentos tenham acontecido em épocas diferentes, sendo inclusive alguns tombamentos municipais anteriores aos tombos estaduais, como é o caso da Antiga Intendência de Teresina; do prédio da Justiça Federal; da Escola Normal Antonino Freire; da Biblioteca Cromwell de Carvalho. Os demais tombados, o antigo Palácio dos Bispos; a antiga Fábrica de Fiação e Tecidos Piauiense; e a Capela ou igreja de Nossa Senhora do Amparo, foram acautelados somente em nível municipal. Essa última seja talvez uma exceção e, se diferencia dos demais selecionados para serem salvaguardados, pois se trata de um bem bastante simples, com valor puramente afetivo/religioso para a comunidade do Poti Velho, bairro situado nas proximidades da confluência dos rios Parnaíba e Poti.

Foi, todavia, através da análise dos tombamentos estaduais que pudemos extrair dados mais interessantes sobre os procedimentos de preservação do patrimônio cultural de Teresina. No Piauí, foi a partir dos anos de 1980 que se deu início aos tombamentos de algumas dezenas de imóveis isolados e uns poucos conjuntos históricos pelo Departamento de Patrimônio Natural, Histórico e Cultural, da Fundação Cultural do Piauí, que foram fundamentados em duas leis, na Lei nº 3.742 de 02 de julho de 1980, e na que a substituiu, a Lei nº 4.515 de 09 de novembro

de 1992. Alguns processos foram elaborados em anos anteriores a Lei de 1992, apesar de terem sido tombados posteriormente à data de promulgação da Lei 4.515, gerando certa confusão, mas foi considerado nesse estudo as datas dos processos, os momentos em que foram idealizados e não o período em que o pedido de tombamento foi concretizado.

O processo de tombamento é o primeiro passo até a aprovação, pelo Conselho Estadual de Cultura (CEC), do bem a que se deseja tutelar. Após ser aprovado pelo CEC, o representante do poder executivo edita decreto, oficializando a proteção do bem. Dos dezessete (17) bens tombados pelo estado em Teresina tivemos acesso a dez (10) processos, são eles: Casa do Barão de Gurguéia (1986); da Casa de D. Carlotinha (1992); do Grupo Escolar Mathias Olympio (1992); do Grupo Escolar Gabriel Ferreira (1992); do Palácio de Karnak (1994); do Teatro 4 de Setembro (1994); da Biblioteca Des. Cromwell de Carvalho (1994); do Cine Rex (1995); da Estação Ferroviária (1997); da Antiga Intendência de Teresina (2000). Os demais processos de tombamento não foram localizados. Fazem parte dos processos ausentes os: da Companhia Editorial do Piauí (COMEPI) (1981); da Escola Normal Antonino Freire (1981); do Clube dos Diários (1985); do Museu do Piauí; do Edifício Chagas Rodrigues (DRE-PI) (1995); da Igreja São Benedito¹¹ e o da Floresta Fóssil do Rio Poti (1998).

A documentação que compõe os processos de tombamento é relativamente simples inicialmente, entretanto, vai se tornando complexa na medida em que novos conceitos são incorporados para representar mais adequadamente os objetos a serem tombados. De uma maneira geral, há certo padrão nesses processos, os analisados contêm: apresentação; identificação do imóvel; histórico; análise arquitetônica; justificativa; informações sobre a área em estudo; fotografias e plantas. Alguns trazem em anexo reportagens de jornais, seguindo uma tendência nacional

11 Tombada em nível federal, excepcionalmente suas portas, e estadual o prédio todo e seu entorno.

- a partir dos anos 80 -, quando os processos de tombamento se tornam verdadeiros dossiês; esse é o caso do processo de tombamento do Teatro 4 de Setembro.

É na apresentação e na justificativa, porém, que nos atentamos mais, pois lá estão os argumentos e os objetivos da preservação e onde, notoriamente, o discurso oficial vem à tona. Assim aparece nos pressupostos de tombamento da Casa do Barão de Gurguêia: “Tal proposta insere-se em uma política de preservação e valorização de bens imóveis de valor histórico, em andamento em cidades piauienses, que visa recuperar, através das reminiscências arquitetônicas, fatos relevantes do nosso passado” (PIAUI, 1986, p. 06)¹². É também na justificativa de um processo de tombamento que se expressa o interesse mais imediato na preservação, seja por seu valor histórico ou arquitetônico, valor de excepcionalidade para a cultura local, por seu valor afetivo para determinada comunidade ou mesmo para os habitantes da cidade como um todo, ou pela ameaça da perda por motivos variados.

Um dos processos mais interessantes é o do Grupo Escolar Mathias Olympio, pois nele se qualifica a participação da população local do bairro Porenquanto para pedir o tombamento. No processo, inclusive, constam mais de 800 assinaturas de alunos, professores, trabalhadores da escola e pessoas da comunidade apoiando o pedido de tombamento, liderados pela Associação de Moradores do Bairro. Essa iniciativa veio quebrar a total exclusividade dos pedidos de tombamento advirem da instituição estadual e seus agentes. Vejamos isso na justificativa da proposta de tombamento do Grupo Escolar Mathias Olympio:

O tombamento legal é um artifício jurídico que pode ser solicitado por qualquer pessoa interessada. A proposta de tombamento de um bem tanto é mais legítima quanto for requerida espontaneamente pela comunidade nativa da região em que este se encontra (PIAUI, 1987, p. 08).

12 Este documento foi elaborado pela equipe do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Piauí.

E na apresentação do processo também se ressalta: “[...] exemplo de conscientização a respeito do valor histórico e arquitetônico daquela escola para àquelas pessoas e para todos nós que sabemos da importância da preservação de algumas edificações na nossa cidade” (*Id. Ibid.* p.08) ¹³

Dando sequência a iniciativa tomada pela comunidade local do Porenquanto, houve processo similar de participação da sociedade no processo de tombamento do Grupo Escolar Gabriel Ferreira, localizado no Bairro Vermelha, em Teresina. Na apresentação é exposto: “esse fato em si já é de grande relevância, pois ele mais legítima a ação do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Piauí” (PIAUI, 1988, p. 06).

Ambos os casos refletiam o que era posto em fins dos anos de 1980 na nova Constituição Federal que trazia em seu artigo 216: “o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro [...]” (BRASIL, 2016, p. 126). Mas, principalmente, são casos onde o exercício da cidadania aparece.

O entendimento dos bens a serem preservados nos processos de tombamento não está dissociado das áreas onde esses bens se localizam, ou seja, do entorno. Nas exposições do objeto de proteção nos processos de tombamento estadual existem referências às novas abordagens que retratam o bem inserido num espaço urbano e social e que, portanto, deve ser compreendido em todas as instâncias nas quais se encontra articulado. Nesse sentido,

Quando o ato do tombamento determinar o valor cultural do núcleo cultural de uma cidade, especificando os limites físicos do objeto tombado, todos os imóveis inseridos naquele espaço passam a fazer do todo tombado, como parte do mesmo (CASTRO, 1991, p.71).

13 Este documento encontra-se de posse da Fundação Cultural do Piauí e foi elaborado pela equipe do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Piauí.

O caso mais significativo de entorno tombado em Teresina e que constituí um dos principais sítios históricos da cidade, é o da praça Pedro II, onde se encontram o Teatro 4 de Setembro, o Cine Rex, a Igreja São Benedito, o Clube dos Diários e o Palácio de Karnak, exemplificando os tombados. No processo de tombamento do Teatro 4 de Setembro, seu entorno foi considerado também para o tombamento:

[...] Como forma de proteção de suas proximidades considera-se no presente processo, como entorno do Teatro 4 de Setembro, o perímetro compreendido pelo Clube dos Diários, Cine Rex e a área central da Praça Pedro II [...], dentro desse perímetro devem ser respeitadas as características externas dos imóveis que o compõe e o paisagismo da Praça Pedro II (PIAUÍ, 1992, p. 10)¹⁴

Na verdade, essa linha de interpretação do entorno dos bens como evidenciado no processo de tombamento do Teatro 4 de Setembro e a necessidade de compreender o bem na sua totalidade, era uma prática nova, apesar de nos processos anteriores já se fazer menção ao entorno dos prédios, porém, se constituía em uma preocupação meramente descritiva, sem caráter de preservação ampla. Essa nova problemática do entendimento da “moldura” dos bens se apresenta no contexto da análise urbana e dela se desdobra a necessidade de se conhecer os sítios históricos e mesmo os bens isolados.

Considerações finais

Teresina é uma cidade que nasceu “moderna”, foi planejada numa época (1852) que arquitetar um espaço urbano retilineamente e propositadamente era uma grande novidade. Passadas muitas décadas, essa jovem senhora tem uma história visível. Como definiu poeticamente o escritor italiano Ítalo Calvino,

¹⁴ Este documento encontra-se de posse da Secretaria de Cultura do Piauí, antiga Fundação Cultural do Piauí e foi elaborado pela equipe do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Piauí.

a cidade não conta o seu passado, ela o contém nas linhas da mão (1990). Essa dimensão nos remete então a um patrimônio cultural de Teresina. Este artigo tratou de parte do processo de tomada de consciência desse patrimônio e da construção de um ideário de preservação através do instrumento jurídico do tombamento nas décadas de 1980 e 1990, tanto na esfera estadual como municipal.

Assistimos nessas duas décadas tratadas pela pesquisa, um esforço em se estabelecer as instituições e as leis responsáveis pela preservação através do tombamento, no qual, apesar de ser um processo guiado majoritariamente por agentes institucionais, houve também a participação de comunidades, como é o caso das que pleitearam os tombamentos dos grupos escolares Gabriel Ferreira e Mathias Olympio.

O amadurecimento da década de 1980 para a década de 1990 pode ser percebido na qualidade dos textos e da argumentação dos processos de tombamento, não só no que toca o rol de valores atribuídos, incluindo o valor afetivo, mas a preocupação com o entorno dos bens, não mais pensados de forma isolada e excepcional, mas dentro de um conjunto mais amplo da história urbana da cidade.

REFERÊNCIAS

A CIDADE É O POVO. *Síntese das ações administrativas do prefeito Wall Ferraz – 1986– 1988*. Teresina: [s.n.], 1988.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Berthrand Brasil, 1998.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais*

de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto

Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

CASTRO, Sônia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: ESTERCI, N; FRY, P.; GOLDENBERG, M. (org.) *Fazendo antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MARÉS, Carlos Frederico. A proteção jurídica dos bens culturais. *Cadernos de direito constitucional e ciência política*, São Paulo, v. 1, n.02, p.19-35, jan./mar. 1993.

MERQUIOR, José Guilherme. *O véu e a máscara: ensaios sobre cultura e ideologia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1997.

PIAUI. Departamento do Patrimônio Natural, Histórico e Cultural. *Proposta de tombamento – casa do Barão de Gurguéia*. Teresina, março de 1986.

_____. *Proposta de tombamento – grupo escolar Mathias Olympio*. Teresina, setembro de 1987.

_____. *Proposta de tombamento – grupo escolar Gabriel Ferreira*. Teresina, janeiro de 1988.

_____. *Proposta de tombamento – teatro 4 de setembro*. Teresina, março, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TERESINA. *Decreto nº 700, de 08 de abril de 1986*. Tombamento do Antigo Palácio dos Bispos.

_____. *Decreto nº 809, de 08 de maio de 1986*. Tombamento da Antiga Intendência de Teresina.

_____. *Decreto nº 810, de 08 de maio de 1986*. Tombamento do Edifício-sede da Biblioteca Cromwell de Carvalho.

_____. *Decreto nº 811 de 08 de maio de 1986*. Tombamento da Capela ou igreja de Nossa Senhora do Amparo.

_____. *Decreto nº 812 de 08 de maio de 1986*. Tombamento da Sede da Justiça Federal, situado na Praça Marechal Deodoro.

_____. *Decreto nº 813 de 08 de maio de 1986*. Tombamento da Escola Normal Antonino Freire.

_____. *Decreto nº 814 de 08 de maio de 1986*. Tombamento do Imóvel da antiga Fábrica de Fiação e Tecidos Piauiense.

SOBRE OS AUTORES

Fernando Bagiotto Botton – Professor Adjunto e Coordenador do curso de História pela Universidade Estadual do Piauí, Campus Parnaíba. Pós-Doutor em História e Regiões pela Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) com Estágio na Universidad de Buenos Aires (UBA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0323206872397325>. E-mail: fernandobotton@phb.uespi.br.

Francineila Lima Miranda – Graduanda em História pela Universidade Estadual do Piauí. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0818032845232422>. E-mail: miranda1997f@gmail.com.

Francisco Alcides do Nascimento – Doutor pela Universidade Federal de Pernambuco (1999). Professor do Departamento de História e atua no Programa de Pós-Graduação de História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Publicou livros e artigos em revistas especializadas. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8807841778457730>. E-mail: toticonascimento@gmail.com.

Francisco de Assis de Sousa Nascimento - Graduado em História – UESPI; Graduado em Pedagogia – UFPI; Especialista em Docência Superior – UESPI; Mestre em História do Brasil; Doutor em História Social – UFF; Pós-Doutor em História pela PUC – SP; Professor do Curso de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Orientador de Iniciação Científica, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6305918928692600>. E-mail: franciscoufpi@gmail.com.

João Batista Vale Junior – Professor do curso de História da Universidade Estadual do Piauí. Pós-Doutor em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4124059964711641>. E-mail: jbatistavalejunior@gmail.com.

Maria do Socorro Rios Magalhães - Doutora em Letras pela PUCRS. Professora aposentada da Universidade Federal do Piauí. Professora em atividade da Universidade Estadual do Piauí. Membro da Academia Piauiense de Letras. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9481877911838749>. E-mail: socorromrioz@gmail.com.

Pedro Pio Fontineles Filho - Doutor em História Social (UFC). Mestre e Especialista em História do Brasil (UFPI). Professor do Mestrado Profissional em História (PROFHISTÓRIA/UESPI). Professor do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHB/UFPI). Professor do Curso de História (UESPI/CCM). Graduado em História (UESPI). Graduado em Letras/Inglês (UFPI). Realiza e orienta pesquisas nas áreas de História e Literatura, História e Linguagens, História e Educação, História e Cidade. Membro do Núcleo de Pesquisa em História e Educação (NUPEHED). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6249573486862381> E-mail: ppio26@hotmail.com

Pedro Vilarinho Castelo Branco - É graduado em História pela Universidade Federal do Piauí (1992), Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2005). É Professor Associado IV do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPI. É membro do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí IHGPI e autor de artigos científicos, livros e capítulos de livros versando sobre História e Gênero e História do Catolicismo. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq>.

br/6303421534005389. E-mail: pedrovilarinho@uol.com.br;
pedrovilarinho@ufpi.edu.br.

Teresinha Queiroz - Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2174469625709824>.

Viviane Pedrazani - Possui graduação em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Paraná (1997), mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (2005) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2010). Atualmente é professora Adjunta III da Universidade Estadual do Piauí - Campus Poeta Torquato Neto, curso de Licenciatura Plena em História. Tem experiência na área de patrimônio cultural, onde desenvolveu pesquisas de mestrado e doutorado. Idealizou e coordenou o Curso de Especialização em Patrimônio Cultural, na Universidade Estadual do Piauí. Foi Coordenadora da área de História, Campus Poeta Torquato Neto (UESPI), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID (2011-2017). Coordena presentemente dois Projetos: Cheguei na escola, e agora José? Ciclo de Palestras sobre a inserção do licenciando no ambiente escolar; Ciclo de Oficinas: o ensino de história e o uso de diferentes linguagens e metodologias. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1400653163901481>. E-mail: vivianepedrazani@gmail.com.

Wellington dos Santos Pereira - Mestrando em História do Brasil (UFPI). Especialista em Estados, Movimentos Sociais e Cultura (UESPI). Especialista em História do Brasil (UFPI). Professor da rede pública estadual (SEDUC - PI). Realiza pesquisas nas áreas de História, literatura e Imprensa. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5931937670812274> E-mail: uellingtonpereira@outlook.com.

* * * * *

As trajetórias de pesquisa, aqui agrupadas, são o resultado do trabalho metodológico e intelectual de seus autores no trato apurado das fontes, sobre as quais o pesquisador percebe e constrói seus ângulos de análises. Não se trata, aqui, da análise restrita à fonte em si mesma, mas da problematização através da qual consegue compreender a realidade de cada tempo e espaço com suas temporalidades e espacialidades várias. Em decorrência disso, é possível notar que as abordagens das pesquisas tragam traços, com maior ou menor destaque, para a História Oral, História Serial ou Quantitativa, História Regional, Micro-História e História do Tempo Presente. Os modos de fazer História de cada pesquisador são frutos de suas trajetórias acadêmico-científicas, de suas leituras, produções e atuações em diferentes universidades e em distintos grupos e núcleos de pesquisas. Por esse diapasão, estão imersos em discussões que transitam entre o social e o cultural, o que faz com que o eixo, de onde partem os artigos, abra-se à possibilidade de incontáveis ângulos, criando pontes de interlocução, concretizando, então, uma “História sob múltiplos ângulos” é o que se poderá observar ao tomar o conjunto de textos para análises.

Organizadores

* * * * *

